

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Instituto de Ciências Humanas e Filosofia

Programa de Pós-Graduação

Departamento de História

**AINDA CHORAM MARIAS E CLARICES:**

Mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura  
militar no Brasil

DENISE TRUGUILHO RIGONATI

NITERÓI

2015

DENISE TRUGUILHO RIGONATI

AINDA CHORAM MARIAS E CLARICES:  
Mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura  
militar no Brasil

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Instituto de Ciências  
Humanas e Filosofia na Área de História  
do Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal  
Fluminense, orientada pelo Prof. Dr.  
Cezar Teixeira Honorato, como  
requisito à obtenção do grau de Mestre.

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação defendida e aprovada  
frente à comissão julgadora em 23 de março  
de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Cezar Teixeira Honorato - Orientador (UFF)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilian Marta Grisolio Mendes (UFG)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silene De Moraes Freire (UERJ)

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**R572 Rigonati, Denise Truguilho.**

Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil / Denise Truguilho Rigonati. – 2015.

171 f. ; il.

Orientador: Cezar Teixeira Honorato.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 141-150.

1. Gênero. 2. Partido Comunista Brasileiro. 3. Guerrilha. 4. Ditadura Militar, 1964-1979. 5. Golpe Militar de 1964. I. Honorato, Cezar Teixeira. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.063

Dedico esse trabalho

A Criméia Alice, Maria Amélia Teles, Rosalina Santa Cruz,  
Victória Grabois, Jessie Jane, Maria Thereza Candido de  
Menezes, Maria Felisberta Baptista Trindade e Ligia Martins  
Coelho, que gentilmente me entregaram parte de suas histórias.

## Agradecimentos

---

Ao meu companheiro intelectual e na vida Paulo. Grande incentivador, agradeço pelo amor, paciência e respeito ao meu trabalho. Sem a sua compreensão e o seu apoio, nada disso seria possível. É um imenso prazer dividir a minha vida com você.

Aos meus pais e à minha irmã, que fizeram da distância presença constante. Exemplos de tudo que há em mim. Ao meu cunhado João, que é o irmão que eu não tive.

Aos meus sogros Fátima e José Roberto e a meus cunhados Adriana e Flávio, que me acolheram com tanto carinho e me fizeram parte da família.

Ao meu querido orientador Cezar Honorato por ter me recebido e compreendido minhas dificuldades, que sem hierarquizar a relação orientador/orientanda tornou nossos encontros uma verdadeira troca de experiências, respeitando o meu espaço e as minhas decisões.

A todos os membros do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, em especial a professora Ismênia Martins Fontes, que com muita descontração fez do curso “Metodologia IV: Cultura e Sociedade” um prazer matinal.

À banca de qualificação, por todas as sugestões, críticas e elogios durante a qualificação. À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lana Lage pelo respeito apresentado na leitura e pelas observações precisas, além da grande contribuição feminista. Ao professor Bernardo Kocher por ter aceitado participar da minha banca e pelas fundamentais sugestões e indicações de leituras.

À banca de defesa, pelos elogios, críticas e recomendações. À minha querida amiga e professora Lilian Marta Grisolio, que acompanha essa pesquisa desde quando ainda era uma ideia. Registo aqui a importância de suas palavras de incentivo e por acreditar nessa pesquisa quando fui sua orientanda no curso de especialização na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O que eu faria sem você, Li? À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silene de Moraes Freire pelas fundamentais contribuições e respeito com que apreciou a minha pesquisa, muito obrigada.

Aos amigos da época de graduação, em especial os casais Margarida e Marcos, pelas longas risadas nos momentos de alegria e pelo ombro nos momentos de aflição, e Denis e Juliana, pela amizade inestimável e pelos livros sempre muito bem-vindos.

Agradeço todas as mulheres que entrevistei. A Amelinha, que me recebeu na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, onde fez um importantíssimo trabalho. A sua irmã Criméia, que fez suas convicções superarem as barreiras da ditadura e do tempo e se mantém na luta por justiça. A Rosalina por ter me recebido em sua casa e me oferecer parte de seu momento de descanso. A Jessie Jane, que me indicou onde poderia encontrar os registros de suas entrevistas. A Lígia, que apesar de estar com o seu pai doente, me recebeu em sua casa. A Felisberta, com quem tive uma longa e prazerosa conversa que tangenciou entre a campanha do Petróleo é Nosso e as recentes eleições presidenciais. À querida Thereza, que me recebeu com um delicioso café, além da ilustre e constante presença de seu cachorrinho Mao Tsé-Tung.

Registro aqui a minha admiração pelo belíssimo trabalho desempenhado pelo grupo Tortura Nunca Mais. Foi um prazer participar de suas reuniões e ainda mais prazeroso conhecer os integrantes do grupo, em especial a Maysa Machado e a entrevistada Victória Grabois. Grandes mulheres!

## Resumo

---

RIGONATI, Denise Truguilho. **AINDA CHORAM MARIAS E CLARICES: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.**

Orientador: Cezar Teixeira Honorato. Niterói: UFF/PPGH, 2015. Dissertação (História Contemporânea III, Nível: Mestrado).

A pesquisa apresenta um olhar, dentre vários possíveis, sobre a trajetória de mulheres pertencentes a organizações guerrilheiras e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na resistência contra a ditadura militar no Brasil, que teve início com um golpe em 1964 e perdurou até 1985. A pesquisa teve como objetivo explorar a trajetória de vida dessas militantes sob a ótica de gênero, apresentando as peculiaridades de cada opção de militância, superando o abismo que separa os movimentos armados do PCB, expondo os impactos na vida cotidiana dessas mulheres confrontadas com o regime autoritário sob o qual viviam. Para tanto, os testemunhos de oito mulheres foram analisados. Essas mulheres são: Criméia Alice, Maria Amélia Teles, Rosalina Santa Cruz, Victória Grabois e Jessie Jane, pertencentes à oposição armada, e Maria Thereza Candido de Menezes, Maria Felisberta Baptista Trindade e Ligia Martins Coelho, que optaram pela resistência democrática ao lado do então ilegal PCB.

**Palavras-chave:** Gênero; PCB; Luta Armada; Ditadura Militar; Golpe de 1964

## Abstract

---

RIGONATI, Denise Truguilho. **AINDA CHORAM MARIAS E CLARICES: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.** Orientador: Cezar Teixeira Honorato. Niterói: UFF/PPGH, 2015. Dissertação (História Contemporânea III, Nível: Mestrado).

This research presents a view, among many possible, of the path taken by women who were part of guerrilla organizations and the Communist Party of Brazil (PCB) in the resistance against the Brazilian military dictatorship, which began with a coup in 1964 and lasted until 1985. The research aimed at exploring the life of these militants through a gender perspective, presenting the peculiarities of each option of militancy, overcoming the gap that separates the armed movements from the PCB, exposing the impacts on the daily lives of these women confronted by the authoritarian regime under which they lived. For that, the testimony of eight women were analysed. These women are Criméia Alice, Maria Amélia Teles, Rosalina Santa Cruz, Victória Grabois and Jessie Jane, of the armed opposition, and Maria Thereza Candido de Menezes, Maria Felisberta Baptista Trindade and Ligia Martins Coelho, who chose the democratic resistance on the side of the, then illegal, PCB.

**Keywords:** Gender; PCB; Armed Struggle; Military Dictatorship; 1964 Coup

## Sumário

<b>Introdução</b>	1
<b>1. Ditadura militar no Brasil: história, memória e gênero</b>	
1.1. Contexto histórico	7
1.2. O privado também é político: feminismo de segunda onda no Brasil	13
1.3. História, memória e trauma	19
1.4. O caso brasileiro	26
1.5. Gênero e testemunho na ditadura militar brasileira	37
<b>2. Guerrilha: substantivo feminino</b>	
2.1. As guerrilhas: uma breve apresentação	46
2.2. Gênero e luta armada	51
2.3. Guerrilha: vozes femininas	53
2.3.1. Experiências de vida	54
2.3.2. Memórias subterrâneas: prisão e tortura	81
2.3.3. Testemunho e superação	85
<b>3. As pecebistas e o PCB</b>	
3.1. PCB e a resistência democrática	89
3.1.1. De Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro	91
3.1.2. PCB e o golpe militar de 1964	95
3.1.3. PCB e a resistência durante a ditadura militar brasileira	97
3.2. As mulheres do PCB	102
3.3. Análise dos depoimentos	106
3.3.1. Trajetórias de vida: PCB	107
3.3.2. A opção pelo PCB	119
3.3.3. Gênero e militância	123
3.3.4. A importância do testemunho	130
<b>3. Considerações finais – Para além do racha</b>	133

<b>Referências</b>	
- Entrevistas	141
- Fundos documentais	141
- Bibliografia	142
<b>Anexos</b>	
- Abreviaturas e siglas	151
- Amostra de transcrição de entrevista	152

## Introdução

---

Primeiramente, gostaria de atentar para as mudanças ocorridas durante o processo de escrita da presente dissertação. O projeto aprovado no mestrado em História no PPGH-UFF, na seleção realizada em 2012, tinha por objetivo analisar a prática de guerrilha e a sua relação com gênero, demarcada entre os anos de 1967-1974. Pretendia-se, com essa temática, analisar a trajetória feminina nas guerrilhas armadas brasileiras de 1967 a 1974, por meio de depoimentos de mulheres direta ou indiretamente ligadas aos movimentos de guerrilha que ofereciam resistência à ditadura militar no Brasil, apresentando o olhar da própria militante sobre a luta armada.

A partir do diálogo com o orientador Cezar Honorato, algumas mudanças foram sugeridas e incorporadas ao projeto original. Como experiência natural, fruto do primeiro ano de mestrado, estes acréscimos e modificações foram feitos para melhor redimensionar os objetivos e a problemática da pesquisa.

A proposta de mudança na problemática, no objeto e nos objetivos veio no intuito de ampliar os horizontes da pesquisa. Aquilo que, anteriormente, restringia-se ao estudo da participação feminina nas guerrilhas armadas, tornou-se a análise memorialista dos traumas<sup>1</sup> impressos pelo regime militar decorrentes da participação das mulheres no movimento de resistência armada e dentro do PCB no Brasil.

Confesso que, a princípio, fui resistente à incorporação da militância pecebista à pesquisa, porque tinha a percepção disseminada de que o PCB tinha ficado às margens da resistência, assumindo postura apática e conciliatória. Como todo preconceito, o meu não fugia à regra, tendo base no profundo desconhecimento da importante trajetória e estratégias adotadas pelo partido para, à sua maneira, resistir aos militares.

Apontadas as modificações ocorridas, é preciso indicar o objeto da pesquisa face ao que foi colocado. Para desenvolver o estudo, escolhi como ponto de partida o gênero. Mas, afinal, por que gênero? Entende-se gênero como um instrumento de análise da construção social a partir das relações masculino x feminino, usado para dimensionar as estruturas causais das desigualdades entre eles, fazendo com que a explicação biológica de opressão das mulheres pelos homens seja desconstruída. Segundo Scott, a palavra gênero “indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”. O termo gênero enfatiza igualmente o aspecto

---

<sup>1</sup> Trauma tratado como noção e não como categoria analítica.

relacional das definições normativas da feminilidade.<sup>2</sup> Sendo assim, rejeita-se a ideia de que o sexo determina a condição de gênero do indivíduo, reconhecendo que as relações de gênero são transversais, ou seja, integram todas as categorias sociais:

Les féministes en sont venues à utiliser ce mot dans les années 1960 et 1970 afin d'étudier comment, pour reprendre les magnifiques termes de Simone de Beauvoir, "on ne naît pas femme, on le devient". On peut être à la naissance de sexe féminin ou masculin, mais les féministes rejettent l'idée traditionnelle selon laquelle notre sexe détermine nécessairement (biologiquement ou par la volonté de Dieu) nos traits psychologiques, impliquant ainsi que nous allons et devons accomplir certaines formes de travail et les rôles sociaux.<sup>3</sup>

A categoria de gênero é capturada aqui para entender as relações de poder entre homens e mulheres a partir da construção social e do caráter androcêntrico da sociedade brasileira durante o período militar.

A ditadura militar no Brasil é um tema amplamente discutido e abordado no meio acadêmico. Atualmente, é possível encontrar materiais historiográficos de qualidade que afirmam o universo social dos marginalizados por condições sociais, étnicas e de gênero. No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar as experiências femininas e as representações, reconhecendo-as como sujeitos ativos na produção da memória histórica. A atuação da mulher, bem como os traumas deixados pelo regime militar, deve ser analisada sob a ótica de gênero, para que se atinja os fatos em sua profundidade e especificidade da subjetividade feminina. Para tanto, foram analisados, por meio de testemunhos, a trajetória de vida de uma geração de mulheres que se envolveram no projeto revolucionário para combater o regime militar dentro do Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (Guerrilha do Araguaia); e organizações como Vanguarda Armada Revolucionária Palmarensis (VAR-Palmares); Ação Popular (AP); e Ação Libertadora Nacional (ALN).

Para desenvolver esse estudo, recorri à metodologia utilizada pela historiografia, muitas vezes, para recuperar sujeitos escondidos pela história tradicional: a "história oral".<sup>4</sup> Essa metodologia foi escolhida pois a pesquisa se direcionou não somente ao que

---

<sup>2</sup> SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, dez. 1986. p.1054.

<sup>3</sup> HOLMSTROM, Nancy. Karl Marx: Em quoi peut-il contribuer à comprendre le genre. In: DESCOUTURES, V. et al. **Sous les sciences sociales, le genre**. Paris: La Découverte, 2010. p. 305-306.

<sup>4</sup> Há um intenso debate quanto a terminologia "história oral" ou "fontes orais". Ver: JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 56-58.

os documentos escritos puderam fornecer sobre ser mulher no período militar, como também às narrativas e trajetórias das mulheres que viveram – e, portanto, testemunharam – esse período da história brasileira. Entretanto, conforme alerta Alberti, “se o emprego da história oral significa voltar a atenção para as narrativas dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido”.<sup>5</sup> Desde seu surgimento, a história oral valoriza o universo dos vencidos,<sup>6</sup> sendo assim, as mulheres são parte do público-alvo dessa metodologia, conforme apresentado por Joutard:

O crescente interesse pela história das mulheres [...] desempenhou importante papel,<sup>7</sup> quer se trate da vida cotidiana, do trabalho operário ou doméstico, da militância ou, mais profundamente, de sua identidade ou de sua vida afetiva. Desse ponto de vista, não resta dúvida de que a história oral teve um papel pioneiro desde os anos 70 – bem antes de a história geral ter-se debruçado sobre o tema.

Assim como a história oral não constitui um fim em si mesma<sup>8</sup>, a escolha das depoentes não foi feita de maneira aleatória. Todas foram selecionadas de acordo com requisitos para cumprimento dos objetivos da pesquisa. Preocupei-me em escolher mulheres que participaram de organizações de luta armada ou do PCB e que pudessem fornecer depoimentos significativos acerca do tema. Além disso, levou-se em conta a continuidade das entrevistadas na militância (partidária ou não), sendo todas, de alguma forma, ainda hoje dedicadas à luta política. As entrevistas foram orientadas na modalidade de “história oral de vida”, de forma a capturar as diversas interpretações acerca do debate envolvendo as questões de gênero no processo de deslocamento das barreiras impostas pela sociedade durante a ditadura militar no Brasil. História oral de vida é “o retrato de uma pessoa cuja trajetória é significativa para a compreensão de eventos, períodos e de práticas culturais e históricas, cuja trajetória é registrada e analisada num esforço para deslindar interações entre percursos individuais e processos coletivos”<sup>9</sup>

Trata-se, portanto, de comparar representações de memórias em diferentes níveis – tanto a memória da luta armada como a memória de resistência democrática, recuperando,

---

<sup>5</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013., p. 38-39.

<sup>6</sup> Ver: JOUTARD, 2013.

<sup>7</sup> A história das mulheres contribuiu de maneira significativa para a consolidação da história oral como uma fonte e objeto de análise historiográfica.

<sup>8</sup> ALBERTI, 2013, p. 39.

<sup>9</sup> SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010. p. 71.

por meio delas, o passado em função do presente, deslocando suas referências passadas para explicar suas percepções e posições assumidas hodiernamente.

Para a montagem do roteiro de entrevista, as trajetórias de vida dos entrevistados foram cruzadas com um conjunto de tópicos definidos a priori. Os tópicos dizem respeito a: infância e juventude do entrevistado (relacionamento com a família, orientação política familiar e formação profissional do entrevistado); início da militância (principais influências); a forma como a pessoa viveu o golpe de 1964 (o tipo de militância que desenvolveu, as ações e grupos dos quais participou e como foi atingido pela repressão); como as questões de gênero influenciaram sua vida política; e, finalmente, como reconstruiu sua vida ao final da ditadura (mudanças de percepções, principais saldos e derrotas políticas).<sup>10</sup>

Segundo LaCapra,<sup>11</sup> o historiador que trabalha com testemunho transforma-se em uma testemunha secundária. *Essas mulheres não foram as mesmas após a ditadura e eu não sou a mesma após ouvi-las.*

Foram feitas sete entrevistas, das quais quatro entre as militantes que aderiram à guerrilha e três com militantes do PCB. Entre as guerrilheiras estão: Criméia Alice e Maria Amélia Teles (a Amelinha), ex-militantes do PCdoB e parte da guerrilha do Araguaia; Rosalina Santa Cruz, ex-militante da VAR-Palmares e AP; Victória Grabois, do PCdoB; e Jessie Jane, da ALN. As ex-militantes do PCB entrevistadas foram: Maria Thereza Candido de Menezes, Maria Felisberta Baptista Trindade e Ligia Martins Coelho.<sup>12</sup>

A dissertação está dividida em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo, “Ditadura militar no Brasil: história, memória e gênero”, são abordados temas relativos à ditadura militar brasileira, discorrendo também acerca da questão das narrativas históricas de memória, trauma e gênero. Primeiramente, apresento as condições históricas nas quais se desenvolve a pesquisa, além de uma breve apresentação do movimento feminista conhecido como feminismo de *segunda onda*, que ocorria paralelamente à ditadura militar, mas que está entrelaçado com as ações de resistência e

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre formulação de roteiro, preparação, realização, condução e encerramento de uma entrevista ver ALBERTI, op. cit., p. 157-234.

<sup>11</sup> LACAPRA, Dominik. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009. p. 25.

<sup>12</sup> Aproveito para destacar que todas as entrevistas foram documentalmente autorizadas, bem como a utilização dos nomes verdadeiros para escrita da presente dissertação.

organizações de esquerda. Fez-se, para além disso, uma análise inicial dos aspectos que se relacionam com a memória e das situações-limite, para, posteriormente, abordarem-se as especificidades deste debate em relação ao tema ditadura militar e gênero no Brasil, mostrando a tensão constante no debate histórico no que se refere à história oral e ao testemunho, sobretudo ao tratar-se do “tempo presente”. Este capítulo apresentará debates acerca desses assuntos, relacionando-os às questões de gênero.

Para a redação desse capítulo inicial, fez-se a opção de utilizar fontes bibliográficas, com o objetivo principal de revisitar os clássicos e traçar paralelos com obras de historiadores renomados que dedicaram seus estudos aos temas relacionados à ditadura militar no Brasil, memória e gênero. Com isso, acredito que tive o amparo teórico necessário para desenvolver com mais segurança o tema dos capítulos subsequentes.

No segundo capítulo, “Guerrilha: substantivo feminino”, serão apresentadas as análises de entrevistas realizadas com participantes da resistência armada contra a ditadura militar no Brasil (depoimento de mulheres explorando as questões de gênero). Inicialmente, é apresentado um esboço das principais organizações e ações realizadas pela guerrilha no Brasil, para, posteriormente, apresentar-se o resultado das entrevistas realizadas com os participantes dessas organizações, analisando-se as nuances ideológicas, as falhas, as privações e o reflexo de suas ações nos dias de hoje. Isso é feito através das narrativas de Jessie Jane Vieira de Sousa, Rosalina Santa Cruz Leite e as irmãs Criméia Alice Schmidt de Almeida e Maria Amélia de Almeida Teles.

O terceiro e último capítulo, “As pecebistas e o PCB”, está relacionado com a resistência empregada pelo PCB. Aqui aparecem as análises de depoimentos realizados com resistentes que optaram pela revolução democrática dentro do PCB. A princípio, apresento a trajetória histórica do partido e suas estratégias de luta, bem como a incorporação da mulher em seu quadro de militantes, para, em seguida, expor o resultado obtido por meio das entrevistas realizadas com três mulheres que optaram por militar ao lado do PCB. São elas: Maria Felisberta Baptista da Trindade, Maria Thereza Candido Gomes de Menezes e Lígia Martins Coelho.

Por fim apresento as Considerações Finais, “Para além do racha”. Nesse momento, serão confrontadas as questões ideológicas e motivações das duas formas de resistência – as ações democráticas e de guerrilha. Pretende-se com isso expor a pluralidade ideológica que havia no discurso da esquerda naquele momento, mostrando as diferenças e semelhanças entre cada grupo e como as questões de gênero influenciaram tais características. A diversidade de depoimentos e documentos será a fonte para traçar as

trajetórias dos depoentes. Pretende-se pensar este material como um trabalho intelectual e sensível do historiador, retomando os temas iniciais da memória como uma dimensão da vida humana, discutida como um elemento histórico.

## 1. Ditadura militar no Brasil: história, memória e gênero

---

Em outras palavras, entre os vencidos que venceram a memória houve uma pluralidade de memórias esquecidas, publicadas sim, mas não conhecidas ou não incorporadas na memória coletiva ou incorporadas como esquecimento.<sup>13</sup>

### 1.1. Contexto histórico

Muitos historiadores empreenderam enorme esforço historiográfico para discutir a história da ditadura militar brasileira<sup>14</sup>, de modo que esse não é o objetivo da presente dissertação. No entanto, para melhor compreensão da problemática, é necessário situar o leitor, fazendo uma breve exposição sobre o momento histórico que se pretende analisar.

Antes dos militares tomarem o poder, o Brasil vivia em uma democracia ainda muito jovem. O presidente era João Belchior Goulart (Jango), filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo a presidência em 1963 após renúncia de Jânio Quadros. Jango tinha ideias progressistas e demonstrava certa simpatia pelos movimentos de esquerda. Não mantinha relações com o movimento comunista organizado, porém, à época, suas ideias eram tidas por diversos segmentos da população, especialmente pela classe média conservadora, como passos rumo à implementação de um regime comunista nos moldes soviéticos no país.

Desde a posse de Jango até março de 1964, houve uma progressiva radicalização dos setores conservadores e progressistas, dando origem à consolidação de alianças nos extremos das duas correntes ideológicas. No início de 1964, o presidente encaminha ao Congresso uma proposta de reforma agrária que é derrotada. Os setores progressistas brasileiros organizam uma mobilização para protestar em favor da reforma agrária. A direita reage e, com o apoio da Igreja Católica e de associações empresariais, organiza a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, condenando o “avanço comunista” no Brasil. Essa manifestação recebe um considerável apoio da União Cívica Feminina e da Campanha da Mulher pela Democracia. Tal atuação mostra que a mulher já buscava ocupar espaço no debate público, o que ocorria nos dois lados do espectro político, havendo aquelas que apoiavam o golpe militar, como as que participavam de movimentos

---

<sup>13</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 81-91.

<sup>14</sup> Historiadores de renome dedicaram-se ao tema, como os que são citados na presente dissertação, tais como Carlos Fico, Jacob Gorender, René Armand Dreifuss, entre outros.

organizados por esposas de empresários, e as que o repudiavam, em sua maioria estudantes.

Quanto ao apoio dado pelos setores empresariais, a obra de René Armand Dreifuss é um clássico de incomparável importância. A pesquisa foi realizada enquanto o Brasil vivia sob o regime militar, portanto, no calor dos acontecimentos. Ele aponta para o surgimento de forças sociais na sociedade brasileiras concomitantes à industrialização e internacionalização econômica do país e o fundamental apoio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para a conspiração estratégica em favor dos militares. Através do IPES e do IBAD, a elite orgânica constituiu um poderoso aparelho de ação, apoiando inclusive as organizações femininas conservadoras.

O IPES custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para a Educação Cívica – CEC. Ele também assistia financeiramente, provida experiência organizacional e orientação política a esses grupos conservadores católicos e de cunho familiar, como a Campanha da Mulher Brasileira, o Movimento de Arregimentação Feminina – MAF (liderado por Antonieta Pellegrini), a Liga Independente para a Liberdade (dirigida por Maria Pacheco Chaves), o Movimento Familiar Cristão – MFC, a Confederação das Famílias Cristãs – CFC, a Liga Cristã Contra o Comunismo, a Cruzada do Rosário em Família – CRF, a Legião de Defesa Social, a Cruzada Democrática Feminina do Recife – CDFR, a Associação Democrática Feminina – ADF (de Porto Alegre) e a Liga de Mulheres Democráticas – LIMDE (de Minas Gerais).<sup>15</sup>

A direita, junto às elites conservadoras, acabou triunfando, e em 1964 instaurou-se no Brasil uma ditadura militar.

O golpe militar não foi capaz de sufocar de imediato as forças dessa nova cultura, que revelaram o vigor de flexibilidade para interpretar as aspirações populares no contexto da situação de derrota e de anseio de revanche.<sup>16</sup>

Esse não foi somente o caso do Brasil. Os regimes políticos repressivos tomaram conta dos países do Cone Sul posteriormente: Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973)

---

<sup>15</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classes. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 294-295.

<sup>16</sup> GORENDER apud RIDENTI, Marcelo S. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993. p.13.

e Chile (1973) – a ditadura de Alfredo Stroessner, no Paraguai, já havia se iniciado em 1954.

É importante salientar o notório debate travado dentro da historiografia referente ao apoio dado por parte da sociedade civil ao golpe militar de 1964. Historiadores como Daniel Aarão Reis Filho aponta para o apoio da sociedade e portanto para uma ditadura “civil-militar”. Entretanto, os fenômenos históricos são complexos e não há unanimidade quanto a esse ponto. Tendo a convergir com a tese de um “golpe civil-militar”, mas acredito numa ditadura estritamente militar, com característica capital monopolista, como apresentado por Carlos Fico.

[...] não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, é correto designarmos o golpe de Estado de 1964 como civil militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. Governadores, parlamentares, lideranças civis brasileiras – e até o governo dos Estados Unidos da América – foram conspiradores e deflagradores efetivos, tendo papel ativo como estrategistas. Entretanto, o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares justamente porque punham em risco o seu mando. É verdade que houve o apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao golpe – como ocorreu durante o período de grande crescimento da economia conhecido como “milagre brasileiro” – mas, como disse antes, não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais acertado considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito como correta a expressão “golpe civil-militar”, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar.<sup>17</sup>

O fato é que, nos anos que se seguiram ao golpe, o país assistiu ao ferrenho embate dos militares contra os movimentos sociais, no qual não faltaram requintes de crueldade como tortura, assassinatos e perseguições. O golpe de 1964 não representou somente o fim da democracia, foi também um reflexo do triunfo dos ideais conservadores no país.

Com vitória dos militares, a classe média conservadora saiu às ruas para comemorar com faixas e palavras de ordem. O Brasil agora era um “país livre da ameaça do comunismo ateu”. Os militares, “novos donos do poder”, ignoravam a existência do poder legislativo e da Constituição, passando a emitir decretos chamados Atos Institucionais (AI) que regulamentavam o novo regime. O primeiro foi introduzido no dia 9 de abril de

---

<sup>17</sup> FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 9-10

1964, e seu principal objetivo era aumentar o poder do presidente da República, que, a partir de então, poderia cassar mandatos de parlamentares e suspender os direitos políticos dos cidadãos.

Neste período, o Brasil entra em um momento marcado por prisões, desaparecimentos e exílios, além dos casos de tortura que começam a aparecer. O clima de terror e incerteza colaborava para frear as reivindicações de diversos setores sociais. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional votou o nome do general Humberto Alencar Castello Branco, um dos principais articuladores do golpe, para o cargo de presidente da República.

No âmbito econômico, o país enfrentava muitos problemas, como a falta de crédito no exterior, o que dificultava a exportação de produtos básicos, as altas taxas de inflação e o crescimento econômico estagnado. Para solucionar o problema do déficit do setor público, o presidente procurou programar um ajuste fiscal, aumentando a arrecadação e reduzindo as despesas do governo. Além disso, visando combater a inflação, buscou restringir o excesso de crédito no setor privado, adotando medidas que dificultavam concessão de créditos e empréstimos com a intenção de reduzir o número de negócios. Em discurso proferido em julho de 1964, Castello Branco anunciou que o crescimento viria da “restauração dos ingressos de capital estrangeiro e do retorno a entendimentos sérios com as organizações financeiras internacionais”.<sup>18</sup>

Nas questões trabalhistas, primeiramente, o governo tentou enfraquecer o movimento sindical, com uma lei que tornava quase impossível a realização de mobilizações grevistas. O regime combateu também o movimento sindical recorrendo à repressão direta.

Segundo Singer, o período “teve como causa básica uma política liberal de crédito que encontrou uma economia, após vários anos de recessões, com baixa utilização de capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido de mão-de-obra de pouca qualificação”.<sup>19</sup> Entre outras medidas econômicas, o governo procurou aumentar as exportações, tanto de bens primários como de manufaturados. Para isso, incentivou a entrada do capital estrangeiro e revogou a lei que estabelecia restrições à remessa de lucros ao exterior.

As medidas de ajuste fiscal de curto prazo restringiram a atividade econômica e acabaram provocando forte recessão no país. Muitas empresas foram à falência ou

---

<sup>18</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castello a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 83.

<sup>19</sup> SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.61.

reduziram suas atividades, o que resultou no aumento do desemprego e na aquisição de empresas nacionais por grupos estrangeiros.

Para superar o impasse, o governo implantou um programa econômico que provocou a queda da inflação. Ao mesmo tempo, a economia voltou a crescer, tendo como carros-chefe os setores industrial e da construção civil. Essa fase se entendeu de 1968 a 1973 e foi denominada “Milagre Econômico”.

Em outubro de 1965, realizaram-se eleições para governador em vários estados do país. Em alguns, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, foram eleitos candidatos da oposição, o que desagradou aos líderes do golpe, sobretudo um grupo mais radical, que começava a ser conhecido como a “linha-dura” do regime militar. O governo reagiu rapidamente, baixando dois outros Atos Institucionais, o AI-2 e o AI-3.

O AI-2 estabeleceu eleições indiretas para presidente e para vice-presidente, a serem realizadas no Congresso Nacional. Além disso, extinguiu os partidos existentes e implantou o bipartidarismo, com duas novas agremiações. O AI-3, por sua vez, foi decretado em janeiro de 1966 e estendia o princípio da eleição indireta também às eleições para governador, que passariam a ser realizadas pelas Assembleias Estaduais, e determinava que os prefeitos das capitais fossem nomeados pelos governadores.

A maior mobilização popular contra o regime militar partiu dos estudantes. A agitação estudantil, num contexto global, eclodiu em várias partes do mundo em 1968. Os jovens saíam às ruas para protestar contra o racismo, a guerra do Vietnã, a repressão sexual e a submissão das mulheres. No Brasil, a força do movimento foi maior entre os universitários, que protestavam contra o arcaico sistema de ensino e a falta de liberdade imposta pelo regime militar, e que agiam, em sua maior parte, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que atuava na clandestinidade após ter sido considerada ilegal.

Um fato dramático, ocorrido em 28 de março de 1968, provocou a radicalização do movimento estudantil. Nesse dia, realizava-se um protesto contra a comida servida no Restaurante Calabouço, local muito frequentado por estudantes no Rio de Janeiro. A polícia foi acionada para reprimir a manifestação e acabou matando Edson Luís, um estudante secundarista. A partir daí, os atos de protesto contra a ditadura militar e os enfrentamentos com policiais se espalharam pelo país. Os militares muniram-se novamente de poderes excepcionais e passaram por cima da Constituição que eles mesmos haviam “promulgado”. O presidente Médici, que sucederia Costa e Silva, foi um

votante convicto em favor do AI-5,<sup>20</sup> que, entre outras coisas, devolveu ao presidente da República, por tempo indeterminado, os poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, demitir ou aposentar funcionários públicos, intervir nos estados e municípios e fechar provisoriamente o Congresso Nacional. Foi o “golpe dentro do golpe”.

Em 28 de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral e foi substituído provisoriamente por uma junta de três ministros militares. Costa e Silva morreu em 17 de dezembro de 1969, e a junta militar escolheu como seu sucessor o general Emílio Garrastazu Médici, com o almirante Augusto Rademaker para a vice-presidência. É o presidente Médici que dá início aos anos considerados mais repressivos e violentos da ditadura. Ele “não só se orgulhou de ter namorado o AI-5 desde antes de sua edição, como sempre viu nele um verdadeiro elixir”.<sup>21</sup>

Nesse momento, o PCdoB já havia nascido, mas ganha proeminência com a eclosão da Guerrilha do Araguaia,<sup>22</sup> que surge concomitantemente ao endurecimento do regime.<sup>23</sup>

[...] no contexto de endurecimento do regime a partir de 1968, algumas organizações partidárias de esquerda optaram pela luta armada como estratégia de enfrentamento ao poder dos militares. Nasceram diferentes grupos guerrilheiros, compostos, em grande maioria, por estudantes, mas incluindo também antigos militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos.<sup>24</sup>

É importante destacar nesse momento o surgimento do PCdoB. Ele surge a partir de uma cisão do PCB, que vinha sendo criticado por seu posicionamento. Reinventa-se então o PCdoB, que tem sua formação original em 1922,<sup>25</sup> adotando a forma maoísta de guerrilha, propondo “cerco das cidades pelo campo”. Após o golpe, o partido passou a dedicar-se, entre 1966 e 1972, a enviar seus quadros para o sul do Pará, processo que

<sup>20</sup> Ver GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 128-129.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>22</sup> “Entre 1972 e 1974, numa área de 7.000 km<sup>2</sup> à margem esquerda do rio Araguaia, no sul paraense, desenvolveu-se a chamada Guerrilha do Araguaia, sob a direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Seus militantes foram deslocados para aquela região entre 1966 e abril de 1972. Um número indeterminado de camponeses locais teria se juntado a eles.” (MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à Memória e à Verdade: LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010. p.107)

<sup>23</sup> Ver GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987, cap. 15.

<sup>24</sup> MERLINO e OJEDA, 2010, p. 24.

<sup>25</sup> PCB e PCdoB pleiteiam a autenticidade de “verdadeiro” partido da classe operária. Ver MECHI, Patrícia Sposito. Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil: meio século de disputa pela memória comunista. **Escritas**, v. 6 n. 1, p. 144-164, 2014.

resultaria na Guerrilha do Araguaia, que resistiu até ser completamente aniquilada pelas forças militares em 1974.

Cercados, colocados na defensiva sem qualquer possibilidade de reposição de baixas (ao contrário do inimigo), os guerrilheiros iam todos sendo dizimados. Nos últimos dias de dezembro de 1973 os paraquedistas penetraram no reduto da Comissão Militar. Maurício Grabois e Haas Sobrinho morreram em combate. Já haviam tombado Dinalva Teixeira (Dina) e José Francisco Chaves, operário comunista desde 1935, e André Grabois, filho de Maurício. Reduzido a menos da metade, o agrupamento guerrilheiro estava condenado à extinção. Em abril de 1974, o tiro de um jagunço derrubou o gigante negro Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, amigo da gente do Araguaia, o mais temido dos lutadores, já sem forças sequer para se defender.<sup>26</sup>

O PCdoB, após a derrota no Araguaia, consegue recompor seu aparelho partidário e infiltrar-se no movimento estudantil. Nessa época, em dezembro de 1976, houve a conhecida “Chacina da Lapa”, que terminou na execução de três altos dirigentes do partido e prisões de vários outros de seus membros, que reuniam-se clandestinamente em São Paulo.

Com o extermínio das ações guerrilheiras, que tiveram seu último suspiro no Araguaia, o regime começou a agir com o mesmo empenho para garantir o fim do PCB. No entanto, a partir de 1970, o regime começa se fragilizar, decidindo controlar a abertura política, garantindo que ela ocorresse de forma “lenta, gradual e segura”, o que levou à posse de um presidente civil (José Sarney) em 1985.

## **1.2. O privado também é político: feminismo de segunda onda no Brasil**

Para além dos acontecimentos que giravam em torno da ditadura militar, paralelamente, mulheres se organizavam para questionar sua condição dentro da sociedade. Dessa forma, para melhor entendimento dos capítulos que se seguem, faz-se necessária uma breve introdução do que ficou conhecido como “feminismo de segunda onda” no Brasil, iniciado na década de 1970.

O movimento feminista surge no mundo inteiro a partir das lutas coletivas de mulheres contra o sexismo e as condições de interiorização, opressão e subordinação impostas às mulheres ao longo do tempo.

---

<sup>26</sup> GORENDER, 1987, p. 210.

Nos EUA, a segunda fase do feminismo foi impulsionada pelas ideias de Betty Fridman, com a publicação do livro *A mística feminista*, e as ideias de Simone de Beauvoir, sobretudo no seu livro *Segundo Sexo*. Mulheres do mundo inteiro passam a questionar o modelo tradicional imposto a elas. Com as palavras de ordem “*Nosso corpo nos pertence! O privado também é político!*”, ganham as ruas.<sup>27</sup> No Brasil, o entrelaçamento entre público e privado também é bandeira do movimento feminista. Segundo Rachel Soihet, os movimentos feministas surgidos durante as décadas de 1960 e 1970 denunciavam “como uma mistificação a separação entre o público e o privado, entre o pessoal e o político, insistindo sobre o caráter estrutural da dominação, expresso nas relações da vida cotidiana, dominação cujo caráter sistemático apresentava-se obscurecido, como se fosse produto de situações pessoais”.<sup>28</sup>

A efervescência internacional, somada à crise na democracia causada pelo regime militar no Brasil, determinaram o tom do que seria o movimento feminista da década de 1970. Se, por um lado, a nova *onda feminista* se empenhou na luta por equidade de gênero e liberdade sexual, por outro tornou-se também forte aliada do movimento de oposição ao regime militar. Essas mulheres não eram apenas opositoras do regime; eram também uma presença subversiva de valores estabelecidos pela sociedade machista, que não atribuía à mulher espaço para a participação política.

No Brasil, essa nova vaga feminista manifestou-se no momento em que o país se via acossado pela ditadura militar, após o golpe de 1964, fator que contribuiu para que o feminismo aqui surgido assumisse características peculiares. De um lado, enfrentou a oposição do governo, que via com desconfiança qualquer forma de organização da sociedade, de outro, dos grupos de esquerda, que consideravam que a luta deveria se polarizar contra o governo autoritário e a desigualdade de classes aqui vigente.<sup>29</sup>

É nesse contexto que a segunda fase feminista, ou feminismo de segunda onda, nasce no Brasil. Essas mulheres passam então a se organizar. Segundo o *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*, a primeira organização que surge durante essa fase apareceu em São Paulo, em 1972:

---

<sup>27</sup> SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade** – biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 232.

<sup>28</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. **Locus**, Revista de História, v. 9, n. 1, 2003, p. 36.

<sup>29</sup> Id. **Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 125.

Reuniram-se com o objetivo de pensar coletivamente sobre a condição feminina, a partir dos acontecimentos no mundo e no Brasil. [...] Durante três anos fizeram algumas tentativas de ampliação do coletivo e, em 1975, na reunião anual da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) em Belo Horizonte, organizaram uma mesa sobre o tema mulher e essa questão invadiu o cenário acadêmico. Esse grupo pioneiro dissolveu-se nesse mesmo ano e suas integrantes incorporaram, cada uma a sua maneira, a temática de gênero.<sup>30</sup>

A intensa mobilização de mulheres fez o ano de 1975 particularmente especial. A mulher passa a ocupar lugar no debate diplomático na ONU. Realizou-se então uma Conferência na Cidade do México, que coroou o ano de 1975 como o *Ano Internacional da Mulher*. Bertha Lutz foi um dos nomes que representou a delegação brasileira na conferência.<sup>31</sup>

Esses acontecimentos reverberaram intensamente no Brasil. Foi também no ano de 1975 que, com o apoio da ONU, foi organizado na ABI um debate envolvendo a questão da mulher, intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o objetivo de comemorar o Ano Internacional da Mulher. Desse encontro, as cariocas organizaram o Centro da Mulher Brasileira (CMB). Ainda em 1975, organiza-se o Movimento Feminino Pela Anistia.<sup>32</sup> No ano seguinte, em São Paulo, organiza-se o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB), com poucas similaridades com o carioca CMB.<sup>33</sup>

Os grupos feministas e jornais que abordavam a temática multiplicam-se no país – era realmente a década da mulher. A imprensa feminista, que sofreu séria repressão desde o golpe de 64, ressurgiu, ajudando a impulsionar os debates acerca da questão da mulher. Entre os periódicos feministas que ganham notoriedade estão o *Brasil Mulher*, quem primeiramente, funcionava como porta-voz do Movimento Feminino Pela Anistia, e, posteriormente, assumiu a temática feminista (1975-1980); *Nós Mulheres*<sup>34</sup> (1976-1978);

<sup>30</sup> SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 233.

<sup>31</sup> Ver RELATÓRIO de Bertha Lutz ao Ministério das Relações Exteriores sobre sua participação na Conferência do México, 1975.

<sup>32</sup> Embora o Movimento Feminino pela Anistia não se considerasse feminista, foi responsável pela aproximação de algumas mulheres com o feminismo. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 126.

<sup>33</sup> SCHUMAHER e BRAZIL, op. cit., p. 233.

<sup>34</sup> Esse sim mantinha ideias declaradamente feministas. É o que fica evidenciado no editorial do dia 7 de março de 1978: “Que as coisas fiquem claras: mantemos a firme convicção de que existe um espaço para a imprensa feminista, que denuncia a opressão da mulher brasileira e luta por uma sociedade livre e democrática. Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não só são oprimidas enquanto sexo, mas também exploradas enquanto classe”.

*Mulherio* (1981-1987), entre outros.

Como dito anteriormente, o movimento feminista brasileiro foi fortemente marcado pelas lutas contra o regime militar. Apesar do cerceamento das liberdades democráticas, pluralizam-se as organizações feministas no país, reunindo as mais diferentes expressões políticas, que se somam aos movimentos sociais e se levantam contra a ditadura militar. O feminismo no Brasil – salvo raras exceções – sempre esteve envolvido com organizações de esquerda. Grande parte das mulheres que se envolviam com o feminismo simpatizavam ou eram militantes ativas nessas organizações. Entretanto, as organizações feministas funcionavam de maneira autônoma,<sup>35</sup> conforme apresentado por Schumacher:

Esses grupos estavam próximos às organizações de esquerda, embora surgissem como novos movimentos sociais. [...] Embora as organizações feministas contassem com aliados nos partidos políticos, no conjunto, o movimento abrigava mulheres de tendências políticas diferentes, que buscavam total autonomia em relação aos mesmos. Os vários grupos defendiam, prioritariamente, a ampliação da cidadania e o direito à sexualidade, e aspiravam afirmar a identidade feminina, diferenciando-a das visões que pretendiam sobrepor as lutas gerais da sociedade à especificidade da condição feminina. Dentro dessa multiplicidade de formas de organização e, principalmente a partir dos anos 1980, o movimento feminista foi ganhando novos contornos e incorporando outros segmentos com realidades específicas, como os grupos de mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras urbanas e rurais, prostitutas, empresárias, produtoras culturais, educadoras populares, entre outros.<sup>36</sup>

Essa autonomia, no entanto, não significava distanciamento completo da política e, por sua vez, da luta contra a ditadura militar. O feminismo defendia sua autonomia, segundo a qual o movimento pelos direitos das mulheres, no Brasil, não deveria estar subordinado às lutas gerais. Entretanto, a íntima ligação de muitas feministas com organizações de esquerda gerava um paradoxo, pois o feminismo era considerado por uma parte dos militantes dessas organizações como um elemento divisionista pequeno-burguês<sup>37</sup> – havia uma polêmica dentro da esquerda organizada sobre “específico *versus* geral”. Segundo Costa:

---

<sup>35</sup> Pode-se usar como exemplo o CMB, que tinha um grande número de militantes do PCB, mas funcionava paralelamente às ações do partido, que por sua vez incentivava a autonomia do movimento feminista (ver capítulo 3).

<sup>36</sup> SCHUMACHER e BRAZIL, op. cit., p. 234

<sup>37</sup> Ver PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, cap. 2.

A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias.<sup>38</sup>

O feminismo brasileiro, devido à crise na democracia do país, como supracitado, foi marcado pelas peculiaridades do período. Sua eclosão em pleno governo Médici, considerado o período mais repressivo da ditadura brasileira, fez com que tivesse polos dentro e fora do país, pois, nesse período, muitas dessas mulheres estavam no exílio.

O fim da ditadura não se deu de forma abrupta, e quem garantiu sua abertura de forma “lenta, gradual e segura<sup>39</sup>” foi o último presidente, o general João Batista de Oliveira Figueiredo. Figueiredo foi também quem promulgou a Lei de Anistia, em 1979, que permitiu o retorno dos exilados ao país. Entre os exilados que retornaram estavam muitas feministas, que, no exílio, travaram contato com o feminismo estrangeiro, sobretudo com o francês. De acordo com Joana Maria Pedro, o exílio e a participação em organizações de esquerda tiveram grande importância para a formação da narrativa do feminismo no Brasil desse período.<sup>40</sup>

Algo que distingue o feminismo brasileiro dos demais no Cone Sul é a grande formação de grupos de mulheres e feministas no exterior, durante o período da ditadura<sup>41</sup>. Formaram-se, no exílio, os seguintes grupos: 1) em Santiago, no Chile, um grupo de mulheres, coordenado por Zuleika Alambert; 2) em Paris, na França, o grupo de “Latino-Americanas”, coordenado por Yolanda Cerquinha da Silva Prado, conhecida como Danda Prado; este grupo chegou a publicar um periódico chamado *Nosotras*; 3) em Paris, na França, formou-se um grupo de mulheres, também sob a coordenação de Zuleika Alambert; 4) na França, o Círculo de Mulheres de Paris, que publicou um periódico chamado *Agora é que são elas*. 5) em Lisboa, Portugal, formou-se um grupo de reflexão (estudos e consciência), que se reunia no apartamento de Marli Moreira Alves.<sup>42 e 43</sup>

O retorno das exiladas traz uma nova forma de pensar a condição da mulher, para as quais o papel de submissão imposto pela sociedade não servia mais. Vale ressaltar que, no Brasil, paralelamente ao feminismo, desenvolvia-se o movimento de mulheres. Segundo Célia Regina Jardim Pinto, os dois movimentos não se davam de maneira

<sup>38</sup> COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Rio de Janeiro: Editora Niterói, 2005, v. 5, p. 16.

<sup>39</sup> Não se pode de maneira nenhuma atribuir o fim da ditadura à “benevolência” dos militares, ao contrário, o regime vinha sendo acossado pela crise econômica e a perseverante pressão da oposição, o que tornou a abertura um amálgama de oportunismo e recuo por parte dos militares.

<sup>40</sup> PEDRO, 2010, p. 125

<sup>41</sup> Sabemos pelas entrevistas que bolivianas e chilenas também formaram grupos de mulheres no exílio. Não temos, entretanto, notícias de que tivessem cunho feminista.

<sup>42</sup> COSTA, Albertina. Depoimento no **Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**, Florianópolis, UFSC, 4-7 maio 2009.

<sup>43</sup> PEDRO, op. cit., p. 125-126.

apartada, entretanto, divergiam em algumas formas de atuação e reivindicação.<sup>44</sup> Para Maria Rosa Dória Ribeiro, a resolução “*A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*”, aprovada pelo PCB, por exemplo:

reconhece a diferença entre movimento de mulheres e movimento feminista, atribuindo a este o papel de vanguarda, uma vez que se define como amplo, democrático, extrapolando as fronteiras de classe e reunindo mulheres em suas múltiplas formas de organização, buscando os mesmos objetivos maiores: transformação das condições de vida das mulheres, sua libertação e emancipação. Enfatizando seu caráter plural e a especificidade da questão da mulher, reafirma a sua necessária autonomia, condição que deve ser respeitada pelos partidos que nele atuam.<sup>45</sup>

Essas contradições indicam algumas das dificuldades que as mulheres enfrentavam em sua militância, tanto no interior das organizações de esquerda quanto em todos os aspectos políticos e sociais. Os anos posteriores, como explica Costa, foram de ampliação para os grupos de mulheres.

Novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade.<sup>46</sup>

A lenta chegada da democracia iniciada por Figueiredo traria, na segunda metade dos anos 1980, um grande chamamento de mulheres para a esfera pública. Os partidos políticos permanecem majoritariamente masculinos, entretanto, as mulheres vêm ocupando lentamente o espaço político. Exemplo disso é a presença de Dilma Rousseff na Presidência da República, ocupando, desde 2011, o mais alto cargo do Executivo nacional. O caminho até este ponto foi longo e tortuoso, repleto de conquistas, vitórias e também muitas derrotas. As mulheres, com o apoio do feminismo, enfrentaram a ditadura militar além do machismo nas organizações de esquerda, na família e em todas suas

---

<sup>44</sup> Ver PINTO, 2003, p. 45-46.

<sup>45</sup> RIBEIRO, Maria Rosa Dória. As comunistas e o feminismo. *Perseu*, ano 7, n. 9, 2013, p. 137. Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu9.ribeiro\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu9.ribeiro_0.pdf)> Acesso em: 1 dez. 2014.

<sup>46</sup> COSTA, 2005, p.15.

relações sociais. Elas romperam barreiras e conquistaram autonomia, o que possibilitou o surgimento de novas práticas e definições de identidade de gênero. Entretanto, as possibilidades não foram esgotadas e as amarras do machismo ainda não foram completamente desatadas. O feminismo está longe de ser uma unanimidade na sociedade brasileira, e políticas que visam a equidade de gênero enfrentam, ainda hoje, obstáculos políticos, sociais e religiosos, mas esse é um desafio que o feminismo brasileiro continuará enfrentando.

### 1.3. História, memória e trauma

Para melhor entender a problemática, é necessário apresentar um debate bibliográfico entre história e memória. Não há consenso entre os teóricos de história testemunhal: há os que defendem amplamente a valorização do testemunho; há, também, os que fazem ponderações acerca de seu uso; por fim, ainda, há aqueles que desconsideram a fonte testemunhal como uma fonte histórica segura.

Não se trata de abrir mão das explicações plurais, mas de se perceber que os eventos traumáticos possuem esse caráter “interminável” justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e história: no caso da História do tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte.<sup>47</sup>

As relações entre história e memória foram constantes no processo de elaboração da presente pesquisa. Entretanto, procurei trabalhar o intenso debate historiográfico que permeia as relações entre história e memória, tornando a memória objeto de estudo da história e sua relação com o presente e passado.

O século XX reinventou a maneira de se ler a história. O antifascismo, as ditaduras latino-americanas, o comunismo, as grandes guerras e as ditaduras socialistas deram o tom da história contemporânea. A “Era dos Extremos”<sup>48</sup> deixou marcas profundas, dando

---

<sup>47</sup> FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012, p. 48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

<sup>48</sup> “Era dos Extremos” é um termo usado por Hobsbawm para caracterizar o século XX (HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

origem à literatura do trauma, tornando o testemunho algo fundamental para a compreensão desse período.

É importante salientar que história e memória são formas distintas de representação do passado. A história busca operar através de elementos científicos, questionando constantemente suas fontes, submetendo-as ao crivo da historiografia. A história busca com sua metodologia transformar a memória em uma de suas fontes. O estudo testemunhal, atualmente, vem ganhando campo, tornando-se um método de muita relevância na historiografia contemporânea, sobretudo no que diz respeito à história do tempo presente. Como afirma Bosi: “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.<sup>49</sup>

No século XX, o que ocorreu foi uma verdadeira invasão de memórias, que inspirou novas reflexões e conceitos. O uso da memória foi estimulado pela aproximação temporal e pelo caráter violento do período – no caso do Brasil, pela feição autoritária e violenta do regime militar, que produziu mortes, torturas e prisões. Nesses casos, a memória assume caráter jurídico, de identidade e de pertencimento, além de ser fundamental para a manutenção de um compromisso ético e moral com o passado. Do ponto de vista da pesquisa histórica, os testemunhos fornecem material por meio do qual o historiador pode “provocar” a memória com entrevistas.

Há tensão constante no debate histórico no que se refere à história oral e ao testemunho, sobretudo ao tratar-se do “tempo presente”.<sup>50</sup> Considero importante, portanto, apresentar algumas considerações sobre o que se entende como “história do tempo presente”.

Trabalhar com acontecimentos recentes envolve questões profundas de subjetividade, inclusive no que diz respeito à própria noção de “tempo presente”:

a noção de “tempo presente” em seus múltiplos aspectos e suas relações com o contemporâneo, os testemunhos, os atores, a demanda social e outras disciplinas. Desse debate uma questão interessante que emergiu foi a afirmação de que o “tempo presente” constituiu um campo científico singular por sua própria definição. A primeira dificuldade é que o período histórico em questão é definido por balizas móveis. Assim, que cronologia, que evento-chave e reconhecido deve ser adotado como marco inicial da história do tempo presente? Para alguns

---

<sup>49</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 23.

<sup>50</sup> A história do tempo presente ganha força a partir de uma iniciativa de René Rémond e outros intelectuais ligados à Universidade de Paris-X-Nanterre e ao Institut d'Études Politiques e Fondation Nationale des Sciences Politiques. Formou-se então na França, em 1978, o Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP).

trata-se do período que remonta a uma última grande ruptura; para outros, trata-se da época em que vivemos e que temos lembranças, ou da época cujas testemunhas são vivas e podem supervisionar o historiador e colocá-lo em xeque (Voldman, 1993). Ou ainda como afirma Hobsbawm (1993 e 1998), o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação.<sup>51</sup>

As pesquisas originadas na “história recente”, sobretudo aquelas ligadas às memórias de eventos traumáticos, podem apresentar confronto de memórias. Nesse momento, o pesquisador pode ser confrontado com divergências entre a memória do depoente, sua própria memória e a história documental. Segundo Carlos Fico:

De fato, a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, “não terminou”. Isso traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja construir.<sup>52</sup>

Nesse campo, o pesquisador encontra-se com eventos e processos que contam com muitas testemunhas<sup>53</sup> vivas. O desafio que se coloca está em como lidar com esse passado traumático e distanciar-se das paixões e emoções. Infelizmente, este é um desafio sem respostas objetivas. A saída é submeter a memória ao crivo da crítica e ao confronto com outras evidências. Isso torna as questões que envolvem a memória em objeto de disputas pela compreensão e representação do passado recente, sendo o testemunho uma das armas principais usadas nesse combate.

Para se obter um testemunho, não basta apenas que a vítima narre os acontecimentos, sendo imprescindível a presença de um ouvinte. Portanto, aquele que ouve torna-se testemunha da história do outro. O estudo dessas fontes testemunhais deve ser complementado pelo pesquisador com o exame de documentos escritos e bibliografia de especialistas no assunto, para minimizar os riscos da subjetividade, peculiares nesse tipo de fonte. Segundo Jacques Le Goff, “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”.<sup>54</sup> Isso não quer dizer, no entanto, que o risco da subjetividade

---

<sup>51</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGC Editora, 2012, p. 5.

<sup>52</sup> FICO, 2012, p. 45.

<sup>53</sup> Testemunha entendida como portadora de memória.

<sup>54</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 29.

seja exclusividade da história oral, estando ela presente em todas as fontes, sejam elas orais, escritas ou visuais:

a noção de que o documento escrito possui um valor hierárquico superior a outros tipos de fontes, vem sendo sistematicamente contestada, em um século marcado por um avanço sem precedentes nas tecnologias de comunicação.<sup>55</sup>

Isto ocorre particularmente no uso de fontes orais, porque, neste caso, a história não é construída apenas por continuidades temporais, sendo inclusive uma construção político-ideológica que, por sua vez, vai guiar a relação intrínseca entre história e memória, levando em consideração as descontinuidades, esquecimentos, ambiguidades e buracos.

[...] la posición que definiendo propone una concepción de la historia que involucra una tensión entre la construcción objetiva (no objetivista) del pasado y un intercambio dialógico con él y con otros investigadores, en el que el conocimiento no entraña solamente el procesamiento de información sino también afectos, empatía y cuestiones de valor.<sup>56</sup>

Esta latência de elementos subjetivos presentes na memória ocorre especialmente na narrativa do trauma na história do tempo presente, que, neste caso, na construção da história, significa assumir uma posição político-ideológica, pois tais memórias ainda são objeto de disputas, conflitos e lutas.

Esse fenômeno, mesmo que possa “objetivamente” desempenhar o papel de um reforço à corrente reformadora contra a ortodoxia que continua a ocupar importantes posições no partido e no Estado, não pode, porém, ser reduzido a este aspecto. Ele consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Essa memória “proibida” e, portanto, “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se

<sup>55</sup> FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 67.

<sup>56</sup> LACAPRA, 2001, p. 35 apud JELIN, 2002, p. 67.

acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.<sup>57</sup>

A memória, segundo Pollak, cria um sentimento de pertencimento e de continuidade individual ou de um grupo para a construção ou reconstrução de si. Dessa forma, a memória é ativa, pois cria e constrói, sendo um processo caracterizado pela transformação. Historicizar a memória é reconhecer que existem mudanças históricas nos sentidos do passado.

[...] a história do tempo presente é feita de moradas provisórias para citar Santo Agostinho. Sua lei é a renovação. Seu turnover verifica-se muito rapidamente. Mas é reconfortante pensar que seus adeptos têm o privilégio de uma fonte da eterna juventude.<sup>58</sup>

Isso significa que a história se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, partindo de outros olhares e caminhos. Essa utilização da memória como agente formador de identidade – individual ou coletiva – e sentimento de pertencimento, somadas aos confrontos ligados às questões traumáticas, trazem à tona a questão de geração e identidade. Noemi Jaffe<sup>59</sup> fala sobre a experiência de hereditariedade e trauma. Segundo ela:

— Hoje minha mãe só lembra da guerra o que está no diário. Sinto que tenho o dever de lembrar por ela, como se eu fosse porta-voz da memória que ela precisou esquecer. É uma incumbência da qual não quero escapar. Só quem viveu aquilo tem direito de esquecer.<sup>60</sup>

Segundo Leda, “ser neta de sobreviventes é ter uma relação indireta com esse sofrimento que possibilitou minha existência”.<sup>61</sup>

Há, de acordo com Pollak, diferenciação entre os acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo grupo, mas que a pessoa não viveu, sentindo-se, no entanto, parte deles. Dessa maneira, é possível que ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com o passado que toma tamanho relevo que faz com que seja

---

<sup>57</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 5.

<sup>58</sup> FERREIRA e AMADO, 2006, p. 221.

<sup>59</sup> Noemi Jaffe, escritora do livro *O que os cegos estão sonhando*. Uma das filhas de Lili, sobrevivente de Auschwitz.

<sup>60</sup> FREITAS, Grilherme. Testemunho de três gerações da família Jaffe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/03/16/testemunho-de-tres-geracoes-da-familia-jaffe-489920.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

<sup>61</sup> Ibid.

possível que o passado traumático seja transmitido como uma “herança” para outras gerações.

O tempo da memória não é linear ou cronológico. Dessa forma, os passados ligados a memórias traumáticas têm momentos de maior visibilidade e outros que aparecem na zona do esquecimento e no silêncio. “Mais especificamente, o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa. O trauma mostra-se, portanto, como o fato psicanalítico prototípico no que concerne à sua estrutura temporal.”<sup>62</sup>

O dinamismo das lembranças e o surgimento de novos indivíduos ou lugares ressignifica a memória e os processos históricos ligados a ela:

Elaborar lo traumático (working through) implica poner una distancia entre el pasado y el presente, de modo que se pueda recordar que algo ocurrió, pero al mismo tiempo reconocer la vida presente y los proyectos futuros. En la memoria, a diferencia de la repetición traumática, el pasado no invade el presente sino que lo informa.<sup>63</sup>

A construção e conservação da memória é fundamental para a manutenção da identidade individual e coletiva. Se por um lado a memória é individual e relativamente íntima, sujeita, portanto, a flutuações, lacunas, supressões e silêncios, como afirma Pollak, ela pode também ser coletiva, como afirma Halbwachs.<sup>64</sup> A memória coletiva, segundo esse autor,<sup>65</sup> é fundamental para a coesão social, sendo construída a partir de uma base comum e compartilhada por diversos indivíduos do grupo, trazendo à tona questões de identidade e pertencimento:

la memoria colectiva es el proceso social de reconstrucción del pasado vivido y experimentado por un determinado grupo, comunidad o sociedad, Este pasado vivido es distinto de La historia, La cual se refiere más bien ala serie de fechas y eventos registrados, como dados e como hechos independientemente de si éstos han sido sentidos y experimentados por alguien.<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, 2008, p. 69.

<sup>63</sup> JELIN, 2002, p. 69.

<sup>64</sup> HALBWACHS, Maurice. Fragmentos da la Memoria Colectiva. **Revista de Cultura Psicológica**, México (UNAM), ano 1, n. 1, 1991.

<sup>65</sup> Embora o conceito de memória coletiva de Halbwachs seja relevante, seu caráter opressor não é rejeitado; de acordo com Pollak (1989), a memória coletiva ignora a memória dos excluídos e marginalizados.

<sup>66</sup> HALBWACHS, 1991, p. 2.

Uma das ferramentas mais utilizadas para se historicizar a memória é o depoimento. O depoimento é um momento de reelaboração, rememoração, elaboração e reconhecimento da subjetividade, sendo uma recomposição histórica pessoal e estando sempre dirigido ao outro – é um ato colaborativo, como mostra Seligmann-Silva ao analisar a literatura de trauma escrita por Primo Levi:

Vale a pena voltarmos a estas palavras de Levi porque ele acrescenta a esta ideia de necessidade de testemunhar outro dado fundamental, a saber, a sua implícita dialogicidade: “A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (Levi, 1988: 7). Seguindo estas palavras, podemos caracterizar, portanto, o testemunho como uma atividade *elementar*, no sentido de que dela depende a sobrevivência daquele que volta do *Lager* (campo de concentração) ou de outra situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar.<sup>67</sup>

Os testemunhos traumáticos carregam perplexidade e necessidade da fala. Segundo Seligmann-Silva, o sobrevivente sente a necessidade de escrever também como uma maneira de dar túmulo aos mortos, para que estes não sejam esquecidos.

Estudar a história do “tempo presente” em seus eventos traumáticos carrega o fardo de se falar de um “passado que não passa”, que ainda não foi sepultado, o que quebra os horizontes temporais na retomada da cena traumática. Essa retomada se dá através do dever de reivindicação das memórias de grupos ou indivíduos que vivenciaram o evento traumático.

A noção de trauma tem sido usada por alguns autores como uma chave explicativa para o problema da representação de eventos-limite. Ao narrar uma experiência vivida em situações de extrema adversidade, a testemunha, em alguma medida, revive os feitos do passado sob o predomínio do trauma. Dominick LaCapra assinala que, em um importante sentido, o que é narrado não é passível de crítica enquanto testemunho de uma experiência tal como ela é recordada e revivida. A narração do trauma implica a reconstrução de um espaço simbólico e a retomada do fluxo devida, trazendo novamente a testemunha para o mundo presente; não obstante, falando na linguagem da melancolia, pode-se “pensar que algo da cena traumática permanece incorporado, como um corpo estranho, dentro do sobrevivente”. Narrar, nesse sentido, torna-se um imperativo para a busca de elaboração do trauma

---

<sup>67</sup> SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66.

e, conseqüentemente, para a restauração dos laços entre passado e presente.<sup>68</sup>

O trauma pode ser compreendido como um evento que excede a capacidade de assimilação de quem sofre o evento transbordante, ocasionando uma fissura entre o evento traumático e o que é dizível. A incapacidade de dar voz ao trauma representa uma incapacidade de luto sobre os eventos traumáticos.

Dessa forma, o silêncio impõe-se como uma consequência do trauma, porém, narrar o fato traumatizante pode ser também uma maneira de superá-lo. Narrar o trauma, portanto, segundo Seligmann-Silva, “tem, em primeiro lugar, este sentido primário de desejo de renascer”.<sup>69</sup> É através do rompimento do silêncio daquele que sofre que o trauma torna-se suportável – por meio da catarse<sup>70</sup>.

Essa discussão de memória, trauma e testemunho aplicados à historiografia é de peculiar importância para entender os eventos ocorridos no Brasil de 1964 a 1985, período no qual o país viveu a experiência da ditadura militar. Foi um momento obscuro da história nacional, que deixou traumas sociais até o momento insuperáveis, decorrentes das barbaridades cometidas pelo Estado ditatorial. Torna-se necessário recapitular e rememorar esse momento, reabrir as feridas da memória, analisando a experiência dos que sobreviveram.

#### 1.4. O caso brasileiro

A história da ditadura militar brasileira perpassa os diversos eventos traumáticos ocorridos no decorrer do século XX, situada no contexto dos debates acerca da história do tempo presente. A tendência de valorização da memória e compromisso com a história recente vem sendo seguida nos países do Cone-Sul, sobretudo no que diz respeito à preservação da memória acerca do período das ditaduras militares na região.

---

<sup>68</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanan**, Rio de Janeiro (UERJ), jan./dez. 2012, p. 50-51. Disponível em: <[http://www.academia.edu/7629900/Hist%C3%B3ria\\_tempo\\_presente\\_e\\_testemunho\\_ainda\\_em\\_torno\\_dos\\_limites\\_da\\_representa%C3%A7%C3%A3o](http://www.academia.edu/7629900/Hist%C3%B3ria_tempo_presente_e_testemunho_ainda_em_torno_dos_limites_da_representa%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

<sup>69</sup> Ver SELIGMANN-SILVA, op. cit., p. 66.

<sup>70</sup> “Palavra grega utilizada por Aristóteles para designar o processo de purgação ou eliminação das paixões que se produz no espectador quando, no teatro, ele assiste à representação de uma tragédia. O termo foi retomado por Sigmund Freud e Josef Breuer, que, nos *Estudos sobre a histeria*, chamam de método catártico o procedimento terapêutico pelo qual um sujeito consegue eliminar seus afetos patogênicos e então ab-reagi-los, revivendo os acontecimentos traumáticos a que eles estão ligados.” (ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 107).

O caso brasileiro é particularmente revelador. A partir de 1964, o país mergulhou em longos anos de ditadura. Durante anos autoritários, aplicou-se a política do medo, a fim de se diluir qualquer obstáculo que fosse de encontro aos interesses do regime. Dessa forma, a brutalidade aplicada pelos dirigentes ia de perseguições políticas, cassação de mandatos, extradições, exílio e censura à tortura e assassinatos. O controle total trazia à ditadura brasileira a característica intrínseca a todas as ditaduras, a violência, que era usada como principal meio de controle pelo Estado.

Em 20 anos de regime militar, diversas foram as formas de tortura – agressão física, psicológica e utilização de diversos instrumentos de tortura com requintes de crueldade. Ela buscava produzir no corpo da vítima não somente a dor, mas também imprimir a destruição moral, conforme podemos observar no relato de Rosalina Santa Cruz:<sup>71</sup>

Que era isso, eles ficavam com a gente, 52 dias, sozinha, sem ninguém, sem nunca dividir a cela com ninguém, mudando de um lugar para outro. Então, isso te leva a uma perda do controle emocional e tal. Eu acho que isso que eles queriam, estavam contra a minha rebeldia, em dado momento muito mais que uma informação. Isso é uma coisa muito séria na tortura, às vezes nem tem o objetivo da informação, tem o objetivo da destruição da pessoa, pra pessoa sentir que é impotente, né.<sup>72</sup>

Com isso, os indivíduos que optaram por uma postura ativa de resistência à ditadura militar passam a ter feridas físicas e, sobretudo, psicológicas. Em virtude disso, os testemunhos demoram a aparecer. A história recente brasileira está marcada por traumas provocados por decisões políticas que perpassaram o século XX. O período de ditadura militar foi um desses momentos. As testemunhas desse período têm conquistado espaço na batalha da memória nacional através da Comissão da Verdade, de filmes, músicas, biografias, estudos acadêmicos, entre outros.

O lema das políticas de memória – “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça” – não é muito antigo, sendo a narração da memória traumática dos “anos de chumbo” prática recente no Brasil. Segundo Pollak, memórias traumáticas encontram dificuldade em se integrarem à memória coletiva da Nação, criando uma fronteira entre o dizível e o indizível. Isso marca a separação entre as memórias, onde de um lado

---

<sup>71</sup> Ex-militante do movimento de guerrilha Aliança Popular (AP).

<sup>72</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Depoimento [mar. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. São Paulo, 2014.

encontram-se as memórias coletivas subterrâneas, clandestinas, e de outro a memória coletiva organizada, que corresponde à imagem que o Estado ou os grupos dominantes que nele atuam desejam sustentar e propagar. Nas palavras de Pollak:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.<sup>73</sup>

A impossibilidade do testemunho, de narrar-se o inenarrável, é destaque em vários livros que tratam do trauma. Exemplo disso encontra-se no livro *É isso um homem?*, de Primo Levi, quando este fala dos traumas deixados pelo período nazista. Entretanto, no caso de Primo Levi, ele afirma que os que testemunharam o fizeram por conseguirem manter certa distância do evento traumático, diferentemente de alguns testemunhos acerca da ditadura militar brasileira. O relato que Criméia Alice de Almeida Schmidt<sup>74</sup> oferecido a historiadora Margareth Rago deixa transparecer sua dificuldade em narrar o trauma:

A impossibilidade da escrita, incompreensível num primeiro momento, remete a um outro momento de seu trabalho de memorização: aquele que indica as dificuldades de existir publicamente, de ter um nome, um passado, histórias, recordações, referências absolutamente necessárias para inscrever-se no mundo e ser identificada. Em suas palavras [de Criméia Alice]: “Eu fui para o Araguaia, eu deixei de ser a Criméia, passei a ser Alice, então, isto implica no seguinte, uma mudança muito mais profunda do que você imagina, só quando a gente vive é que a gente sente, porque você está conversando com alguém, pode ser alguém que não te conhece, você diz: ‘ah, quando eu era pequena eu brincava disso, eu morava em tal lugar, meu pai fazia isso...’. Na clandestinidade, isso não pode acontecer, porque você está passando informação a seu respeito, então eu não morei em lugar nenhum antes, eu não tive nem pai, nem mãe, nem irmão, nem amigos, não estudei, nada, sabe o que é nada?”<sup>75</sup>

Margareth Rago prossegue em sua análise:

---

<sup>73</sup> POLLAK, 1989, p. 8.

<sup>74</sup> Ex-presas política torturada pela ditadura militar por sua participação na Guerrilha do Araguaia, junto ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), que relê as experiências que viveu no cárcere, entre 1972 e 1973, no auge da repressão instaurada pelo regime militar, no Brasil.

<sup>75</sup> RAGO, Margareth. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 156.

A impossibilidade de narrar a experiência, num segundo momento, em que não é mais necessário manter a clandestinidade, resulta da incredulidade diante do ocorrido, como mostra Primo Levi (1988), referindo-se aos campos de concentração no nazismo, em *É isto um Homem?* As pessoas preferiam não acreditar no inenarrável da prisão e da tortura, pois não podiam admitir que aquilo tivesse acontecido sem que soubessem ou percebessem; estarreciam-se com a crueldade e o sadismo da relação torturador-torturado; desconfiavam de sua realidade. A dor de quem foi torturado é, assim, redobrada pela solidão provocada pelo não compartilhamento da experiência, pela ausência de inserção num grupo social com o qual poderiam reviver emocionalmente as dores, refletir sobre o acontecido, contar os mortos, evocar os desaparecidos.<sup>76</sup>

Com a intenção de examinar essas violações de direitos humanos é criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A Comissão Nacional da Verdade é um foro no qual se evidenciam marcas da memória traumática. A Comissão foi instituída somente em 2012, tendo sido necessários 48 anos para que as feridas deixadas pela ditadura autorizassem sua rememoração. Ocorre então uma espécie de “batalha pela memória”, no qual as “memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público”.<sup>77</sup> Segundo Pollak, as memórias subterrâneas entram em conflito com outras memórias, o que faz com que haja um dissenso na memória coletiva.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.<sup>78</sup>

Muitos são os exemplos de motivos para o surgimento “tardio” dessas memórias traumáticas. Um dos motivos para isso é que muitos dos eventos ligados ao período militar permanecem obscuros, exigindo novas compreensões, novos agentes. Em geral, sabe-se o que aconteceu na superfície desse período obscuro da história nacional, mas pouco se sabe sobre o que ocorreu no subterrâneo, nos porões onde muitos ficaram presos.

---

<sup>76</sup> Ibid., p. 161.

<sup>77</sup> POLLAK, op. cit., p. 5.

<sup>78</sup> Ibid., p. 5.

Uma das razões para isso podemos encontrar na Lei n.8.159/91, a Lei de Arquivos, que, ainda hoje, determina que se mantenham fechados os arquivos da ditadura.<sup>79</sup> É injustificável que tal lei persista colocando em risco a salvaguarda dos direitos humanos e representando obstáculo aos estudos científicos.

Embora muitos documentos já estejam disponíveis para acesso, outros tantos documentos continuam ocultos, sob a alegação de que tais documentos teriam sido incinerados. A abertura dos arquivos é para Criméia Alice Schmidt fator determinante para que haja uma efetiva justiça de transição:

Então, eu defendo a abertura desses arquivos, assim, tem que abrir! Não me venha com essa história de que queimou. O exército é uma instituição muito burocrática, então ela não queima papel. Faz questão dos papéis, dos carimbos, tudo carimbado, visto, conferido, general, coronel, não sei o quê. Tem todo um escalão que bate o carimbinho ali, então eu quero isso aberto, né.

Tem uma coisa, não podem dizer que queimaram, que é a ficha pessoal desses militares. Isso é fundamental para a aposentadoria, é reforma que eles chamam, para as medalhas que ganharam para não sei o quê. Então tem que abrir isso, não venha me dizer que são documentos pessoais, da intimidade e não sei o quê, porque assim, o direito individual não está acima do direito coletivo. Estes crimes foram cometidos por uma instituição, através de indivíduos, mas uma instituição cometeu um crime contra toda uma sociedade. Então não me venha com esse discurso, de documento pessoal e não sei o quê, certo?<sup>80</sup>

Sobre a vinculação do sentimento de frustração com a manutenção do fechamento dos arquivos, Carlos Fico diz:

Há um aspecto a mais que vincula o tema da frustração ao dos documentos secretos: a desconfiança da política. A antiga percepção de que seria difícil realizar uma história política sobre o período vivido, na medida em que as decisões realmente importantes são ocultadas do público – problemática muito discutida quando da divulgação, em 1918, de documentos anteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial –, ressurgiu, de algum modo, com os debates sobre a liberação de documentos sigilosos das polícias políticas dos regimes totalitários e, mais recentemente, das ditaduras militares latino-americanas. Após o

---

<sup>79</sup> A lei estabeleceu o prazo máximo de sigilo de 30 anos para os documentos referentes à segurança da sociedade e do Estado, podendo ser prorrogado por igual período, a contar de sua data de produção, segundo art. 23, par. 2º da Lei 8.159/91. Vale lembrar que a Lei 11.111, de 05/05/2005, que estabelecia que os documentos cujo sigilo seja “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” ficassem indefinidamente vedados à consulta, foi revogada através da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

<sup>80</sup> ALMEIDA, Criméia Alice Schmidt de. Depoimento [mar. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. São Paulo, 2014.

colapso da antiga Alemanha Oriental, a decisão de praticamente liberar todos os arquivos, sem a observância dos prazos regulamentares, também criou uma situação inusual do ponto de vista ético. Por essa razão, a Associação Alemã de Historiadores aprovou, em 1994, uma resolução aparentemente óbvia, reiterando que as fontes têm valor informativo apenas limitado, que é preciso observar os contextos diferenciados, os vínculos do historiador etc.<sup>81</sup>

Ao tratar a questão da ditadura brasileira, é importante ressaltar a centralidade assumida pela Lei de Anistia, pois encontra-se nela outro ponto de frustração. Muitas esperanças por justiça e de atenuação dos traumas foram depositadas na anistia, conforme lembranças de Jessie Jane:

Essa é uma lembrança que não sei se é compartilhada por muitos, porque o que ficou como campanha pela anistia tem outros marcos cronológicos que datam dos anos de 1975 e 1978. Todavia, faço questão de registrar aquela emoção tão solitariamente vivida naquele lugar do qual, na ocasião, me parecia que nunca sairia, além de prestar homenagem àquele parlamentar<sup>82</sup> que, no dia seguinte ao regresso ao Brasil, fez questão de visitar os presos políticos e daí por diante sempre esteve presente nas grandes causas.<sup>83</sup> O fato é que a Lei de Anistia,<sup>84</sup> promulgada em agosto de 1979,<sup>85</sup> perdoou crimes políticos conexos,<sup>86</sup> permitindo que não apenas os presos torturados e exilados fossem anistiados, como também os torturadores e assassinos a serviço do regime militar,<sup>87</sup> causando profunda decepção nos que depositaram na anistia

---

<sup>81</sup> FICO, 2012, p. 52.

<sup>82</sup> Refere-se ao deputado federal Lysâneas Maciel, que teve seu mandato cassado no dia 1º de abril de 1976.

<sup>83</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Anistia no Brasil: um processo político em disputa. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Org.). **A Anistia na Era da Responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 194.

<sup>84</sup> Lei nº 6.683, de 28/08/1979.

<sup>85</sup> “Não se deve confundir a Campanha da Anistia com a lei de 1979. A campanha surgiu ainda em 1975, quando foi criado o ‘Movimento Feminino pela Anistia’. Em 1977, com a eclosão de manifestações estudantis em diversas cidades do país, a campanha ganhou maior fôlego: realizaram-se os ‘Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia’ e formaram-se os ‘Comitês Primeiro de Maio pela Anistia’, que teriam duração efêmera. Finalmente, em 1978, formou-se o ‘Comitê Brasileiro pela Anistia’, lançado no Rio de Janeiro com o apoio do general Pery Bevilacqua, punido pelo AI-5 em 1969. A exigência de uma anistia ‘ampla, geral e irrestrita’ tornou-se o slogan da campanha. Ela foi marcada pela esperança.” (FICO, 2012 p. 51)

<sup>86</sup> Art. 1º: É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm)>. Acesso em: 1 maio 2014).

<sup>87</sup> Vale lembrar que muitos presos políticos demoraram a conquistar o direito à liberdade; presos políticos julgados por tribunais militares por atuação armada só foram considerados como anistiados após a implantação da Comissão de Anistia em 2002, e esse ainda é um processo em curso. Além disso, a lei não

sua esperança por justiça. Conforme apresenta Maria Paula de Araújo em relatório para a Comissão Nacional da Verdade:

a anistia que foi promulgada na Lei de Anistia de 1979 não foi a anistia desejada pelos setores mais combativos da sociedade – o CBA, o movimento estudantil, os grupos e coletivos de familiares de mortos e desaparecidos, os jornais de esquerda da imprensa alternativa. Foi uma anistia parcial, restrita e que, ainda por cima, permitia um certo entendimento de “reciprocidade” ou seja, de proteção para os militares e perpetradores da violência do Estado.<sup>88</sup>

Atualmente, a Lei de Anistia vem sendo questionada por impossibilitar políticas pela verdade e justiça no país. Movimentos sociais e pelos direitos humanos vêm tentando anular alguns efeitos da lei que impedem apuração de crimes cometidos pelo Estado durante o regime.

O termo anistia ganhou então uma acepção mais ampla, significando mais do que tudo, *reparação*. Esta é uma especificidade do processo político brasileiro, do modelo brasileiro de justiça de transição: a ênfase na reparação (em detrimento de outros aspectos, como por exemplo, a revelação da verdade, apuração de responsabilidades e punição dos culpados); e a identificação entre “anistia” e “reparação”.<sup>89</sup>

Como pano de fundo da Lei de Anistia, estava a estratégia de garantir a vitória política à Arena,<sup>90</sup> como modo de assegurar que a abertura política se mantivesse sob controle dos militares sem que os responsáveis por crimes políticos fossem punidos, conforme afirma Carlos Fico:

A Lei da Anistia, [...] aprovada em agosto de 1979, compunha uma estratégia delineada por um grupo restrito de integrantes do regime (especialmente Geisel, Golbery e Petrônio Portela) e fazia parte da lógica segundo a qual era preciso enfraquecer o partido de oposição, o MDB, a fim de se garantir o controle da abertura política, planejada para transcorrer sem maiores percalços e, sobretudo, sem que os responsáveis pelos desmandos da ditadura fossem punidos. Com a anistia e o fim do bipartidarismo esperava-se que líderes políticos exilados retornassem ao Brasil

---

concedia garantias para que os servidores públicos prejudicados pelos Atos Institucionais retornassem normalmente às suas atividades.

<sup>88</sup> ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, T. Antonio; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). **Marcas da memória**: história oral da anistia no Brasil. Recife; Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 61.

<sup>89</sup> Ibid., p. 62.

<sup>90</sup> Sigla de Aliança Renovadora Nacional, criada em 4 de abril de 1966 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar.

e criassem novos partidos, enfraquecendo a sigla de Ulysses Guimarães. A exclusão da anistia dos “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” e o chamado “perdão aos torturadores” frustraram a expectativa otimista da campanha. A lei de 1979, que beneficiou opositores, mas também foi uma autoanistia, tornou-se a principal cláusula da transição democrática dos anos 1980 e consagrou a impunidade.<sup>91</sup>

A manutenção da impunidade dos responsáveis por torturas e assassinatos faz da anistia um processo que ainda não terminou.<sup>92</sup> Parece haver uma tentativa de dar à anistia um caráter de esquecimento – o que aconteceu nos porões da ditadura deve permanecer no passado e, gradativamente, cair no esquecimento público.

A busca pela justiça, verdade e direito à memória traz à tona os processos políticos e jurídicos relacionados à justiça de transição. Este conceito é objeto de profundos debates nas organizações de defesa de direitos humanos.

Cada país adota diferentes medidas de “justiça de transição” – de acordo com a sua história, sua cultura política e a correlação de forças da época da transição. A justiça de transição implica algumas questões: direito à memória, apuração da verdade, promoção de justiça, reconciliação nacional, reparação das vítimas. São fundamentalmente esses elementos que se articularão, em cada país, em função de suas circunstâncias conjunturais e estruturais.<sup>93</sup>

As frustrações causadas pela impunidade e conciliações foram a marca do processo da transição democrática brasileira. Mudar esse cenário é quase um ponto de honra para os que resistiram e sobreviveram ao regime, conforme relatado por Jessie Jane:

Creio que, para que possamos superar os traumas causados pela ditadura militar, as Forças Armadas devem pedir desculpas à sociedade pelo golpe desfechado contra a legalidade e o Estado brasileiro, e banir dos espaços públicos todos os símbolos daquele regime, para começar. E retirar, como fez a Argentina, os retratos dos generais presidentes da galeria dos governantes da nação, renomear os espaços públicos que tenham os nomes de todo e qualquer membro do regime e, por fim, instaurar cursos e conteúdos didáticos para a rede escolar e – em particular, para os aspirantes das Forças Armadas – que condenem a

---

<sup>91</sup> FICO, 2012, p. 51.

<sup>92</sup> São constantes as tentativas de mudança na Lei de Anistia. Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil registrou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, na tentativa de excluir da anistia crimes comuns praticados por agentes da repressão contra opositores do regime. A tentativa foi frustrada; após julgamento em 2010, o “perdão” aos torturadores foi mantido.

<sup>93</sup> ARAÚJO, 2012, p. 54.

quebra da legalidade ocorrida em 1964 e que tragam conteúdos que defendem radicalmente a defesa dos direitos humanos em toda e qualquer circunstância.

Essa pauta, marcada pelo repúdio ao golpe, é a única que pode assumir integralmente as muitas questões ainda em aberto e que se expressam na disputa entre memória e esquecimento. A resolução dessa dicotomia permanece como condição essencial para que seja possível, por meio da verdade e da justiça, o reencontro dos brasileiros com sua história. Só assim haverá possibilidade da tão propalada reconciliação após a longa ditadura imposta à sociedade brasileira.<sup>94</sup>

Embora a Constituição brasileira garanta o “direito à verdade” e o “direito à informação”,<sup>95</sup> na prática, cria-se um impasse quanto às possibilidades de resgate do direito a memória individual e social bem como ao direito a identidade, impossibilitando que se faça justiça frente ao passado da ditadura. Se a informação é ocultada, impede-se o olhar da sociedade sobre as atividades públicas, limitando o uso dos arquivos para a obtenção da verdade, impossibilitando, portanto, seu uso em ações judiciais.

Em decorrência do sigilo dos arquivos e da proteção dada pela anistia a torturadores, dentre outros fatores, as testemunhas veem a necessidade de não deixar o passado se perder, por mais doloroso que seja. Para tanto, um elemento tem se mostrado fundamental – a palavra. Denunciar os abusos, divulgar os fatos, apontar os responsáveis, tornando públicas as violações, são maneiras de alforriar a memória das lutas e resistências com a função política de construção de um compromisso social pós-conflito. O ato de rememoração, de fornecer testemunho, é a saída antagônica ao esquecimento, havendo a imprescindibilidade de narração das experiências agônicas.

Neste sentido, quando surgiam os primeiros testemunhos do período militar brasileiro, suas lembranças eram confrontadas com a lembrança dos militares e com a história dita “oficial” até aquele momento, provocando, segundo Pollak, uma disputa entre memórias. Elizabeth Jelin também chama atenção para o caráter conflitivo da memória:

---

<sup>94</sup> SOUZA, 2011, p. 210.

<sup>95</sup> Conforme artigo 5º, incisos: XIV, é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; e XXXIV XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal (Vide Lei nº 12.527, de 2011).

É impossível encontrar uma memória, uma visão, uma interpretação única do passado compartilhada por toda a sociedade. O que existe é uma luta política, e muitas vezes esta luta é concebida como uma luta contra o esquecimento.<sup>96</sup>

Exemplo dessa disputa entre as memórias está nos debates referentes à Comissão Nacional da Verdade (CNV), onde tem sido levantada a questão de que os dois lados devem ser investigados. Por meio desse discurso, as ações violentas da esquerda são equiparadas às ações de violência do Estado ditatorial, por meio de uma retórica inconveniente e falsa. Fico nos lembra que o intuito da CNV é apurar crimes cometidos pelo Estado e não por indivíduos.<sup>97</sup> Além disso, os integrantes da esquerda já foram, em sua grande maioria, julgados e punidos por seus atos – punição muitas vezes arbitrária. Além disso, o Estado brasileiro poderia ter combatido as organizações de esquerda sem apelar para a tortura e o extermínio. Segundo Criméia:

Eles falam que é preciso a memória dos dois lados. Nós nunca fizemos censura, nunca tivemos esse poder e sempre brigamos pela abertura dos arquivos. Então, se falta um lado da história, é o lado dos desaparecidos, dos mortos e desaparecidos, não o lado deles. O lado deles, se não está na história, é porque eles têm vergonha de colocar. Então, para mim, esse negócio de verdade dos dois lados não dá, o que está faltando para mim é um lado. O outro lado não tem, porque tem vergonha de colocar. Também não me interessa pelas vergonhas deles, a não ser as que afetaram a sociedade, essas me interessam. Os acordos, as propinas que eles receberam, isso me interessa. Nós temos uma dívida grande para pagar, né, inclusive financeira, então isso me interessa.<sup>98</sup>

Caso similar ocorreu na Argentina, que ficou conhecido como “Teoria dos dois demônios”. Segundo Beatriz Sarlo:

Los crímenes de las dictaduras fueron exhibidos en un florecimiento de discursos testimoniales, en primer lugar porque los juicios a los responsables (como en el caso argentino) demandaron que muchas víctimas dieran su testimonio como prueba de que habían padecido y de lo que sabían que otros padecieron hasta morir. En sede judicial y en los medios de comunicación la indispensable narración de los hechos no fue recibida con sospechas sobre las posibilidades de reconstruir el pasado, salvo por los criminales y sus representantes, que atacaron el

---

<sup>96</sup> JELIN apud ARAÚJO, 2012, p. 56.

<sup>97</sup> Ver FICO, 2012, p. 49.

<sup>98</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

valor probatorio de las narraciones testimoniales, cuando no las acusaron de ser falsas y encobrir los crímenes de la guerrilla.<sup>99</sup>

O levantamento da possibilidade de investigação e possível punição de membros da esquerda mostra a intenção de se litigar a memória que vem sendo construída. No Brasil, esse movimento é pequeno e na maioria das vezes formado por militares, ancorados na alegação de que também tiveram suas vítimas e que obedeciam à hierarquia militar. Trata-se, portanto, de um choque entre memórias insolúvel. Segundo Fico, o surgimento de uma “narrativa oficial”, como se propõe fazer as comissões da verdade, “resvala para o terreno da simples ideologia, da memória oficial constituidora de heróis, vítimas etc.”.<sup>100</sup>

Nesse contexto, no qual memórias ainda se encontram em disputa, segundo Jelin, há histórias que devem ser lembradas e outras que acabam por serem esquecidas, sempre de acordo com as necessidades e preocupações que circunscrevem o tempo recente. O fato histórico não muda – o que muda é sua configuração ao longo do tempo:

La dinámica histórica de la memoria entonces, requiere ser problematizada y estudiada. La ubicación social de los diversos actores y sus sensibilidades, la conformación del escenario político en el que están insertos, y las luchas de sentido. en las que están embarcados, son algunos de los elementos que ayudan a explicar estos cambios de sentido. Esto es explícitamente un objetivo em los trabajos de H. Russo sobre la memoria de Vichy en Francia en los que muestra cómo con el paso del tiempo, distintos actores sociales y políticos recuperan selectivamente algunos eventos y algunos rasgos del período (Russo, 1990; Conan y Rousso, 1994). “[...] La cuestión de La memoria no es hay un acontecimiento, que inmediatamente, se lo esclarece un poco, y cincuenta años después mucho más. No, es la configuración que cambia.”<sup>101</sup>

Reescrever o passado transcrevendo as memórias de um tempo histórico traumático adquire, portanto, um sentido que vai além da necessidade histórica, passando a ter sentido político, vital para a existência do indivíduo, possibilitando o redimensionamento de acontecimentos passados para o presente e atribuindo-lhes novos sentidos. O estudo do testemunho e das narrativas do trauma busca ler as marcas deixadas pelas catástrofes do século XX.

---

<sup>99</sup> SARLO, Beatriz. **Tempo passado:** cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2007, p. 61.

<sup>100</sup> FICO, 2012, p. 49.

<sup>101</sup> JELIN, 2002, p.70.

Essas marcas de um passado militar recente e traumático – um passado que não passa – estão carregadas de paixões e sensibilidades, estando ainda no jogo da memória. Nessa batalha, ainda estão surgindo novas interpretações, narrativas que caminham para a lembrança de alguns fatos e silenciam outros.

Explorar os questionamentos supracitados acerca de temas sensíveis não é falar exclusivamente dos crimes cometidos durante o regime militar, tampouco tratar somente de questões que envolvem a violência e a tortura, peculiares do período; avançar nesses questionamentos é compreender mais a história do Brasil, rompendo com a ignorância do passado, de quem somos e de valores e referências que herdamos e que não podem ser desprezados.

O lema “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça” assume, dentro desse novo contexto, outro sentido, de não consentimento ao silêncio. O lema não assume, exclusivamente, caráter de negação da repetição de outro regime ditatorial, de um novo golpe militar, mas, principalmente, caráter de denúncia, de resgate dos valores democráticos e, sobretudo, da urgência de se fazer justiça.

As experiências traumáticas, como o caso ocorrido na ditadura brasileira, ainda aguardam o acerto de contas com o passado. As recentes políticas de memória e o surgimento de novos depoimentos e narrativas sobre os horrores vividos nos porões da ditadura assumem reconhecida importância para a reelaboração da memória nacional dentro da política democrática.

### **1.5. Gênero e testemunho na ditadura militar brasileira**

Os documentos orais, desde eu começaram a ser utilizados, buscam dar voz aos “excluídos”<sup>102</sup> a fim de inserir os atores que, antes, eram “esquecidos” pela historiografia. A história das mulheres procura apresentar o papel desempenhado por elas na construção da história, apresentando similaridades com a história oral em seus propósitos, sobretudo no que diz respeito ao resgate de histórias subterrâneas esquecidas pela historiografia tradicional.

O diálogo entre esses registros historiográficos evidencia um olhar, entre os vários possíveis, acerca da atuação das mulheres após a implantação do golpe civil-militar de 1964, da resistência armada, da rearticulação das entidades feministas, da militância política e cultural das mulheres e do impacto da participação feminina nos movimentos

---

<sup>102</sup> Ver PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

de resistência à ditadura dentro da sociedade brasileira.

A atuação das mulheres mostra como estas foram e ainda têm sido deixadas de lado não só em suas reivindicações, lutas e direitos, mas também em suas ações. Foram tratadas como figuras coadjuvantes, silenciadas na história, condicionadas a uma vida na sombra da esfera desvalorizada do privado.

Pouco se falou sobre a fundamental atuação do gênero feminino no processo revolucionário. Marx e Engels, por exemplo, apesar de serem referências da teoria revolucionária, deixam alguns pontos em aberto no que se refere à problemática das mulheres e sobre a situação das mesmas dentro do processo revolucionário. No entanto, a teoria marxista chega a algumas conclusões sobre as mulheres, teorizando que a mulher está submetida a uma dupla opressão, subordinada à autoridade do marido dentro do casamento e sofrendo a opressão exercida sobre todo proletário de forma ainda mais intensa do que os homens, pois chegavam a receber até metade do salário que recebia um operário do sexo masculino.<sup>103</sup> Existem dentro do sistema capitalista vários sistemas de opressão; a opressão sofrida pelas mulheres é uma delas e de certa forma o beneficia.<sup>104</sup> Segundo Nancy Holmstrom, há uma dificuldade em reconhecer a multiplicidade de opressões existentes dentro do sistema capitalista.

Au lieu de multiplier les systèmes, il me semble que le défi consiste à construire une analyse systématique unifiée du capitalisme, fondée sur le marxisme et qui reconnaisse la pluralité des oppressions au sein de ce système. Ces autres formes d'oppression sont plus ou moins saillantes selon les époques et les lieux. Il est fondamental de réaliser que le fait de ne pas reconnaître aux autres formes d'oppression un rôle déterminant égal à celui des rapports de production qui définissent un mode de production au sens où l'entendait K. Marx ne revient pas à les rendre purement idéologiques ou dépendantes. Il s'agirait là d'une interprétation excessivement rigide de la métaphore regrettable de l'infrastructure et de la superstructure.<sup>105</sup>

As mulheres que resistiram durante o período militar faziam parte da militância de esquerda, que, por sua vez, era fortemente influenciada pelo marxismo. Assim, essas mulheres estabelecem uma nova visão para o movimento pelos direitos das mulheres, visando a não subordinação às lutas que apareciam no centro dos debates da esquerda – a luta contra a ditadura. Elas colocavam também a necessidade da igualdade de gênero

---

<sup>103</sup> Ver BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo** – 1. Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 148-149.

<sup>104</sup> HOLMSTROM, 2010, p. 310.

<sup>105</sup> Ibid., p. 312.

como uma etapa necessária para a realização do processo revolucionário. Dessa forma, a mulher militante assume duplo papel de luta, contra a repressão política e contra o machismo, como explica Margareth Rago:

Acima de tudo, as primeiras feministas questionavam radicalmente as relações de poder que se estabeleciam inclusive dentro das entidades de esquerda e lutavam para impedir que, através do discurso da Revolução, a questão da dominação machista fosse preterida. Não obstante, muitas traziam uma referência ideológica marxista, a partir da qual pensavam as relações entre os sexos.<sup>106</sup>

No entanto, as afirmações feitas acerca deste assunto não são suficientes. É sempre um problema saber de que passado se fala. O ato de lembrar ou esquecer, de acordo com Portelli,<sup>107</sup> é revelador. A seleção do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido é a manifestação de uma representação da memória seletiva. O autor, por meio de uma análise das memórias do massacre provocado por alemães em Civitella Val di Chiana em 1944, descobriu nuances entre a memória oficial, que exaltava os heróis *partisans*,<sup>108</sup> e uma memória subterrânea, que culpa os soldados italianos pelo ataque alemão.

Esse fato apresenta a tensão constante entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. O choque entre as memórias, entretanto, não deve ser visto somente como uma oposição, na qual uma sucumbe à outra, onde uma recebe status de autenticidade e a outra não. Portelli alerta para a pluralidade da memória, na qual há uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas.

As questões apresentadas por Portelli estão relacionadas à presente dissertação na medida em que percorrem a memória social<sup>109</sup> relacionada à ditadura e a memória da resistência. Essa memória neutraliza a multiplicidade de memórias – incluindo a memória de resistência das mulheres. Nesse caso, ainda existe uma diversidade de memórias: a memória das mulheres que participaram da resistência armada, das que se mantiveram na “luta democrática” junto ao PCB, das vítimas de tortura, das vítimas do machismo tanto dos militantes quanto dos militares e ainda das que apoiaram o golpe, dentre outras.<sup>110</sup>

---

<sup>106</sup> RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996, p.34.

<sup>107</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 103-130.

<sup>108</sup> Membros da resistência italiana contra os soldados alemães.

<sup>109</sup> Relacionado à memória difundida pelo senso comum acerca do tema.

<sup>110</sup> Não é o objetivo dessa dissertação dar conta de toda a multiplicidade de memórias femininas no que se refere ao regime militar.

Neste sentido, a memória da resistência revela algumas nuances de como parte da sociedade brasileira vivenciou a implantação e os desdobramentos da ditadura militar dentro da perspectiva de gênero.

Essa problemática incide na construção da memória, tendo em vista sobretudo intenções políticas. A memória apresenta-se então como uma redescoberta do passado, organizando-se a partir das emoções, concepções e intenções postas no presente.

Convém, então, retomar a discussão referente ao caráter conflitivo da memória, conforme exposto por Pollak. Esse caráter é evidenciado quando se envolvem condições político ideológicas, ocasionando uma disputa entre as memórias dos envolvidos. Tais condições permeiam o debate para a sobrevivência da memória das militantes, que tanto foram excluídas do cenário histórico “oficial”. Nesta discussão, merecem destaque as disputas sobre a verdade e seu significado, em um quadro de crescente interesse público e político em torno da herança autoritária do regime militar e as demandas por justiça.

Michelle Perrot, em *Excluídos da História*, ao tratar do feminino, como sugere o título de sua obra, apresenta indícios da mulher colocada porta afora dos estudos historiográficos:

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história do masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes em geral, tão assexuado quanto a humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História.<sup>111</sup>

Tal exclusão é consequência de restrições existentes à feminilidade há muito tempo criadas pelos homens, que viam na mulher alguém que não poderia frequentar ambientes considerados masculinos. Às mulheres estava destinada uma vida casta e pura até o casamento, a partir do qual poderiam dedicar a sua vida ao parceiro. Segundo Ana Colling, “as transgressoras dessas normas tornam-se homens, traindo a natureza”.<sup>112</sup>

As mulheres que romperam esses conceitos tiveram, em muitos casos, que romper com a própria família. Segundo Perrot, “a mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria”.<sup>113</sup> Enquanto o homem público é reconhecido e admirado, a

<sup>111</sup> PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 185.

<sup>112</sup> COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. VIII CONGRESSO LUSO, AFRO, BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Coimbra, 2004, p. 2.

<sup>113</sup> PERROT, 1998 apud COLLING, 2004, p. 5.

mulher pública não é prestigiada da mesma forma e não tem o mesmo poder.

A ditadura militar foi um divisor de águas para a superação desses padrões machistas no Brasil. Muitas denúncias de mulheres que foram agredidas das maneiras mais brutais, chegando até mesmo a óbito, foram registradas. A memória do sofrimento apresenta a tortura não apenas como um instrumento de negação do humano, mas também contra o feminino. Os depoimentos contêm a dolorosa marca da ridicularização do corpo da mulher, o estupro e a violência contra a maternidade. Ainda assim, as militantes permaneceram ativas pelo que acreditavam ser uma luta por todos. Lúcia Maria Murat,<sup>114</sup> em depoimento a Carvalho, assim se pronuncia:

Tenho orgulho do compromisso que assumimos com a revolução. A sensação de poder criar um mundo novo era muito forte. A gente tentou viver uma vida de liberdade. Eu nunca me senti tão livre na minha vida quanto em alguns momentos de clandestinidade.<sup>115</sup>

A tortura, no Brasil, não fez diferença de gênero entre as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Na urgência de obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais e físicos – mulheres grávidas sofreram aborto e outras foram forçadas a incriminar seus maridos, entre outras formas de tortura física e psicológica. Lúcia Maria Murat, na ocasião com 23 anos, declara em interrogatório: “a interrogada quer ainda declarar que durante a primeira fase de interrogatório foram colocadas baratas sobre seu corpo, e introduzida uma no seu ânus”.<sup>116</sup>

Como afirma Jelin,<sup>117</sup> os impactos foram diferentes para homens e mulheres, “hecho obvio y explicable por sus posiciones diferenciadas en el sistema de género, posiciones que implican experiencias vitales y relaciones sociales jerárquicas claramente distintas”.<sup>118</sup>

Reza o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos,<sup>119</sup> assinada pelo Brasil: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano

---

<sup>114</sup> Ex-militante da Dissidência da Guanabara Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) presa no início do ano de 1971.

<sup>115</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Editora Globo, 1998, p. 196.

<sup>116</sup> Em depoimento ao Projeto Brasil Nunca Mais (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 37).

<sup>117</sup> JELIN, 2002, p.100.

<sup>118</sup> Ibid.

<sup>119</sup> Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ou degradante”. O artigo 9º do mesmo documento, por sua vez, determina que: “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”. No entanto, durante 20 anos, o regime militar ignorou estes e outros princípios, fazendo uso de modos diferentes de tortura aplicados aos presos políticos, com instrumentos como o “pau-de-arara”, choques elétricos, a “pimentinha”, o “afogamento”, a “cadeira do Dragão”, a “geladeira”, insetos e animais em geral, produtos químicos e diversos outros. Esses instrumentos eram utilizados para obter informações sobre outros militantes, organizações ligadas à esquerda, confissões, entre outras declarações.

As feridas abertas pela tortura não cicatrizam nunca, conforme depoimento de Amelinha:<sup>120</sup>

hoje [2014] as feridas são invisíveis, mas elas ainda sangram. Não sei se alguém conseguiu superar isso, eu não. Hoje eu aprendi a conviver com as minhas feridas, são parte de mim, parte da minha história, parte do que eu sou, mas ainda dói muito.<sup>121</sup>

Entretanto, o sofrimento dos sobreviventes atualmente ganhou voz e espaço no discurso político. Apesar dos buracos e do sofrimento, que impedem a transmissão em palavras dos horrores vividos, muitos sobreviventes conseguiram superar a barreira do silêncio e através da oralidade reescrevem a história. Essa superação do luto e possibilidade de narração do trauma aproxima-se do que ocorreu com sobreviventes após a II Guerra Mundial:

As vozes dos sobreviventes deixaram emergir a vergonha desse silêncio, e visaram a desafiar o esquecimento público devido ao desejo coletivo de afastar para bem longe o horror da Segunda Guerra Mundial e de encobrir as responsabilidades de todos os italianos que colaboraram com o exército nazista. O muro da indiferença erguido diante dos sobreviventes foi particularmente severo com relação às mulheres. Seus relatos foram silenciados por não terem espaço no discurso público; as vozes femininas foram confinadas à esfera privada.<sup>122</sup>

Além da tortura, a sociedade patriarcal e machista existente no Brasil também foi uma barreira difícil de ser derrubada. Às mulheres cabia uma única obrigação: cuidar do

<sup>120</sup> Maria Amélia de Almeida Teles foi militante do PCdoB durante o período militar.

<sup>121</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida Teles. Depoimento [fev. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. São Paulo, 2014.

<sup>122</sup> SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005, p. 34.

bem-estar do lar, destinadas ao casamento e à maternidade. Rebelar-se contra este “legado” tão duramente consolidado por séculos de submissão não foi fácil. Por muitos anos, o ato de uma mulher se envolver com o espaço público e político foi inadmissível.

Os locais de centralização do poder e das decisões políticas eram destinados aos homens, criando assim um domínio masculino na velha política. Na militância, a mulher, em alguns momentos, chega a negar sua própria sexualidade como meio para alcançar uma suposta igualdade de gênero, como afirma Colling:

As próprias mulheres militantes assumem a dominação masculina, tentando camuflar a sua sexualidade numa alegoria sem sexo – a militante política. Para se constituírem como sujeitos políticos, estas mulheres estabelecem identidade com o discurso masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. A condição de gênero está subsumida ao discurso de unificação dos sujeitos. Como espaço fundamentalmente masculino, impunha-se às mulheres a negação de sua sexualidade como condição para a conquista de um lugar de igualdade ao lado dos homens. As relações de gênero diluíam-se na luta política mais geral. As mulheres assexuavam-se numa tentativa de igualarem-se aos companheiros militantes.<sup>123</sup>

Ainda neste diapasão, a história política é uma história vista basicamente como masculina, feita e escrita por homens.

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e posição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Estes dois discursos anulam as diferenças e contêm sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.<sup>124</sup>

Os primeiros grupos de mulheres que se juntavam para lutar por direitos iguais surgiram no Brasil em meados do século XIX. O que incentivou fortemente a formação destes movimentos foi a Constituição Federal de 1891, que não dava às mulheres o direito aos votos nas eleições. Na cabeça dos constituintes, a política era um campo que não deveria ser pisado pelas mulheres.

---

<sup>123</sup> COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 8.

<sup>124</sup> Id., 2004, p. 6.

Com o passar dos anos, elas passaram a ter direito ao voto. A participação e a militância, contudo, ainda permaneciam discretas, para não dizer raras. Os anos de 1960 a 1990, porém, foram decisivos e revolucionários quanto à participação das brasileiras no âmbito político.

Com a resistência das mulheres à ditadura, juntaram-se as mudanças que vinham ocorrendo em todo o país. Houve uma grande expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional. O Brasil se modernizava, o que gerou novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado da efervescência cultural de 1968, mudou muito os padrões tradicionais de valores e das relações familiares.

É nesse contexto, no final dos anos 1970, que o atual feminismo brasileiro nasce. No panorama internacional, era declarado o Ano Internacional da Mulher (1975), estabelecendo-se um contexto favorável, portanto, à discussão da condição feminina também no Brasil.

Costa aponta que, apesar dos significativos avanços dos movimentos feministas e de suas conquistas para as mulheres brasileiras, estes grupos encontraram resistência em algumas camadas da sociedade.

Mas esse não é o ponto final do movimento, a cada vitória surgem novas demandas e novos enfrentamentos. O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas.<sup>125</sup>

Segundo Ana Maria Colling,<sup>126</sup> invadir o espaço público, político e masculino, foi o que fizeram aquelas mulheres ao se engajarem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar.

As mulheres não se lançaram na ação política unicamente com o objetivo de derrubar o governo militar, mas, também, em um projeto de transformação da sociedade brasileira para combater as injustiças e a miséria causada pela desigualdade social.<sup>127</sup>

Entender os avanços femininos através da resistência à ditadura militar é uma tentativa de quebrar com a “lei do silêncio” que persiste no Brasil em relação ao período, partindo de um “novo” agente social, o feminino, mostrando que a luta pela libertação da mulher no Brasil está indissolavelmente ligada às lutas gerais por liberdades que

---

<sup>125</sup> COSTA, 2005, p. 14.

<sup>126</sup> COLLING, 1997, p. 7.

<sup>127</sup> Ibid., p. 39.

ocorreram durante o período militar.

Para isso, os documentos escritos tradicionais certamente são fundamentais. Contudo, estes não são suficientes para explicar o sentimento de horror do período, que só pode ser vislumbrado através da memória contida nos relatos feitos por essas mulheres, histórias há muito desqualificadas, mas não esquecidas. Por isso é importante o testemunho como instrumento fundamental no resgate da memória deste período, cujos documentos ainda se encontram inacessíveis ao público, e mesmo quando acessíveis, não plenamente suficientes para transmitir a verdade, pois, conforme afirma Carlos Fico: “Os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio”.<sup>128</sup> Além disso, a oralidade valoriza os atores sociais como indivíduos sujeitos-agentes de sua própria história.

Reabrir as feridas deixadas pela ditadura é um compromisso ético e histórico com aqueles que morreram e não podem mais contar o que aconteceu. As mulheres têm muito a dizer, não somente sobre a violência nos porões da ditadura, mas também sobre a opressão dentro do próprio movimento de resistência.

---

<sup>128</sup> FICO, 2012, p. 58.

## 2. Guerrilha: substantivo feminino

---

“Porque sobrevivemos temos que contar o que passou com a gente e com outras pessoas que também estavam por lá.”<sup>129</sup>

### 2.1. As guerrilhas: uma breve apresentação

A resistência ao regime ditatorial imposto após 1964 se deu a partir de diversas frentes, entre elas a resistência armada.<sup>130</sup> Durante a década de 1960, impulsionada pelas ações revolucionárias de Che Guevara e Mao-Tsé-Tung, a esquerda brasileira passa a tomar uma posição mais radical.

A *violência revolucionária* em oposição à *violência autoritária* empregada pela ditadura enfatiza a valorização da violência contestatória, da rebeldia e da radicalidade. Em outras palavras, a *violência revolucionária* torna-se positiva, legitimando seu uso na ação política.<sup>131</sup>

Entretanto, a opção pela guerrilha não era unanimidade dentro da esquerda. O PCB posicionava-se contra o confronto armado, assumindo uma posição mais moderada, para obter maior expressão no cenário político brasileiro. Eles acreditavam na possibilidade de uma revolução por vias democráticas. Com a posição assumida pelo PCB, as lutas internas tornaram-se acirradas. A tese de que a luta armada era a única forma de resistir à violência do autoritarismo da ditadura militar ganha força.<sup>132</sup>

O PCB foi acusado de pacifista, reformista e mobilista. Surgem, então, diversas organizações como opção, contrárias ao posicionamento do PCB: em 1961, nasce a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop ou ORM-Polop); em 1962 é reestruturado o PCdoB; em 1963, surgem a Ação Popular (AP) e as Ligas Camponesas. O surgimento desses grupos antecede o golpe de 1964; entretanto, é com o golpe que a revolução armada ganha força.

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder

---

<sup>129</sup> TELES, Depoimento, 2014.

<sup>130</sup> Vale ressaltar que a revolução armada já era uma opção antes mesmo do golpe que derrubou João Goulart em 1964.

<sup>131</sup> Ver ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina. In: FICO, Carlos et al (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>132</sup> A luta armada era vista, até então, inserida em um contexto internacional favorável. Exemplo disso eram a Revolução Cubana, a independência da Argélia, a resistência do Vietnã e a revolução cultural que ganhava adeptos no mundo todo.

do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.<sup>133</sup>

O PCdoB, que foi um dos grandes defensores da luta armada, recebe, a partir de 64, novos adeptos que anteriormente militavam no PCB.<sup>134</sup> No documento “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”, de 1966, o PCdoB aponta o caminho armado como uma das principais formas de luta contra a ditadura.

A idéia de que é indispensável empunhar armas para libertar o país do atraso e da opressão vem ganhando força. Depois da insurreição nacional-libertadora de 1935, o Partido Comunista do Brasil, em 1950 e em 1954, indicou a via revolucionária para o povo alcançar a vitória. Em 1961, o movimento das Ligas Camponesas, dirigido por Francisco Julião, proclamou a necessidade de recorrer à violência. Nos anos mais recentes, aquela idéia estendeu-se mais ainda.

Correntes políticas, como a chefiada por Leonel Brizola, passaram a defender um caminho revolucionário. O golpe de abril visou, entre outras coisas, sufocar o sentimento em favor da luta armada que se apoderava das massas. Nada conseguiu.

A ditadura, ao tentar destruir pela força o movimento democrático e anti-imperialista, contra a sua vontade, pôs em evidência a importância dessa luta. Muitos que antes acreditavam ser possível resolver os problemas fundamentais do país por meios pacíficos convenceram-se de que seria inevitável recorrer às armas para solucionar esses problemas.

Boa parte dos que alimentavam ilusões numa pretensa tradição democrática do Exército, persuadiu-se do caráter reacionário das Forças Armadas.<sup>135</sup>

Era possível armar-se e vencer – quem optou pela luta armada carregava a certeza de que o povo iria aderir, porém a prática não mostrou isso. Cida Costa, em entrevista a Luiz Maklouf Carvalho:

<sup>133</sup> GORENDER, 1987, p. 249.

<sup>134</sup> Conforme Gorender: “Já em 1964, o pequeno PCdoB ganhou impulso expansionista no ambiente da esquerda pós-golpe. Ganho precioso foi o da maioria dos membros do Comitê Marítimo pecebista, liderada por Luiz Guilhardini, metalúrgico de Santos e talvez o mais culto dentre os operários comunistas. Outra fonte importante de recrutamento se situou no meio dos ativistas das extintas Ligas Camponesas. Diniz Cabral Filho, de Pernambuco, e Hélio Cabral, de Goiás, ambos militantes do PCB com passagem pelas Ligas, ingressaram no PCdoB já antes de 1964. Estudantes radicalizados encontraram nele um dos polos de atração.” (Ibid., p. 107)

<sup>135</sup> Centro de Documentação e Memória, publicado em 11/01/2010. Disponível em: <[http://www.grabois.org.br/porta/cdm/noticia.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=119](http://www.grabois.org.br/porta/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=119)>. Acesso em: 2 jan. 2014.

Ser Preso – chegou minha vez. Trouxeram uma viatura. Nos levaram para um bar eu e o outro rapaz. Chegou camburão, jornalista, aquela montoeira de gente:

Uma mulher começou a gritar: “Morra sua terrorista! Morra, sua terrorista!” Isso foi um impacto. Depois disso eu não ouvi mais nada. Na saída do bar ela gritou: “Morra terrorista!” Foi terrível. Você tinha a ilusão, você pensava que estava fazendo a coisa em uma direção, mas essas mesmas pessoas pelas quais você assumia uma postura, o povo, o teu povo, não estava entendendo. É duro você sentir isso num momento desses. É um tapa na cara. Foi exatamente o que eu senti. Como se as coisas se estilhaçassem, uma manhã que se quebrou. O sol, as coisas e o grito da mulher. É um negócio que te gela, te joga meio pras sombras. Um momento muito horroroso. Eu senti: estou sozinha. Estamos sozinhos.<sup>136</sup>

Foi baseado na descrença da adesão dos movimentos populares que o Movimento Nacional Revolucionário (MNR) formou, na Região do Caparaó, o primeiro movimento de resistência armada contra a ditadura militar, em 1966/67. Atrelados à crença do foquismo,<sup>137</sup> conseguiram apoio do governo cubano. Entretanto, o MNR teve seus revolucionários presos antes mesmo do início de suas ações.

O maoísmo<sup>138</sup> foi outra tática de guerrilha adotada pelo PCdoB, que enviou alguns de seus militantes para treinamento militar na China. Foi a tática adotada também pela AP, que abandonou o foquismo em 1967.

Até 1969, o PCdoB atuou, simultaneamente, no campo das lutas legais e clandestinas. Somente a partir de 1969, centrou-se na defesa da luta armada, embora a defendesse desde 1962. Entretanto, opunha-se ao foquismo cubano devido ao caráter militarista e ao desprezo da participação dos movimentos sociais e da direção do partido. Para Jacob Gorender, com o rompimento entre China e URSS, o PCdoB compreendeu a realidade brasileira à luz das interpretações de Mao Zedong para a realidade chinesa, traduzida na guerra popular prolongada.<sup>139</sup>

Esses e outros elementos tornavam o cenário propício para o surgimento de movimentos armados revolucionários no Brasil. A exemplo do que vinha ocorrendo em todos os países da América Latina, “a crença no potencial revolucionário do Terceiro

---

<sup>136</sup> CARVALHO, 1998, p. 222.

<sup>137</sup> Foi a tática adotada pela Revolução Cubana, vitoriosa em 1959. Foi a teoria do foco guerrilheiro; no foquismo, a guerrilha inicia-se dissociada de qualquer movimento de massas.

<sup>138</sup> Baseado nas idéias de Mao Tsé-Tung, propunha a participação dos movimentos sociais em uma guerrilha popular de longa duração. Surgida do cisma soviético em 1963, defendia que a luta deveria se desencadear do campo para as cidades.

<sup>139</sup> ROLLEMBERG, 2006, p. 18.

Mundo – mais que isso: a crença em sua tarefa revolucionária – impulsionou a luta armada na América Latina”.<sup>140</sup>

Em 1966, o PCdoB realizou a IV Conferência, discutindo qual seria sua posição perante a ditadura militar, e decidiu que os comunistas não seguiriam outro caminho senão o do enfrentamento armado. Assim, o partido passa a se organizar para combater o governo ilegítimo usando de “violência revolucionária”.

Outro ponto resolvido nesse encontro foi, como mencionado anteriormente, que a luta teria que se desenvolver no campo, pois os militantes sofriam com a rígida perseguição dos opressores nas metrópoles. Alguns grupos mantiveram-se nas cidades, optando pela luta urbana, praticando, entre outras coisas, assaltos a banco, que chamavam de “expropriações bancárias”, que visavam abalar o poder.

O PCdoB reunia militantes na região do Bico do Papagaio, uma área de difícil acesso, afastada dos grandes centros urbanos, o que, para o partido, era o caminho certo para iniciar uma luta de longa duração.

O ato que anuncia uma nova postura da esquerda brasileira acontece em uma terça-feira, 19 de março de 1968,<sup>141</sup> quando uma bomba é colocada no consulado americano. Está declarada a radicalização da resistência contra a ditadura e os atos das guerrilhas ganham força. Estas começam a realizar expropriações, como o assalto bem-sucedido ao trem pagador da Santos-Jundiaí, sequestros nos quais embaixadores estrangeiros eram os principais alvos, entre outros atos em nome da revolução. Esses fatos foram suficientes para motivar um aumento da repressão, que cria mais instrumentos para acabar com a “subversão”.

Com a instauração do AI-5, não havia mais dúvidas de que o governo militar não seria apenas um governo transitório. O endurecimento do regime militar em 1969 e a marginalização dos movimentos populares e estudantis faz com que a luta contra a ditadura por vias democráticas caia em descrença entre boa parte da esquerda.

O PCdoB lança uma Resolução do Comitê Central de janeiro de 1969, intitulada *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. Não se fala mais em lutas legais e em saída pela via eleitoral. A exposição se preocupa somente com a via da luta armada.<sup>142</sup>

---

<sup>140</sup> ARAÚJO, 2008, p. 266.

<sup>141</sup> Informação encontrada no acervo on-line da *Folha de São Paulo*. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_19mar1968.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_19mar1968.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2013.

<sup>142</sup> GORENDER, op. cit., p. 108.

O jornal *A Classe Operária*, editado pelo Partido Comunista do Brasil, que circula desde 1º de maio de 1925,<sup>143</sup> fala, em sua edição de maio de 1969, sobre a expansão dos ideais armados.

Com clareza do comprovado marxista-leninista, Mao-Tsé-Tung afirmou que a revolução mundial entrou em uma nova fase. É uma informação valiosa que reflete a realidade. Em toda parte, os povos se erguem contra os Estados Unidos. Particularmente na Ásia, na África e na América Latina, o movimento de libertação nacional, através da luta armada atinge novos níveis. O imperialismo yanque ve-se acuado não só nas vastas áreas do mundo colonial e dependente como também começa a ser fustigado nos países capitalistas mais desenvolvidos. Na sua própria cidadela explodem potentes e corajosas manifestações dos trabalhadores negros pelos seus direitos e de amplas massas populares contra a infame guerra do Vietnam.<sup>144</sup>

Foi o PCdoB que liderou o maior movimento de guerrilha rural do Brasil, na região do Araguaia. Foi também este o último grupo guerrilheiro a sucumbir, já em 1974. O fim da guerrilha no Araguaia foi o último suspiro dos sonhos da revolução armada.

Entre 1961 e 1971-2, as organizações surgiram e foram desmanteladas pela repressão. Restou apenas o PCdoB, que teve a sua guerrilha derrotada em 1974. Por volta de 1972, os militantes da luta armada, salvo os do PCdoB, estavam mortos, presos, no exílio, clandestinos dentro do país. A rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois fatores: a ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, que levou ao seu isolamento; a tortura como recurso amplamente usado pelos órgãos oficiais para a eliminação dos militantes. O aperfeiçoamento dos aparelhos de repressão tem sido apontado para explicar o êxito da repressão. Entretanto, este apenas foi possível no quadro social do isolamento e do uso sistemático da tortura.<sup>145</sup>

A derrota da luta armada e do sonho de implantação do regime socialista dá lugar à luta pela democracia e à autocrítica da tentativa revolucionária armada. Essa derrota pode ter vindo da falta de oportunismo no pré-64 ou do foquismo, que foi ao mesmo tempo

<sup>143</sup> O jornal *A Classe Operária* tem suas publicações interrompidas em 1950; com o golpe militar, o jornal passa a ser produzido clandestinamente por César Teles e Amelinha Teles até 1972.

<sup>144</sup> **A Classe Operária**, maio 1969, p. 2. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_378.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_378.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

<sup>145</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. V. 4: O tempo da ditadura – Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Utilizei uma versão do artigo on-line, disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas\\_Revolucionarias\\_e\\_Luta\\_Armada.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Esquerdas_Revolucionarias_e_Luta_Armada.pdf)>. A citação aparece na p. 18.

inspirador e fator de derrota dos guerrilheiros, como defende Gorender. O fato é que os grupos guerrilheiros consolidaram-se como exemplos de resistência na história do Brasil, sendo até hoje motivo de investigação e curiosidade. Após a derrota nos campos de batalha, a luta voltou-se para a memória, palco no qual os envolvidos mobilizam-se para evitar a derrota no plano das representações.

Durante todo o período, surgiram diversas organizações de guerrilha, sobretudo após 64, como o PCdoB que atuou na Guerrilha do Araguaia; a Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella; da cisão do Polop, surgem os Comandos de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo ex-militar Carlos Lamarca, que, em 1969, juntam-se, formando a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares); além das Ligas Camponesas, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), entre outros.<sup>146</sup>

É nessas organizações ou em similares que estão inseridos os depoimentos realizados para essa pesquisa. É nessas organizações que mulheres tornam-se guerrilheiras e vão viver a experiência revolucionária.

## **2.2. Gênero e luta armada**

Desde o início das lutas revolucionárias de esquerda, as mulheres envolvidas aspiram alcançar a libertação da opressão que acreditam sofrer no sistema capitalista. Essa aspiração, somada à necessidade de redemocratização do país, culminou na participação de muitas mulheres em movimentos armados no Brasil.

Dentro da resistência ao governo militar, as mulheres sofriam em dobro, lutando não só contra o regime ditatorial, mas também contra o machismo peculiar daquele período histórico, que reservava para a mulher somente a esfera do privado, subjugando-as às vontades de uma sociedade patriarcal. As mulheres que iam contra os valores da época encontraram nas guerrilhas uma oportunidade de união de esforços para alcançar objetivos comuns, entre os quais a igualdade de direitos, a redemocratização do sistema político e a transformação da mentalidade popular.

Os grupos da esquerda armada tinham uma minoria feminina. Isso está relacionado a diversos fatores, principalmente a posição de submissão política e social que a mulher ocupa até a década de 1960. Entretanto, mesmo minoritária, a presença feminina existia, conforme apresentado por Ridenti no quadro abaixo:

---

<sup>146</sup> Detalhar os grupos armados é uma tarefa que já foi desempenhada por diversos historiadores. Desta forma, foram indicadas somente algumas organizações importantes para o seguimento do texto.

QUADRO Nº 1 — Organizações de esquerda no Brasil, conforme o sexo dos processados judicialmente, anos 60 e 70

	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
* ALA	20(16,0%)	105(84,0%)	125(100 %)
* ALN	76(15,4 %)	416(84,6%)	492(100 %)
AP	127(27,0 %)	343(73,0%)	470(100 %)
* COLINA	8(14,8%)	46(85,2%)	54(100 %)
CORRENTE	12(16,2%)	62(83,8 %)	74(100 %)
DI-DF	1(2,9 %)	33(97,1 %)	34(100 %)
DVP	10(25,0%)	30(75,0 %)	40(100 %)
FALN	4(8,2 %)	45(91,8 %)	49(100 %)
* FLNe	0(0,0%)	10( 100,0%)	10(100 %)
GR. DE 11	0(0,0%)	95(100,0%)	95(100 %)
* MAR	1(4,8 %)	20(95,2%)	21(100 %)
MEL	2(12,5%)	14(87,5%)	16(100 %)
* MNR	0(0,0%)	18(100,0 %)	18(100 %)
* MOLIPO	4(40,0 %)	6(60,0 %)	10(100 %)
MR-21	0(0,0 %)	22(100,0%)	22(100 %)
* MR-26	0(0,0%)	15(100,0 %)	15(100 %)
* MR-8	30(18,9%)	129(81,1%)	159(100 %)
MRM	1(14,3%)	6(85,7 %)	7(100 %)
PC do B	47(18,1%)	212(81,9 %)	259(100 %)
PCB	32(4,7%)	655(95,3 %)	687(100 %)
* PCBRR	41(18,9%)	176(81,1 %)	217(100 %)
PCR	1(3,0%)	32(97,0 %)	33(100 %)
* POC	41(29,9%)	96(70,1 %)	137(100 %)
POLOP	15(17,6%)	70(82,4 %)	85(100 %)
PORT	21(14,9%)	120(85,1 %)	141(100 %)
* PRT	8(26,7%)	22(73,3 %)	30(100 %)
* RAN	13(34,2%)	25(65,8 %)	38(100 %)
* REDE	4(17,4%)	19(82,6 %)	23(100 %)
* VAR	47(17,4%)	223(82,6 %)	270(100 %)
* VPR	35(24,1%)	110(75,9%)	145(100 %)
* V. Grupos	59(17,0%)	289(83,0%)	348(100 %)
* TOT.ESQ.ARM.	387(18,3%)	1725(81,7%)	2112(100 %)
Total c/ Sexo conheç.	660 (16,0%)	3464 (84,0%)	4124(100 %)

FONTE: BNM

147

A opção pelos grupos guerrilheiros implicava numa luta militar que, pelas suas características, tendia a dificultar a integração feminina, exemplo disso é a ausência de amparo adequado à mulher gestante. Era um ambiente dominado pelos homens, tidos como mais aptos para a atividade militar, especialmente em uma época na qual os papéis de mãe e esposa eram dos poucos aceitáveis para as mulheres.

O machismo ocorria inclusive dentro das organizações. Muitos militantes de esquerda também viam a política como um espaço masculino, motivo pelo qual eram raras as mulheres que assumiam cargos diretivos em organizações de guerrilha. Segundo Colling,<sup>148</sup> homens e mulheres esqueciam-se que a luta pela igualdade perpassava o reconhecimento das diferenças. Criméia Alice enfatiza:

era o seguinte: tinha pouquíssimas mulheres, pouquíssimas mesmo, de contar nos dedos da mão e não eram de direção. Era aquele negócio, quando você questionava uma determinada tarefa, vou colocar um

<sup>147</sup> RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2. sem. 1990.

<sup>148</sup> COOLING, 2004, p. 9.

exemplo aqui, as pichações que eram feitas de madrugada, que eu dizia: “Não dá pra eu ir, sozinha de madrugada”. Eles diziam: “Mas você não é comunista, homens e mulheres são iguais”. Então, aí era o discurso ideológico. Eu dizia assim: “São iguais na nossa cabeça, na sociedade não são, se eu for sozinha, duas horas da manhã para determinados locais, algo que podemos fazer é o seguinte, vamos juntos, eu vou para sua casa às dez horas da noite”. Só que muitos desses militantes os pais não sabiam, então o que que eu ia fazer na casa deles? Isso não podia aparecer, então era muito... Como essa tiveram várias situações.<sup>149</sup>

A atuação dessas mulheres representou a transgressão e o rompimento com os papéis sociais reservados a elas. Apesar da agitação política e social dos anos 1960, os valores “tradicionais” permaneciam, perpetuando o machismo.

Os fatores supracitados expressam alguns motivos que podem explicar a participação minoritária do gênero feminino em relação ao masculino dentro das guerrilhas armadas. No entanto, o que nos interessa são as mulheres que enfrentaram essas adversidades e marcaram presença nos movimentos de luta armada, sendo elemento fundamental na resistência contra o regime militar no Brasil.

### **2.3. Guerrilha: vozes femininas**

Segue nesse capítulo a reflexão feita a partir da análise das entrevistas realizadas com militantes de organizações armadas: Criméia Alice e Maria Amélia Teles (a Amelinha), guerrilheiras do Araguaia; Rosalina Santa Cruz, da VAR-Palmares e AP; Victória Grabois, do PCdoB; e Jessie Jane, da ALN. O trabalho de pesquisa (coleta do depoimento, análise do depoimento e tratamento da fonte) possibilitou uma profunda reflexão acerca do prisma teórico e metodológico da análise de documentos orais – articulação entre história, memórias traumáticas e suas potencialidades na produção biográfica. O processo de coleta e tratamento dos depoimentos evidenciou a diversidade de memórias traumáticas associadas ao período repressivo dentro da perspectiva da guerrilha, abordando a pluralidade das memórias em disputa.

Sendo um estudo memorialístico, as bases estruturais da análise dos depoimentos serão:

1. Resgatar a memória das guerrilheiras – experiência de vida, início da militância, entrada para a guerrilha armada, principais influências, objetivos e demandas das organizações guerrilheiras das quais as depoentes faziam parte e o papel do feminino dentro das

---

<sup>149</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

organizações. Isso permite conhecer a perspectiva de gênero dentro e fora das organizações, analisando as especificidades da questão traumática, de gênero e repressão.

2. Memórias subterrâneas: prisão, exílio e tortura.
3. Testemunho e superação: o testemunho, como forma de reanalisar as experiências de vida na guerrilha, proporcionando uma visão atual para as mudanças e permanências político-ideológicas das entrevistadas, possibilitará, por meio da análise das experiências de vida, conhecer os horizontes das vitórias e insucessos da guerrilha, através de um olhar crítico para as ações da guerrilha, que tangencie as questões de gênero.

### **2.3.1. Experiências de vida**

Ao relatar suas histórias de vida, o narrador faz, inevitavelmente, uma invocação à memória. A memória não é linear, é processual, e, durante o processo de elaboração, ela vai construindo e desenhando sentidos na relação que compõe passado e presente, em um processo colaborativo entre a subjetividade do narrador e do receptor.

Nesse sentido, os depoimentos coletados não contemplam apenas a relação entre memória e esquecimento. O narrador preocupa-se também com o que vai ser contado e em como contar, de forma que faça sentido ao entrevistador. O discurso não é o fim nele mesmo, ele é parte do processo de elaboração, que comporta contradições, incoerências e imperfeições. Dentro desse processo, encontra-se a busca pelo sentido. Em todos os depoimentos coletados, as testemunhas buscam fundamentar suas trajetórias de vida, de forma a dar sentido a elas, ora como exemplos de trajetória edificante, ora como relatos de uma trajetória marcada pelo sofrimento.

Na análise da trajetória política e de vida, são particularmente reveladores os relatos relacionados à vida cotidiana, pois apresentam uma gama de experiências que traduzem sutilmente a experiência humana em um período de prisão, tortura e extrema repressão. O relato de Maria Amélia de Almeida Teles expressa esse aspecto de vida cotidiana ao falar do dia posterior ao golpe militar de 64:

Fui comprar leite e pão, saí na rua – gente será que eu vou ser presa? Nós estávamos todos em casa, eu falei, “vou lá comprar”. Quando eu chego lá, lembro até hoje da minha vizinha falando, a vizinha que vendia leite e pão, era uma vendinha, eu morava em lugar de pobre. Ela falou assim: “Vocês perderam”. Eu não falei nada, só falei que queria leite e pão. Ela disse: “Vocês perderam, essa Revolução ganhou”. Eu

disse: “Essa não é a nossa Revolução”, e ela disse: “Eu sei, vocês perderam”. Lembro disso até hoje.<sup>150</sup>

Criméia Alice Schmidt de Almeida, guerrilheira no Araguaia, presa pela primeira vez no Congresso de Ibiúna em 1968, foi novamente presa em São Paulo em 1972.<sup>151</sup> Em seu depoimento, Criméia apresenta os aspectos vividos no cotidiano, como o seu primeiro contato prematuro com a política:

Eu, quando entrei no ginásio, que era depois da escola primária – os nomes eram diferentes de atualmente – eu fui para uma escola onde estava sendo implantado um projeto piloto do que depois ia ser chamado de método MEC-USAID. O projeto estava sendo implantado em Belo Horizonte e Porto Alegre. [...] Eu fui estudar na escola onde estava sendo implantado o plano piloto, que chamava PABEE, Programa Americano Brasileiro de Ensino, qualquer coisa assim. Isso transformou muito a vida dos estudantes, porque a metade do prédio foi cedido a esse programa, e o resto dos alunos se espremeram no restante do prédio – era um prédio de dois andares. Isso causou muita briga dos estudantes pelo espaço, das estudantes, porque era um colégio feminino, Instituto de Educação. Então começa muito cedo, por ser um projeto americano e a gente ser contra, então o movimento foi chamado de comunista, certo. Aí foi... a coisa vai em um crescente.<sup>152</sup>

Criméia coloca esse acontecimento como o convite de entrada para a militância no PCB em 1958 e posterior entrada para o PCdoB. Sua irmã, Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, como gosta de ser chamada, teve sua trajetória política entrelaçada à da sua irmã caçula. Amelinha é uma militante feminista notável, escritora de livros sobre o tema,<sup>153</sup> fundadora da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e, recentemente, integrante da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo Rubens Paiva.<sup>154</sup> Quando foi presa, em 1972,<sup>155</sup> pela Operação Bandeirante (Oban),<sup>156</sup> estava em seu apartamento com seu marido, seus dois filhos e sua irmã Criméia.

<sup>150</sup> TELES, Depoimento, 2014.

<sup>151</sup> Sobre sua prisão em 1972, Criméia não fala em prisão e sim em sequestro, pois, segundo ela, não foi apresentada a um juiz, não foi processada e não foi anistiada; recebeu sua anistia somente em 2003.

<sup>152</sup> TELES, op. cit.

<sup>153</sup> Entre seus livros estão: *Breve história do Feminismo no Brasil*, “*O que é violência contra a mulher*”, “*O que são direitos humanos das mulheres*”, entre outros.

<sup>154</sup> A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi criada pela Resolução n. 879, de 10 de fevereiro de 2012.

<sup>155</sup> O mandato de prisão de Maria Amélia de Almeida Teles data de 17 de maio de 1973 (BNM, caixa 693 1B, 14º vol.).

<sup>156</sup> Criado em 2 de julho de 1969, foi um centro de informações e investigações montado pelo Exército do Brasil. “O símbolo do ‘bandeirante’ está intrinsecamente ligado a uma certa tradição da cidade de São Paulo, de homenagear os paulistas dos séculos XVI a XVIII que percorriam o interior do país capturando índios e vendendo-os como escravos. É sintomático da proposta da Oban, evocando ao mesmo tempo a

As irmãs dão destaque à prisão do pai como um evento traumático, após o qual recrudesceram suas oposições ao sistema. O pai, segundo o relato, foi trabalhar e não voltou mais:

Meu pai ficou seis meses sem a gente saber onde ele estava. Sabe como eu fui descobrir? Eu fui em tudo quanto é quartel. Nos quartéis, você fazia fila. Eles botavam a gente assim, era um sol de rachar, você fazia a fila assim, que dobrava o quarteirão, tinha que ter o RG na mão, vinha um soldado e pegava o RG. Eles pegavam quilômetros de RG, ou seja, se você sair sem o RG, você vai ser presa. [...] Nesse meio-tempo, fomos presas, eu e a minha irmã, foram lá em casa, agarraram a gente e levaram dentro de uma viatura do exército. Fomos presas com dois homens uniformizados. Nós vamos resistir com quê? Nós não tínhamos nem faca de cozinha. [...] Fomos presas em maio de 64, eu e a Criméia, fomos levadas para o quartel, não sabiam onde punham a gente também, porque o quartel era só de homem.<sup>157</sup>

Ele foi trabalhar e não voltou. Nós começamos a procurar nos quartéis, no Dops, em lugar nenhum ele estava, porque foram muitas pessoas, Belo Horizonte foi o berço do golpe, né. Então eram filas quilométricas, quilométricas, que davam voltas no quartel, e pegavam o seu RG e depois de uma hora, duas horas, voltavam e diziam: “Não está aqui”. Isso foram meses, foram cinco ou seis meses nessa busca, né. A gente ia e voltava, sem nenhuma informação, nada, e a gente sabia que aconteciam barbaridades, que pessoas eram mortas.<sup>158</sup>

Quando finalmente encontraram-no, o pai estava em péssimas condições, conforme relato das irmãs:

A visita acho que era sábado ou domingo. Ninguém tinha dinheiro, porque, imagina, todo mundo desempregado, eram um monte de criança nessas filas, mulher com criança. Aí, alguém falou assim: “Olha eu tenho um caminhão”. Ele fez assim, uma espécie de pau-de-arara, pôs aquelas coisas e pôs uma lona. Aí: “Quem quiser a gente faz vaquinha e vai todo mundo de caminhão”. Foi assim que eu encontrei meu pai, nesse caminhão. Ele marcou um local lá no centro de Belo Horizonte, que havia feira de amostras. Ele marcou lá, e todo mundo foi lá, encheu o caminhão e nós fomos.

Esse presídio tinha sido construído no Complexo Penitenciário de Neves. Ainda existe o complexo, que já existia antes, só que esse pavilhão era afastado, hoje é uma colônia agrícola. Esse era afastado

---

violência contra os índios e a bravura na ‘conquista do oeste’ e na busca do ouro.” (JOFFILY, Olívia Rangel. Oban e DOI-CODI, elementos para um estudo. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0728.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.)

<sup>157</sup> TELES, Depoimento, 2014.

<sup>158</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

dos presos comuns, ninguém sabia da existência dele, inclusive, um caminho que assim, de ônibus você não chegava lá, você chegava em Neves. O ônibus chegava na entrada do presídio, da colônia, e eram quilômetros de distância. Tanto que esse caminhão continuou, ninguém podia dispensar o caminhão [risos], a não ser quem tinha carro, naquela época não eram tantas pessoas, né. Então esse caminhão ficou todos os finais de semana levando os familiares. Era um pau-de-arara, é, porque era igualzinho aqueles do nordeste, todo mundo sentadinho ali, com um pau para se segurar [risos].<sup>159</sup>

Não tiraram ele da cela, estava enjaulado igual bicho, com o braço quebrado. Olhando assim pra gente, igual bicho. [...] quando nós fomos ver meu pai mesmo, ele estava na penitenciária de Neves, a 30km de Belo Horizonte, uma penitenciária que foi feita para presos políticos.<sup>160</sup>

Acontecimentos como esse tornam imprecisas as relações humanas basilares, rompendo os vínculos da família, comunidade, amizade e pertencimento. O descolamento do indivíduo de suas relações sociais, sobretudo familiares, debilita o sistema de crenças que dão relevância ao seu conjunto de experiências humanas. Contudo, é nas relações humanas estabelecidas dentro das organizações que o militante se reencontra. Se por um lado os testemunhos são carregados de dor, angústia, solidão, perda e tortura, por outro lado falam também da vida e do amor<sup>161</sup>.

Meu pai também foi para a clandestinidade, ficou cada um para um lado, certo. Isso é uma perda afetiva, você perde seus amigos, seus colegas de escola. É uma perda, mas também tem ganhos, você conquista outros amigos, outros companheiros e, é uma opção que você fez. Então você vai, com dificuldades, que não é fácil viver uma ditadura, mas é uma opção, uma opção.<sup>162</sup>

A questão do distanciamento familiar é destaque no depoimento de Victória Grabois:

Você quer saber como era? Era muito triste! Antes de eu conhecer a Liana<sup>163</sup> e chegar ao Brooklin, foi mais triste do que depois que eu conheci a Liana. Depois do nascimento do Igor,<sup>164</sup> durante seis anos foi uma tristeza. Segunda feira era o dia que eu mais gostava, ninguém suporta a segunda feira, mas sábado e domingo você tem família. A família se reúne, você pode ser separada do seu marido, mas o seu filho sai com o pai, se ele não sai com o pai você tem uma irmã, uma prima,

---

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> TELES, op. cit.

<sup>161</sup> A sensação de pertencimento e solidariedade que o militante encontra dentro de suas organizações também ganham espaço nos depoimentos das mulheres militantes do PCB, expostos mais adiante.

<sup>162</sup> ALMEIDA, op. cit.

<sup>163</sup> Amiga que Victória fez em São Paulo.

<sup>164</sup> Filho de Victória, Igor nasceu em 1966.

ou uma amiga, eu não tinha ninguém. Eu vivia para o Igor e para a minha mãe.<sup>165</sup>

Victória Lavínia Grabois Olímpio é graduada em Letras, filha de Maurício Grabois e Alzira Costa Reis; por influência do marido, também se tornou militante, e atualmente preside o grupo Tortura Nunca Mais RJ<sup>166</sup>. Recentemente, Victoria escreveu um livro no qual narra a memória política de seu pai, Maurício Grabois.<sup>167</sup> Maurício Grabois foi deputado federal da Assembleia Nacional Constituinte; eleito como líder da bancada comunista em 1945, foi um dos fundadores do PCdoB e idealizador, juntamente com seus colegas de partido, do foco guerrilheiro na região do Araguaia. Em seu depoimento, ela mostra que a atuação política em seu seio familiar teve origem antes mesmo do início da ditadura militar:

Com a cassação dos mandatos em 1947, meu pai e a minha mãe caíram na clandestinidade. A gente morava no Leblon. [...] Eles caíram na clandestinidade, o que era a clandestinidade? Morar no subúrbio do Rio. Eu, meu irmão André, ficamos morando com a minha tia, irmã da minha mãe, na Lagoa, aí, de vez em quando, a minha mãe vinha nos visitar. Só que um dia ela botava a gente para dormir, quando a gente dormia, aquelas coisas, ela ia embora. Um dia lá, o André acordou, acordou e falou assim pra ela: “Você vai nos deixar para ficar com ele?”. Aí aquilo partiu o coração da minha mãe, minha mãe pegou o André e levou o André junto com ela. O André foi viver na clandestinidade e eu encontrava com o meu pai e com a minha mãe nas férias.<sup>168</sup>

Em 1972, inicia-se a Guerrilha do Araguaia. Terminada em 1974, levou de Victória seu pai, seu irmão e seu marido, destruindo mais uma vez o seu núcleo familiar.

O ato de rememoração apresentado nos depoimentos recupera o passado em função do presente, deslocando, em alguns momentos, referências do presente para dar sentido às memórias do passado. Criméia, em seu depoimento, apresenta essa retomada do passado para reavaliar sua entrada para a guerrilha:

Tem horas que eu penso assim, que eu era tão novinha, que talvez eu nem tenha tido oportunidade de fazer outra opção, agora pra mim, no meu consciente, foi uma opção minha. Eu não fui levada, fui porque quis ir. Hoje, quando eu penso assim, a pessoa com 16 anos talvez não

<sup>165</sup> OLÍMPIO, Victória Lavínia Grabois. Depoimento [fev. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>166</sup> O Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro (GTNM/RJ), fundado em abril de 1985, tornou-se uma referência no cenário nacional e internacional, por sua luta pela memória do período da ditadura militar contra a tortura e em defesa dos direitos humanos.

<sup>167</sup> GRABOIS, Victoria Lavínia. **Maurício Grabois: meu Pai**. Rio de Janeiro: Hexis, 2012.

<sup>168</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

tenha vislumbrado outra opção. Mas era essa que eu queria, se não foi, naquela época se tornou.<sup>169</sup>

Apesar de considerar-se “muito jovem” ao entrar para as ações de guerrilha, a depoente não considera que sua juventude à época foi fator determinante para sua tomada de decisão.

Eu fui criada dentro de uma concepção diferente da dominante, certo. Então eu acho que não foi da idade, eu acho que a idade me impediu de ver outras coisas do mundo, mas não foi a idade que me levou a fazer essa opção. Eu tinha uma formação, fraquinha pela idade, mas eu tinha uma formação política, ideológica, que me levava para esse caminho.<sup>170</sup>

Criméia iniciou sua vida política no PCB justamente no momento em que houve a cisão entre o PCB e o PCdoB. Sobre sua saída do PCB, relata:

Eu entrei pro PCB na mesma época ou logo em seguida que ocorreu a cisão entre o PCB e o PCdoB, mas eu entrei no PCB. Como eu era um pouco chata e queria saber no PCB o porquê que havia se dado a cisão, começaram a pensar que eu era uma agente infiltrada do PCdoB no PCB, eu com 14, 16, 15 anos, sei lá. Então, vamos dizer, eu fui afastada do PCB e acabei entrando em contato com o PCdoB. Não entrei imediatamente no PCdoB, mais tarde é que eu entrei, antes do golpe. Isso tudo se deu em muito pouco tempo, naquela época havia um debate político muito grande, né. Era uma efervescência política muito grande. [...] No PCB não tinha lugar pra mim, né, eles já tinham deixado claro. Eu queria saber o que estava havendo. Pra mim, não tinha diferença, PCdoB e PCB, eu era comunista. Se não tem espaço em um eu vou procurar o outro, mas também não vou entrando assim não, porque esse negócio é esquisito, aí eu fui mais seletiva, entendeu. Para entrar no PCB eu não fui seletiva.<sup>171</sup>

Victória Grabois carregava o peso de ser filha de Maurício, tendo sua vida política vindo de berço. Em sua infância, ela recorda de sua casa sendo utilizada como um aparelho do partido,<sup>172</sup> sendo frequentada pela vanguarda da esquerda brasileira de então, como Armênio Guedes, Luís Carlos Prestes, Gorender, entre outros. Entretanto, Victória lembra-se que sua entrada definitiva para o partido deu-se de forma orgânica, por meio de seu colega de faculdade Wilson Nascimento:

Quando eu cheguei na faculdade, era o ano de 63, quer dizer, diziam que aquele era um ano de efervescência. Os reacionários disseram

<sup>169</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

<sup>170</sup> Ibid.

<sup>171</sup> Ibid.

<sup>172</sup> Referindo-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

assim: “Aqui está infestado de Comunista”. Aí um amigo meu, o Wilson Nascimento [...] ele disse assim: “Aqui tem comunista sim, e aqui tem dois partidos”. Nessa hora eu disse assim: “Ah eu sou do PCdoB”. Eu sempre digo isso pra ele. Porque eu era filha do meu pai, lógico, que era fundador do PCdoB, mas o meu pai nunca me chamou. Eu falei: “Ah quem me colocou dentro do partido foi o Wilsão”. Se ele falou, é porque ele me considerava, eu e as minhas amigas, coitadas, nem estavam sabendo de nada.<sup>173</sup>

A influência da vida política paterna também marca a infância de Criméia e Amelinha. O pai era, como afirma Amelinha, um “anarco-comunista-sindicalista”, e trouxe para a infância das filhas os ideais de igualdade, solidariedade e consciência política. Isso fez com que Amelinha nunca tivesse dúvidas sobre qual posição política adotar, à esquerda. Segundo ela, sua entrada no PCdoB foi um momento muito ambíguo de sua vida, pois tinha orientação pacifista, entretanto, diante da situação que estava posta e após muita reflexão, posicionou-se. Segue relato:

Quando se discutiu a luta armada e se mostrou que a luta de classes era muito desigual, muito acirrada contra o proletariado [...] então você também tem que armar, o partido tem que ter uma cabeça política e um braço que auxilie que é mais militarizado. Então essa tese implicava em sair do Partidão,<sup>174</sup> ser expulsa do Partidão – rachar. Porque o Partidão achava que não, que tinha que ser uma transição pacífica. O Partidão tinha uma ideia [...] um tanto quanto romântica, ingênua de que eles<sup>175</sup> um dia vão entender os operários, que eles<sup>176</sup> também têm direitos e tal. Então eu saí do Partidão. Eu saí do Partidão e não sabia para onde ir, aí eu conheci uma figura maravilhosa e era o Lincoln Oest,<sup>177</sup> uma figura pouco lembrada pela esquerda, pouco falada, mas era uma pessoa... Eu conversei com ele, ele ia fazer uma palestra em Belo Horizonte e eu fui na palestra, eu, minha irmã e meu marido na época [...] não era marido, mas era quase, companheiro, vamos dizer assim. Aí fomos para lá, ouvimos o Lincoln Oest, debatemos com ele e achamos que era convincente o que ele falava. Ele falou que se a gente quisesse atuar nessa linha, que entrasse para o PCdoB, ele convidou a gente para entrar para o PCdoB e nós entramos.<sup>178</sup>

---

<sup>173</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

<sup>174</sup> Partidão era como se referiam ao PCB.

<sup>175</sup> Referindo-se à classe dominante.

<sup>176</sup> Referindo-se aos operários.

<sup>177</sup> Lincoln Oest (1907-1972) foi dirigente do PCdoB, preso em 1972 por agentes do DOI-Codi/RJ e torturado até a morte.

<sup>178</sup> TELES, Depoimento, 2014.

Já Rosalina Santa Cruz iniciou sua vida política como muitos jovens de sua época, através da religião, por meio da Juventude Estudantil Católica, a JEC,<sup>179</sup> em Recife. Foi ali que ela conheceu as teorias marxistas e a Teologia da Libertação. Foi questionando os próprios dogmas da Igreja que começou a lidar com uma inquietação nas questões de justiça, igualdade e direitos. Entretanto, foi na universidade, assim como Victória, que Rosalina teve seu encontro definitivo com a militância. Ela aponta suas leituras e viagens para os Estados Unidos e Venezuela como fatores determinantes para seu posicionamento político, que posteriormente a levaria para a guerrilha. Segue relato:

Fui para os Estados Unidos pela UIP (Associação Interamericana), que levava jovens, levou naquela época cem jovens brasileiros para Harvard, para conhecer. Fui junto com Ruy Frasso, que é um desaparecido político de Recife; com Roberto Freire, que depois se tornou, que era na época do PCB e outros. O Aloisio Nunes, aqui de São Paulo, também foi um ano depois; o Vicente Patresi também foi e muitos outros jovens que depois se tornaram lideranças políticas. [...] foi por aí. Aí terminei a faculdade militando na AP, na AP de Recife. Militando na AP marxista-leninista. Antes que a AP fizesse o racha para o PCdoB, eu já estava no Rio de Janeiro, já tinha ido à Venezuela em um curso de pós-graduação e já estava no Rio. Quando eu fui para o Rio em 68, entrei em contato com um grupo de camponeses da Baixada Fluminense, que estamos hoje buscando identificá-los, que foram presos na guerrilha da VAR. Foi aí que eu comecei a me envolver com esses camponeses. Foi com esse trabalho lá em Cachoeira do Macacu que eu comecei a me envolver mais diretamente e me questionar até que ponto a luta de massas era uma luta muito demorada.

Comecei a ler os defensores da luta armada da época, Chiapi, o próprio Douglas Bravo, o pessoal que defendia o foquismo, que é o Debret. Com isso, na época, havia uma grande efervescência pela luta armada no mundo, não só na América Latina. Em 67, o Che tinha morrido na Bolívia, na luta armada já em decadência na América Latina. A Argentina, o próprio Uruguai tinha os tupamaros, na Europa tinha o Comando Vermelho da Alemanha, nos Países Baixos tinha o ETA, tinha na Colômbia a Farc. Quer dizer, no mundo, naquele momento, se definia que a luta armada era o caminho revolucionário.

Frente a tudo isso, eu tinha passado três meses na Venezuela, onde Douglas Bravo tinha uma guerrilha em andamento por lá. Então me encantou a saída armada como uma saída factível, não é? Inclusive porque não era uma saída só do Brasil e latino-americana, não era só um grupo de estudantes que estava pensando isso, era o mundo. Em

---

<sup>179</sup> “Surgiu em 1935 com um grupo formado basicamente por mulheres. Inicialmente sua atuação estava restrita às Associações Religiosas, com a finalidade de difundir o cristianismo entre os estudantes. Entretanto, foi a partir de 1963 que os militantes de JEC iniciam, juntamente com a evangelização, um trabalho de levar às pessoas da comunidade a mensagem de Justiça Social. A partir daí a JEC vai assumindo cada vez mais um caráter social, tendo os problemas políticos e econômicos do País como questões centrais de suas ações.” (Fundo: Juventude Estudantil Católica do Brasil, JECB CEDIC-PUC-SP).

uma posição contra a União Soviética, contra a política da União Soviética, que era uma política massiva, que tinha uma hierarquização muito forte.

Então eu estava pensando em uma coisa de nova esquerda, inclusive semelhante à New Left americana. Nós ouvíamos o tempo inteiro a rádio de Cuba, mas principalmente a Rádio Tirana, e foi aí que se forjou o desejo da luta armada. Passei para a luta armada junto com os camponeses e passei a atuar, muito envolvida, muito comprometida, na Vanguarda Revolucionária de Palmares.<sup>180</sup>

As entrevistadas vislumbraram na guerrilha o que elas consideravam como “única alternativa” de resistência frente aos militares. Os objetivos das organizações eram os mesmos, diferenciando-se sobretudo nos métodos para atingi-los, segundo Criméia: “todos defendiam as grandes reformas de base, reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, eram tantas reformas, a não remessa de lucros pro exterior, a questão do pagamento da dívida externa”.<sup>181</sup> O PCB confiava que o “dispositivo militar” defenderia o governo de ameaças golpistas. O PCdoB avalia de maneira correta o golpe, que já em seu início apresentava-se como sendo um atendado duradouro contra a democracia. A lição de 64 dá razão ao PCdoB, que desmente as ilusões reformistas: “a prática mostrou que a ala democrática do exército eram meia dúzia de militares, que foram banidos do exército, né”.<sup>182</sup>

É nesse contexto de incertezas políticas que se iniciam os movimentos de guerrilha. A do Araguaia concentrava suas lutas no campo, pois, segundo seus integrantes, a luta revolucionária não tinha espaço para concretizar-se nas cidades.

O PCdoB considerava que a guerrilha deveria começar no campo, porque a repressão na cidade era muito difícil de ser vencida e não porque a liderança da luta antitadura e anti-imperialista seria dos camponeses. Porque o Mao-Tsé-Tung tinha uma visão mais de camponeses, liderança camponesa. [...] O proletariado era muito pequeno, se é que existia. Mas, naquela época, no Brasil, 70% da população vivia no interior e 30% na cidade, era o inverso de hoje, mas o partido não tinha uma concepção de que fosse camponês que ia dirigir a luta, mas que ela se travaria no campo, daí porque eles defendiam a importância desse partido ser proletariado etc. etc. e no campo, por causa disso. No Araguaia, com muito mais razão, porque lá era terra de

---

<sup>180</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

<sup>181</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

<sup>182</sup> Ibid.

ninguém, lá nem o Estado estava presente, o máximo por onde ele andava era Belém-Brasília e o Rio.<sup>183</sup>

Suas demandas estavam expressas no documento intitulado União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), organizada por iniciativa das Forças Guerrilheiras do Araguaia (1972),<sup>184</sup> sintetizados em 27 pontos de reivindicações.

A VAR,<sup>185</sup> organização guerrilheira em que Rosalina militava, defendia que a revolução seria feita dentro das cidades, diferentemente da posição assumida pelo PCdoB e seus guerrilheiros no Araguaia.

Ação, naquela época, ação política nos levava a ter uma visão intelectual, de buscar respostas, análise do que seria a revolução na sociedade capitalista. Nós na VAR tínhamos toda uma concepção de que a revolução era uma revolução do capital. Que nós não éramos um país feudal, negávamos as teses que diziam isso. Portanto, como não éramos um país agrário, éramos um país em desenvolvimento do capitalismo, nossa revolução não seria campesina, seria uma revolução cubana, onde você tinha áreas guerrilheiras, mas não no sentido de cerco à cidade, mas no sentido da alimentação da relação entre campo e cidade, a revolução se travaria na cidade. Era muito mais próximo da Revolução de Cuba do que de uma visão chinesa. As demandas eram essas, se infiltrar no povo, mas com ações armadas, porque tínhamos muito mais em mente o modelo cubano, onde se fez a revolução com poucos quadros, enxuta, mas quase que como um golpe nas cidades. As ações da esquerda eram assim, ações propagandistas, como foi a tomada da Rádio Nacional.<sup>186</sup>

Essas mulheres entraram para o movimento de guerrilha, mas a entrada delas nessas organizações nem sempre foi bem aceita. A Guerrilha do Araguaia, por exemplo, teve que assumir estratégias diversas para a incorporação de mulheres, para aceitá-las como iguais. A dificuldade de incorporação das mulheres como um braço armado das organizações é evidenciada na fala de Criméia:

Foi com o João Amazonas, que foi quem me levou lá para o Araguaia, né, eu não sabia onde era, ele que foi comigo. Em um determinado momento, ele diz o seguinte: “Seu desempenho vai depender ainda de

<sup>183</sup> ALMEIDA 2009 apud RAGO, 2010, p. 165.

<sup>184</sup> O documento pode ser encontrado no site da Fundação Grabois: <[http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id\\_sessao=9&id\\_publicacao=217&id\\_indice=1898](http://grabois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=9&id_publicacao=217&id_indice=1898). Acesso em: jun. 2014).

<sup>185</sup> A VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares) nasceu em 1969 a partir da fusão da VPR com o Colina de Minas Gerais e a incorporação de um grupo do Rio Grande do Sul denominado União Operária. No entanto, um grupo significativo rompeu com a VAR e reorganizou a VPR. A VAR opta por manter-se vinculada às ações armadas.

<sup>186</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

outras mulheres”. Eu falei assim: “Ah não, isso é covardia, eu não posso ser responsabilizada por uma coisa dessas, você falou isso com os homens? Se os homens não forem bem não vai ter homens na guerrilha? Vai ser uma guerrilha de mulheres?”. E ele: “Não, é que você sabe, foi muito difícil essa discussão dentro do partido, muitos acham que não deve ter mulher e é por isso que não deve ter mulher”. Aí eu: “Não é bem assim, porque eu não aceito isso, eu posso ser um fracasso, mas isso não quer dizer que as mulheres sejam um fracasso, não tome parte pelo todo, você não está fazendo isso com os homens, então não faça isso comigo”. Isso foi assim, vamos dizer, minhas boas vindas lá no Araguaia. É claro, se o dirigente pensava assim, imagina os companheiros: “Ah mas mulher? Mulher não tem força, mulher não sei o quê”. Então o tratamento variava entre “tadinha, é mulher, a gente precisa fazer tudo por elas”, ou então “ah, desgraçada, é mulher, já que veio pra cá, vai ser igual homem, tem que castigar bastante”. Eram os dois extremos que incomodavam, então ora eu brigava com um que me tratava bem, ora brigava com um que não é que me tratava mal, mas tipo assim, tem que pegar dois sacos de 60 quilos, eu carrego um e você carrega o outro entendeu? Tudo igual, era a igualdade.<sup>187</sup>

Amelinha diz que a irmã sempre relembra esse fato, de resistência de sua entrada para o Araguaia. Victória Grabois também tem memória da resistência à participação feminina no Araguaia.

Meu pai chegou lá dizendo que aquilo ali<sup>188</sup> ia acabar e que mulher não ia participar da guerrilha, era só pro homem. [...] a Criméia, ela vai te contar isso, deixa ela te contar, ela peitou meu pai, né, eu não, né [...] eu que era uma bobocona, que era Deus no céu e meu pai na terra, eu, a boboca, aceitei, pensei, bom, não vou mais pra guerrilha, porque eu vou ter um filho. Sabe, aquele sonho de ter filho, isso era maior machismo, né. A Criméia que rompeu com esse pacto.<sup>189</sup>

Rosalina apresenta em seu depoimento o machismo que enfrentou dentro da VAR e na AP:

na VAR e na luta armada e na AP, os companheiros que ali estavam, eles eram formados e formatados em uma sociedade machista, portanto, reproduziam esse comportamento muitas vezes de forma não racional. Também nós reproduzíamos os comportamentos machistas. As ideologias dos dominantes não são só passadas para os dominados, não são passadas principalmente pelos dominantes, elas são passadas pelos dominados. Os dominados são os que introjetam e reproduzem muito em parte a ideologia dos dominantes. Então nós, mulheres, também não

<sup>187</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

<sup>188</sup> Referindo-se ao grupo que se organizava em Guiratinga.

<sup>189</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

tínhamos uma forte disputa do nosso espaço dentro dessas organizações.<sup>190</sup>

Entretanto, ela reconhece que a prática machista era mais velada em organizações urbanas em comparação às guerrilhas rurais, como o Araguaia:

As organizações eram masculinas, as mulheres ficavam sempre na retaguarda, na ação de fazer a infraestrutura, de compor fachada, isso era muito forte. Até a guerrilha dava essa desculpa, de que a mulher, no campo, menstruava, era mais sensível, que não tínhamos muita resistência física, que é uma coisa machista, né. Várias formas de dizer que a mulher tinha um papel secundário, mas eu acho que isso não foi tão forte em organizações urbanas como era a VAR. Porque as meninas, nós, mulheres que fomos pra VAR, que até por optarem por estar na clandestinidade, na luta armada, era uma vanguarda das mulheres, eu pelo menos. No meu colégio, que eu te falei, das freiras beneditinas alemãs, todas as meninas que estudaram comigo no colégio normal, todas casaram-se com pessoas ali da cidade, da região, fazendeiros, médicos, engenheiros. Casaram-se todas e foram ser donas de casa, poucas, duas ou três como eu, saíram para fazer universidade.<sup>191</sup>

Os depoimentos apresentam algumas controvérsias. Entre elas, a mais marcante refere-se ao posicionamento das organizações perante as mulheres. Há relatos que apontam as dificuldades em serem aceitas pelas organizações a que pertenciam. Outras falam que nunca se sentiram discriminadas por serem mulheres. Jessie Jane, ao lembrar a diferença de gênero, relata:

Essa não era uma questão que se colocava naquele contexto nem naquele tempo. É uma questão que se coloca mais ao final dos 1970, início dos 1980. No meu caso, especificamente, tive uma formação que veio da tradição comunista, então não era um problema colocado. É obvio que, se você vê isso retrospectivamente, pode até dizer: “Ah, não, porque era assim...”, mas naquela época isso não se colocava dessa forma e eu sempre gosto de dizer as coisas como eram naquela época, porque senão fica um pouco anacrônico. Particularmente, sempre digo que sou filha da Terceira Internacional. É uma coisa que marcou minha formação e marca a minha personalidade. Eu não sou filha de 68. O meu pai era comunista. Eu vim dessa história do Partidão.<sup>192</sup> Nesse contexto, inclusive, essa questão não era absolutamente colocada, essa coisa de gênero, nem se falava nisso. As contradições eram as

---

<sup>190</sup>LEITE, Depoimento, 2014.

<sup>191</sup> Ibid.

<sup>192</sup> Referindo-se ao PCB.

contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista.<sup>193</sup>

Sobre o feminismo, Rosalina relata que “não era uma bandeira, e não era algo que fosse reconhecido por homens e mulheres como um dever revolucionário”.<sup>194</sup> Entretanto, mesmo não sendo parte da pauta revolucionária, Rosalina empunhou a bandeira do movimento feminista, participando do jornal *Brasil Mulher*.

Eu participei ativamente do Brasil Mulher, do início do feminismo aqui. No contato com as mulheres da periferia, descobri que a sexualidade e discussões como essas não tem tanta importância, como discutir a igualdade, a justiça [...]. Foi uma mudança muito significativa.<sup>195</sup>

Posteriormente, já dentro da democracia, foi candidata a deputada estadual com uma campanha apoiada pelas feministas de São Paulo.

A gente intitulou a campanha “Sem Paixão Não Dá”. Minha campanha tinha todo um eixo de defesa do aborto, defesa das relações entre homem e mulher como relações igualitárias, a priorização do afeto e da cumplicidade na política. Nossa campanha foi pelo PT. Foi uma campanha que se tornou muito emblemática na época, que era discutir a feminilização da política, com esse lema, vamos tornar o que é feminino, não no sentido fraco, mas no sentido forte do ser mulher, para a política, né. A política para as mulheres tem que ser antissociedade patriarcal, antimachista. Toda a ideia de mudança de valores, de qualidade na relação entre homem e mulher foi também muito importante pra mim.<sup>196</sup>

O PCdoB, segundo Criméia, não priorizava pautas ligadas exclusivamente à opressão sofrida pela mulher; ela afirma que o partido desqualificava a luta feminista por considerá-la de caráter democrático-burguês.

Quantas vezes eu ouvi dentro do partido que esse negócio de feminismo ia dividir a classe operária, era uma ideologia burguesa para dividir a classe operária. Então, você vê, no fundo é só um discurso de igualdade de direitos, mas igualdade de direitos pra quem?<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> SOUZA, Jessie Jane Vieira. Entrevista. In: GÓIS, João Bôscio Hora; QUADRAT, Samantha Viz. *Militância Política e Gênero na ditadura brasileira: Entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa*. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n.2, p. 23-41, 1. sem. 2008, p. 23.

<sup>194</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

<sup>195</sup> Ibid.

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

No entanto, o ímpeto questionador de Criméia fez com que ela flertasse com o feminismo e posteriormente também embarcasse no “feminismo de segunda onda” e, assim como Rosalina, atuou dentro do jornal *Brasil Mulher*.

Ao falar sobre as diferenças de gênero dentro das organizações, Jessie afirma que não percebia preconceitos motivados pelo gênero em sua organização, a ALN. Já para Criméia, o machismo ia além das divisões de tarefas, evidenciando-se também em questões do dia a dia.

Essa questão da discriminação com a mulher é no dia a dia, não é só tarefas diferentes para homens e mulheres. [...] é o seguinte, se a gente lá, se eu brigava com os companheiros numa região de campo, numa região machista. Imagina a minha relação com os homens daquela região, com os quais eu não queria brigar, porque se eu estou querendo participar de uma luta junto com eles eu não quero brigar com eles, mas também não vou aceitar tanto desaforo, né.<sup>198</sup>

Ela descreve uma situação de sua rotina no Araguaia para exemplificar a situação:

Então, por exemplo, uma das coisas que incomodava os camponeses, os homens, porque lá quem usa arma é o homem para caçar, é o homem na divisão das tarefas, e eu usava e eles comentavam: “A Senhora usa espingarda, usa revólver?”. Aí eu dizia: “Sabe o que é, o meu problema é que eu não tenho a coragem que a mulher de vocês tem, eu sou tão covarde quanto vocês, então eu não posso andar sem arma não”. Por que eu achava aquilo um absurdo, quer dizer, se é um lugar hostil, se a pessoa precisa andar armada, como a mulher com as crianças fica sem a arma e o homem fica com a arma? Não é um absurdo? Que ninguém via como um absurdo, era normal. Aí eu falava: “Eu não tenho a valentia da sua mulher, sou medrosa que nem você”.<sup>199</sup>

Outro exemplo narrado por Criméia refere-se ao choque cultural dela com a cultura camponesa no Araguaia:

As mulheres começaram a usar calça comprida, usavam as calças do marido por baixo dos vestidos, porque você imagina o monte de mosquito que tem naquela região mordendo a bunda da gente, né, você está de sainha. Era um incômodo, mas elas usavam vestidinho, né, que era o modelito. Então elas começaram a usar arma, depois que começou a guerrilha eu me lembro de uma que me perguntou: “Se eu entrar pra guerrilha vou poder ter uma arma?”. Tipo assim, eu vou subir de status. Quer dizer, dessas coisas, você tinha que trabalhar com aqueles caras também. Tinha, por exemplo, assim, nas festas, né, era muito dividido. Então, os homens conversam com os homens e as mulheres com as

---

<sup>198</sup> Ibid.

<sup>199</sup> Ibid.

mulheres. Festa lá é dança e comida, então na hora de servir a comida, primeiro os homens, depois os meninos grandinhos e depois as mulheres e crianças, porque as crianças pequenas comem no mesmo prato que a mãe, comem juntas. As mulheres ficam na cozinha e os homens na sala e eu ficava nos dois lugares, né. A única coisa que eu falava é que eu vou comer com as mulheres, já que a mulher come resto, eu vou comer os restos, mas deixava bem claro que eu estava comendo resto. Aí diziam: “Não, dona Alice, não precisa”. E eu dizia: “Não, eu vou comer resto lá na cozinha”.<sup>200</sup>

Vivia-se esta contradição: se por um lado admitia-se a importância das mulheres, por outro era difícil incorporá-las como iguais. Amelinha afirma que nunca houve relação de igualdade entre os gêneros, que o que existia era uma relação de afeto, mas não de igualdade. Para Victória, a maioria das mulheres eram encarregadas das tarefas de apoio, e que as mulheres que de certa forma conseguiram ascender dentro das organizações o fizeram sob muito protesto.

Então, as tarefas das mulheres eram sempre subalternas e o machismo sempre imperou, sempre. Tem muitas histórias do partido, naquele encontro de mulheres por exemplo, tinha uma mulher que tinha a fama de ter andado com todo o Comitê Central, ela transou com quase todos os caras do Comitê Central; ela foi para o processo de expulsão do Partido, quem defendeu essa mulher foi minha mãe. Minha mãe dizia, se ela transou com os caras é porque eles também quiseram, não é só responsabilidade dela. A mulher era puta e eles saíam assim, como os grandes... Eles tinham amantes, eles eram terríveis. Então é claro, a minha geração hoje, enfim, todos teriam mais de cem anos, todos. A gente vive a época, mas mesmo assim o machismo dominava, o machismo era muito forte. É aquilo, ainda hoje, aqui, quando dizem que vai ter alguma “coisa” de mulher já dizem: “ah, ‘coisa’ de mulher é com a Victória”. Não é só homem que fala isso, mulher também fala. Eu acho, apesar que minhas companheiras foram lutadoras, vieram da luta armada e tal, ainda tem um resquício do machismo.<sup>201</sup>

O fato é que algumas mulheres conseguiram posição de destaque dentro das organizações, mas esse processo se dava de maneira diferente entre homens e mulheres, conforme depoimento de Victória sobre o PCB:

O machismo dentro do partido existia sim, dentro do Comitê Central você não via mulher, você não via mulher no secretariado, só uma ou

---

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

duas. Só quando a mulher era muito boa! Como a Arcelina MocheI<sup>202</sup>, que era uma promotora de justiça lá no Maranhão, que veio pro Rio e foi eleita vereadora pelo Distrito Federal, foi a mais votada de todas. Essa mulher, assim mesmo ela era do Comitê Central, mas nunca chegou em uma direção. Ah, sim, sabe qual a direção que ela chegou? A direção das mulheres, assim mesmo ela não era a presidente da Federação de Mulheres, ele era a secretária-geral, que a presidência você dava pra uma mulher, que era mulher do desembargador. Que eram, uma a Dona Branca Fialho, que era mulher do desembargador Fialho, e a outra era Osny Duarte Pereira, Osny era vice. Elas eram mulheres de dois desembargadores, amigos do partido, e a Arcelina era secretária geral. Quer dizer, nem pra presidência ela podia, eram as mulheres dos caras que tinham nome. Na UNE também, a primeira mulher da UNE foi a Clarinha<sup>203</sup> nos anos 80.<sup>204</sup>

Sobre a questão de dificuldade de mulheres assumirem papéis de destaque, Jessie se posiciona de uma maneira diferente:

Eu acho que temos que refletir sobre o que era ascender dentro de uma organização. Uma coisa é você ter um partido político estruturado como hoje, onde você tem uma carreira. Naquelas circunstâncias, você não tinha uma carreira política, essa coisa da ascensão. Pelo menos no que eu vivi, isso não se colocava dessa forma. Até porque as coisas eram muito efêmeras, as pessoas estavam vivas hoje e amanhã elas não estavam mais. [...] Eu não vivi dessa forma e acho que tem um pouco a tendência anacrônica, de como isso é visto hoje.<sup>205</sup>

Esse anacronismo citado por Jessie vai de encontro ao movimento feminista, durante a ditadura militar já existia paralelamente a luta das feministas pressionando a sociedade para a causa específica da mulher.<sup>206</sup> Essa consciência de gênero aparece na fala de Criméia, de como ela vê hoje as decisões passadas do partido:

Mas eu sou tão inexperiente, tenho uma formação ruim, é por isso que está um homem. Você justifica, entende, porque nós somos criadas para ser machistas. Depois você diz: “Não, mas aqui não justifica, pô, eu sou tão boa, melhor que o cara, por quê?” Você vive essa contradição, não é uma coisa que fica assim, vamos dizer, tão clara, translúcida na vida da gente, foi todo um processo. Um processo que eu acho que

<sup>202</sup> Importante quadro político do PCB, elegeu-se para a Câmara Municipal do Distrito Federal, nas eleições de 19 de janeiro de 1947, com 3.704 votos. Foi também uma das primeiras promotoras públicas do Brasil, com destaque no movimento feminista.

<sup>203</sup> Em 1982, a estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Clara Maria Araújo, elegeu-se e a primeira presidente mulher da UNE.

<sup>204</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

<sup>205</sup> SOUZA, 2008, p. 24.

<sup>206</sup> Ver cap. 1, item 1.2 – O privado também é político: o feminismo de segunda onda no Brasil.

acompanhou o processo social, a gente é fruto desse processo, você sente, percebe, não define muito bem, não sabe no primeiro momento definir, depois começa a ver que tem coisa errada.<sup>207</sup>

A diferença de gênero ganha proeminência nos relatos femininos quando diz respeito à maternidade, conforme relatado por Rosalina: “todas tem uma certa redenção com a maternidade, mas não uma maternidade como as mulheres da nossa geração tinham, protegida, todas tiveram vários relacionamentos, eu acho isso, né”.<sup>208</sup> Rosalina Santa Cruz Leite é natural de Recife, foi militante na Aliança Popular (AP) durante a universidade, na mesma cidade, e do movimento guerrilheiro da VAR no Rio de Janeiro. Atualmente, é professora na PUC-SP na área de Serviço Social. Um dos episódios mais marcantes do depoimento diz respeito à questão da maternidade.

A maternidade, assim, eu não queria [...] a primeira gravidez minha foi uma gravidez que eu, eu estava começando a morar junto, mas estava em plena luta armada. Quando descobrimos, foi o primeiro sentimento que todo mundo acho que tem quando fica grávida, de que podemos, de que força pode dar um filho. Depois desse primeiro momento, foi de exatamente de que não podemos, não tem como ter um filho num momento como esse, em que a revolução é mais importante. Pra gente, a revolução era uma coisa muito imediata, dependia muito da gente, tudo era a impotência que tínhamos, né. Saímos, né, a revolução acaba, sei lá. Era muito forte esse sentimento, muito intenso, de muita entrega. Então, optamos para fazer o aborto e fizemos o aborto. Claro que todo o aborto é muito doloroso, mas tínhamos certeza, do mesmo jeito, que era uma coisa enorme, muito forte você conseguir ficar grávida de um filho. É uma coisa que mostra o poder da natureza, do humano, que tinha o poder também de interromper. Porque o poder também é muito grande, eu posso mais do que Deus, Deus entre aspas. Não estamos entregues a um destino, a uma predeterminação de quem quer que seja, nós podemos interromper e ter de novo, até amanhã, se eu quiser. Não seria o mesmo, mas é a mesma coisa, um óvulo. Como é um óvulo, interromper por um desejo, por uma ação maior, um ideal maior de vida, porque naquele momento não podíamos. Uma médica perguntou: “Vocês tem condições econômicas?”; “Temos”; “Tem condições psicológicas?”; “Temos, né, mas não queremos. Temos outros objetivos mais importantes na nossa vida, que não é nem nosso, é a sociedade, é o mundo, é a revolução”.

Quando fomos presos, passamos por torturas muito grandes e baixou muito o nosso sentimento de potência, né, de que podíamos. A gente começou a mandar cartas, aí eu já falo muito de ter filhos, que queria ter filhos. Mal saí e eu engravidei, porque aí havia um desejo muito

<sup>207</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

<sup>208</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

grande e as minhas amigas e as minhas irmãs tinham começado a engravidar.

Então foi uma coisa muito desejada, o nosso primeiro filho. Saímos em plena clandestinidade mesmo. Vimos que não tínhamos emprego no Rio. Vinha pra São Paulo, onde o Geraldo tinha se formado, à procura de emprego. Tudo isso foi, era muito difícil naquela situação, porque tínhamos ficha suja, né, estávamos em liberdade condicional, já tínhamos sido julgados. Então foi muito, eu engravidei logo, foi tudo muito difícil, mas foi de muita alegria, muito desejo e tudo.<sup>209</sup>

Seu relato confirma a especificidade de gênero, além de antepor a maternidade como forma de resistência. A respeito das sessões de tortura, Rosalina faz um relato chocante no que se refere à maternidade e à especificidade de gênero:

E eu acho que eu tinha dito pra eles que estava com a menstruação atrasada e comecei a ficar com muito medo. Não sei se estava grávida, sei que eles me penduraram na parede assim, com o Geraldo algemado no chão. Começaram a dar socos na minha barriga, pontapé, joelhada, até que sangrei. Fiquei mais de três dias sangrando, muito. Eles me diziam: “Comunista não é para ter filhos”. Isso é uma coisa que eu me lembro de tortura, onde meu corpo e minha condição de mulher foi muito presente.<sup>210</sup>

O depoimento de Rosalina mostra que a maternidade, símbolo da fecundidade feminina, fundamental para reprodução da espécie e utilizada muitas vezes na santificação da imagem da mulher, é vista pelos torturadores como um sinal de desprezo, motivador de ódio e de repulsa.

Jessie Jane tem uma relação particular com a maternidade – ela engravidou e deu à luz durante o período em que era detenta. Presa em 1970, após uma tentativa de sequestro de um avião, Jessie cumpriu pena de quase 10 anos no presídio Talavera Bruce, em Bangu. Engravidou de seu companheiro Colombo na prisão, após o casal conseguir direito a visitas íntimas. Quando sua filha Letta nasceu, Jessie não tinha muitas perspectivas de sair da prisão. O nascimento de sua filha reforçou nela o sentimento de esperança, atribuindo novo sentido à vida:

Quando Letta nasceu, eu não tinha a menor perspectiva de sair da prisão. A Letta nasceu em 77 [...] então em 77 não existia perspectiva

---

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Ibid.

de saída, eu não tinha. Então o nascimento da Letta foi assim, uma coisa interessante, porque ele abriu uma brecha das emoções fluírem.<sup>211</sup>

O sentimento de felicidade pelo nascimento da filha misturava-se ao sentimento de medo e impotência diante da situação em que se encontrava:

Me levaram para o quarto e o doutor Jefferson Carneiro Leão fez o parto. Ele tinha feito o parto de quase todo mundo. O cara era do “partidão”, sabe? Aí nasceu a Letta, de cesariana [...] eu fiquei ali na primeira noite, tudo bem. Na segunda noite eu liguei pros meus pais na Suécia, chorei muito. Dormi. Quando eu acordei, tinha uma escolta dentro do quarto, em volta da minha cama; uma escolta armada.<sup>212</sup>

Situação similar ocorreu com Criméia. Criméia conheceu André Grabois no Araguaia, ficando grávida durante a guerrilha. Com problemas durante a gestação, deixou a região do Araguaia em 1972. Seu filho, João Carlos, nunca conheceu o pai.<sup>213</sup>

Bom, eu conheci o André lá no Araguaia, eu não o conhecia. A gente resolveu ficar juntos, ficamos, isso não foi muito bem visto pela direção. Isso era chamado como “teias”, que dificultam a dedicação à revolução, mas a gente ficou junto. Bem, aí eu engravidei, nesse processo já de cerco do exército, e tinha dois problemas, um porque eu estava grávida, e como ia fazer com guerrilheira grávida? Segundo era, o exército tinha cercado a região, então a direção da guerrilha tinha perdido o contato com a direção do partido aqui. Aí, a direção da guerrilha achou por bem que eu, que conhecia bem a região e era mulher, teria mais facilidade de passar. Aí se livraria da questão gravidez, teria meu filho aqui, sem grandes problemas.<sup>214</sup>

Criméia foi presa pouco tempo depois de sua chegada a São Paulo, em 1972, na casa de sua irmã. Ficou presa em regime de isolamento até o nascimento do seu filho. Sofreu tortura durante a gestação, e viu o seu filho sofrer maus-tratos logo após o nascimento.

Foi só solitária até ter o filho, que foi no hospital. Aí fiquei 52 dias no hospital. Entregaram meu filho para a minha família e eu voltei para o PIC. Isso era primeiro de abril, lá pelo dia vinte e pouco de abril disseram que iam me soltar. Eu achava que iam me matar em alguma

---

<sup>211</sup> Depoimento de Jessie Jane para o filme *Que bom te ver viva* (QUE bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. (100 min.), DVD, son., color.)

<sup>212</sup> Jessie Jane apud ARAÚJO, 2012, p. 71.

<sup>213</sup> André Grabois é um dos desaparecidos políticos da região do Araguaia. Criméia desconhece, então, se André soube do nascimento de seu filho. João nasceu em 1973, e André foi preso em outubro do mesmo ano.

<sup>214</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

beira de estrada, mas eu cheguei viva na casa da minha tia. Tinha a recomendação que não me deixassem sair de casa, não me deixassem telefonar etc., porque eu estava me ameaçando, então, para me proteger, ela me garantiu que eu tivesse uma prisão domiciliar. É tudo bem armado, é tudo articulado.

[...] eles também usam isso para o homem,<sup>215</sup> mas eu acho que o vínculo é muito grande, principalmente na gravidez, que você está ali para ter o filho. Quer dizer, é um vínculo muito grande, que eles usam o tempo todo. Felizmente, comigo isso aconteceu antes da experiência argentina, de sequestrar as crianças. Então quer dizer, essa era uma situação hipotética, porque se tivesse acontecido antes, isso seria uma certeza. [...] tudo é forma de tortura, você quer que nasça, mas se nascer é isso, mas você já tem um vínculo, é seu filho, apesar de não ter nascido ainda, é seu filho, você quer que ele nasça vivo. Ele vai decidir, quem sabe um dia, a vida que quer ter. [...] é contraditório, você vai lá, vem cá, é tudo fator de sofrimento.

Depois que o meu filho nasceu, porque eles diziam o seguinte, se for homem, branco e saudável, vai ser nosso. Meu filho nasceu homem, branco e saudável. Então, por azar, meu filho nasceu de olho azul. Porque eles são quase uns SS viu, se não são.

[...] Por azar meu filho nasceu de olhos azuis, então, eu olhava e era um pavor. De repente eu não queria que meu filho fosse homem, queria que nascesse uma menina. O dia em que nasce homem e de olho azul, pra mim aquilo ali foi um choque certo. Então, imagina assim, são coisas, ninguém tem motivo para se chocar com isso, né, mas pra quem está preso é motivo, entendeu?

Depois que o meu filho nasceu, eles tiravam ele, diziam assim: “olha, você não quer colaborar conosco, então nós vamos mandar ele para o juizado de menores”. Aí tiravam, ficava dois ou três dias e depois me devolviam, meu filho com vômito, diarreia, magro, desidratado. Eles diziam: “olha, você está torturando ele”. Eu dizia: “não, eu não estou torturando ninguém, quem tortura são vocês”. Mas é uma angústia muito grande, porque o tempo todo você fica assim – eu falo, eu não falo, eu tenho o direito – até que eu pus na minha cabeça o seguinte, eu tenho obrigação de ter uma conduta, tenho um dever moral. Se meu filho morrer a responsabilidade é deles, não é minha, tira isso da cabeça, pra você sobreviver, mas não é assim tão racional. É um esforço, é um esforço que você faz, desumano.

Para você ter uma ideia, o meu filho nasceu com três quilos e 150, um peso bom, com um mês meu filho pesava dois quilos e 700, quase peso de prematuro. Era magro, magro com aqueles olhões assim, uma criança assim chupadinha, cada articulação era uma bolinha. Depois que eu descobri que eles davam leite integral, mamadeira de leite integral, quando ele tinha menos de dois meses de nascido.

Então assim, eles usaram muito o meu filho como instrumento de tortura, isso dói muito para uma mãe. Uma criança que não tem como

---

<sup>215</sup> Referindo-se aos filhos.

se defender, não tem, nem na concepção deles mesmo, uma criança que não era responsável por nenhum crime e no entanto estava sendo torturada para obrigar a mãe falar, né. Então é de uma crueldade que eu não perdoo, não tem perdão, não me peça.<sup>216</sup>

Coloca-se na vítima a culpa pelo sofrimento do filho, como se a responsabilidade pelo sofrimento do filho fosse da mãe e não da repressão, dos carcereiros e torturadores que a colocaram diante daquele impasse. O torturador utiliza-se de clichês para estigmatizar a vítima em sua condição de mulher – a mulher fria, combativa, insensível e mãe desnaturada –, opondo-a à “mulher de bem” – mulher doce, pacífica, sensível, boa mãe e esposa.

Ao ser questionada sobre a maior dificuldade que passou durante o período de ditadura, Criméia retorna à questão da maternidade:

A maior dificuldade foi o fato de estar grávida, né. De um lado você quer morrer, porque seria uma forma de fugir à tortura, mas o torturador não quer te matar, porque ele quer a informação, precisa de você vivo e ele deixa isso muito claro e deixa claro o seguinte, que pode também te matar a qualquer momento. Enquanto ele imaginar que você pode ter alguma informação, enquanto você for útil ele te mantém vivo. Então é isso, você quer morrer, você quer viver para ter o filho, mas ter o filho? Quem é que vai ficar com esse filho? Porque o tempo todo eles ameaçam que vão tomar esse filho de você. Ora que vão matar esse filho, ora que vão tomar ele de você, para eles criarem, e ora que vão entregar para o juizado de menores. Então todas as opções são péssimas.<sup>217</sup>

Victoria Grabois<sup>218</sup> também deixou a guerrilha por estar grávida. Victória havia sido designada para trabalhar na região de Guaratinga, oeste de Mato Grosso, junto com o seu marido Gilberto e outros companheiros. A localidade para a realização da guerrilha foi modificada, pelo fato da região do Araguaia ter sido considerada mais propícia para sua realização. Victória então iria para São Paulo terminar o curso de enfermagem e atuar no grupo de apoio no Araguaia. No entanto, os planos foram alterados; Victória engravidou e não pode iniciar sua preparação guerrilheira.

Quando eu cheguei em São Paulo, eu pensei assim: “se eu não tiver um filho agora, não vou ter nunca, então eu vou ter um filho”. Aí eu deixei de tomar pílula e fiquei grávida, aí eu não voltei mais, se voltasse tinha

<sup>216</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Victória Grabois é irmã de André Grabois, portanto tia de João (filho da Criméia).

que fazer um aborto. Aí eu pensei: “eu não vou fazer um aborto, eu vou ter esse filho”.

Nasceu o Igor em 66, o Gilberto ficou, né, por que ele dizia: “Vamos deixar o Igor com a minha mãe e com o meu pai e você vai comigo”. Se eu fosse a minha mãe também iria, minha mãe ia, mas não ia para ser guerrilheira, minha mãe ia para ficar como apoio. Eu falei: “Olha só, ele já não vai ter pai, porque você vai e aí você... ele também não vai ter mãe? Eu não tive filho pra ser criado pelo avô e pela avó”. Onde eu vou eu digo isso, eu sempre digo isso, meu filho salvou a minha vida, entendeu? Meu filho salvou a minha vida.<sup>219</sup>

Amelinha também encontra na maternidade uma forma de superação do trauma e de seguir em frente. Os filhos são a diferença entre a existência e o perecimento, dando um novo sentido à vida, tornando-se algo capaz de aliviar o trauma.

Eu entrei praticamente na clandestinidade já grávida, depois eu tive o outro praticamente em seguida. Eu acho que foi muito bom, pra mim foi muito bom, pra eles talvez não. Eu acho que a maternidade foi melhor pra mim do que pra eles, porque eles sofreram muito, foram sequestrados. [...] lembro de um companheiro falando: “filho na clandestinidade nós não aconselhamos, porque você pode sofrer uma prisão, eles podem torturar seus filhos, eles podem torturar você”. Esse momento é um momento de tanto sofrimento que você não imagina, eu realmente não imaginava tanto sofrimento como foi, mas a maternidade me ajudou muito, toda a força da vida, me garantiu integridade física e moral dentro daquele ambiente de terror, de horror, mas é muito sofrido.<sup>220</sup>

Jelin elucida de maneira breve a questão da maternidade relatada por mulheres que sofreram com a violência do período ditatorial argentino, identificando a maternidade como uma prática social e subjetiva feminina.

La represión directa a mujeres podía estar anclada en su carácter de militantes activas. Pero además, las mujeres fueron secuestradas y fueron objeto de represión por su dentidad familiar, por su vínculo con hombres – compañeros y maridos especialmente, también hijos – con el fin de obtener información sobre actividades políticas de sus familiares –.La identificación con la maternidad y su lugar familiar, además, colocó a las mujeres-madres en un lugar muy especial, el de responsables por los “malos caminos” y desvíos de sus hijos y demás parientes.<sup>221</sup>

<sup>219</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

<sup>220</sup> TELES, Depoimento, 2014.

<sup>221</sup> JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, v. 48, n. 3, p. 555-569, 2011, p. 559.

A maternidade aparece nos depoimentos ora como um “fardo”, que de certa maneira prejudica o sucesso na militância, ora como redenção, encontrando-se nela um “incentivo a viver” – uma resposta de vida a um ambiente de terror e morte, fazendo com que a sobrevivente recupere o vínculo com a vida. “O fato é que, naquele ambiente de aniquilação e morte, elas transformaram a dor em resistência e fizeram valer a força da vida”.<sup>222</sup>

A situação de clandestinidade impede que se organizem as memórias familiares, interrompe o vínculo entre pai e filho, e a própria organização dificulta os laços familiares ao condenar os laços amorosos entre os militantes. Assim, a dor da clandestinidade é redobrada pela solidão, pela ausência de contato social com o qual poderiam compartilhar a dor e confrontar os traumas, como registra Criméia:

Na clandestinidade você não podia confiar nos companheiros, e não é que eu desconfio em você, mas eu não posso falar com você de determinadas coisas, porque se você for presa, é mais um sofrimento pra você. Então, quanto menos você souber, se souber somente aquilo que te diz respeito, melhor.<sup>223</sup>

O depoimento de Criméia apresenta a necessidade de existir e de ter um passado como referências necessárias para sua identidade.

Eu fui para o Araguaia, eu deixei de ser a Criméia, passei a ser Alice, então isto implica no seguinte, uma mudança muito mais profunda do que você imagina, só quando a gente vive é que a gente sente, porque você está conversando com alguém, pode ser alguém que não te conhece, você diz: “ah, quando eu era pequena eu brincava disso, eu morava em tal lugar, meu pai fazia isso...”. Na clandestinidade, isso não pode acontecer, porque você está passando informação a seu respeito, então eu não morei em lugar nenhum antes, eu não tive nem pai, nem mãe, nem irmão, nem amigos, não estudei, nada, sabe o que é nada? [...]Então [, na guerrilha,] me chamavam de Cri, e as pessoas subentendiam que era Cristina, mas eu cheguei a ter nome falso em certidão de nascimento, carteira de trabalho. Agora, eu acho que tudo isso é muito ruim para a memória da gente. Porque quem me conheceu como Cri, quem me conheceu como Alice, quem me conheceu... É um outro mundo, não é Criméia [Rago]. Meus colegas de infância, meus colegas de ginásio, conheceram a Criméia... quem eu encontrei depois, quando eu era Alice, depois eu encontrei o pessoal no Araguaia, as pessoas me chamam de Alice, no

<sup>222</sup> JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010, p. 242.

<sup>223</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

Araguaia, me tratam como Alice e eu deixo passar, porque, afinal de contas, eu sou Criméia Alice, então é uma questão de usar o primeiro e o segundo.<sup>224</sup>

Em seu depoimento, verifica-se a importância da nomeação para a identidade do indivíduo. Segundo Bourdieu, através do nome próprio

institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. [...] o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais.<sup>225</sup>

Segundo o autor, é através do nome próprio e da individualidade biológica que ele representa que os diferentes agentes sociais manifestam sua individualidade, daí sua importância para a manutenção da identidade.

Victória Grabois, que na clandestinidade era Tereza, também resgata a memória da solidão e do medo de se viver na clandestinidade:

Quando você é presa, é inominável. A tortura é inominável, mas se você escapar da morte e ficar presa, você está com os seus ali dentro, agora clandestina não. Na clandestinidade, você está sozinho, é uma situação limite. Você está sempre nessa situação limite, você não sabe o que vai acontecer. A minha mãe tinha neura de perseguição, com toda razão. Aí ela achava que tinha sido seguida, aí aquilo vai botando na sua cabeça, vai te minhocando.<sup>226</sup>

O pai, o irmão e o marido de Victória estavam no Araguaia e ela ficou vivendo na clandestinidade com a mãe em São Paulo. Victória, que então era “Tereza”, conseguiu todos os documentos para manter uma vida “discreta”, arrumou emprego e registrou seu filho Igor com outro nome, Jorge.

Para fugir da repressão, da prisão e da tortura, muitos militantes buscaram no exílio uma forma de manterem sua integridade física. No entanto, muitas pessoas permaneceram no Brasil vivendo na clandestinidade, dentro do país, mas distantes de suas vidas, uma

---

<sup>224</sup> ALMEIDA, 2009 apud RAGO, 2010, p. 158.

<sup>225</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 186-187.

<sup>226</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

espécie de *exílio interno*,<sup>227</sup> conforme relato de Criméia: “Eu brinco assim: eu fui exilada nesse país por quatro anos”.<sup>228</sup> Quem optou por permanecer no país conviveu com o medo, a dor da separação da família e a distância dos amigos.

Amelinha, no ato da entrevista, ostentava cabelos curtos em um tom vermelho vibrante entre fios brancos, marca de sua rebeldia e maturidade, com um sorriso que faz jus à doçura de seu apelido. Em seu depoimento, mostra que foi possível viver a clandestinidade sem perder a ternura e a afetividade:

É sempre dolorido você se separar, né. Se separar dos seus amigos, nossa, o melhor da vida é você ter amigos, confiar em pessoas amigas, isso é o melhor da vida. Então isso para mim foi muito dolorido, me separar. Você se separa, você não é você mais, esqueça que você é aquela, porque você não é, né. É interessante, eu sempre gostei muito de viver, então eu sempre procurei ter amizades com as pessoas. Às vezes você vai morar em um lugar que as pessoas são outra tribo, completamente diferentes. Eu sempre fiquei em tribos, aliás, eu sempre fui uma estranha no ninho, porque clandestinidade é mais ou menos isso, né, porque você sabe o que você está fazendo ali, você sabe quem é você, mas você não pode se apresentar como sendo você, então você é uma estranha no ninho. [...] você fica fora do mundo e ainda querendo mudar o mundo [...] nós estamos fora do mundo, dentro do mundo, fora do mundo e ainda com a tarefa de mudar o mundo, clandestinidade é um atraso [...] você ficar dos 21 anos aos 28 clandestina, é justamente a fase da vida em que você está fazendo mestrado, doutorado, você está aprendendo, indo para o mundo inteiro, aí você fica lá; eu sei que a clandestinidade é muito difícil.<sup>229</sup>

A interrupção intelectual causada pela clandestinidade também aparece na fala de Victória, que apesar de ter concluído o ensino superior enquanto estava clandestina, relata o travancamento de sua evolução intelectual causado pela sua condição de ilegalidade:

Viver na clandestinidade é uma coisa inominável. A principal perda é que, no ano de crescimento do ser humano, principalmente na minha época, hoje já é um pouco diferente. O crescimento do ser humano é a partir dos 18 e 20 anos, até os 40, o crescimento intelectual e o crescimento profissional. No meu caso, o profissional e o intelectual, né. O meu crescimento intelectual ficou muito aquém, porque eu vivia na clandestinidade, fazia o que o partido mandava. Apesar que eu fui pra Europa quatro vezes, fui pra Argentina oito vezes, mas tudo

<sup>227</sup> JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista**: resistência feminina à Ditadura Militar no Brasil 1964-1985). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 113.

<sup>228</sup> ALMEIDA, 2009 apud RAGO, 2010, p. 160.

<sup>229</sup> TELES, Depoimento, 2014.

sozinha, não tinha com quem trocar. Claro que eu conheci a França, eu conheci a Itália, eu conheci a Suécia, conheci Portugal, Espanha, conheci vários países da Europa. Fui pra Argentina e tal. É, esses momentos, era assim um pouco de lazer, não tinha conhecimento. Eu achei que, intelectualmente, eu regredi, eu saí de uma universidade<sup>230</sup> pública, eu lia, mas não é a mesma coisa. Você ler e não ter com quem trocar.

[...] A afetividade, assim, o afeto sempre prevaleceu, né, mesmo com as contradições políticas, pra mim sempre prevaleceu muito, eu não sei viver sem. Assim, o que garantiu minha vida foi ter uma vida afetiva bem estável, em todas as situações; eu nunca tive rupturas afetivas fortes.<sup>231</sup>

Rosalina não viveu a ilegalidade, entretanto, mantinha uma vida dupla. Entrou para a VAR em 1969 e manteve relações de trabalho até a data de sua prisão. Trabalhava no Banco Nacional da Habitação, onde era dirigida por um coronel, e após o término do expediente, realizava ações pela VAR. O apartamento onde morava com seu companheiro, também militante da VAR, servia de gráfica e de aparelho da organização.

Até a gente ser preso, nós tivemos a nossa identidade legal preservada, éramos uns dos poucos que tinham isso. Isso foi muito importante pra gente e pra organização. [...] eu vivi uma vida clandestina junto com a vida legal. Claro que eu me separei da minha família, porque eu estava morando no Rio, mas isso existia independente da minha vida política, né. Eu queria sair do Recife, queria viver sozinha, queria transar sem casar, eu queria viver a liberdade. Eu vivi isso sem ter o peso de viver inteiramente clandestina, mesmo rodeada de clandestinos, de gente que ficava na minha casa armada.<sup>232</sup>

Para Criméia, a sensação de isolamento perdura mesmo após a abertura política. Ela vive a solidão de ser portadora de uma memória única, o sofrimento impossível de ser transmitido em palavras. A sua experiência não é compartilhada, ela é uma sobrevivente – a única sobrevivente –, de modo que sua *memória coletiva* torna-se a *memória de um só*. Dessa forma, o seu testemunho vem carregado de responsabilidades com os que não podem mais falar.

No meu caso, por exemplo, da Guerrilha do Araguaia, todos os meus companheiros da guerrilha são desaparecidos, praticamente todos. Quer dizer, qual é aquela história? É a história que eu conto. Não tem ninguém para dizer: “Não, Criméia, não foi assim, foi assado!”. Não

<sup>230</sup> Victória foi expulsa, juntamente com outros 18 estudantes, do curso de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia (pertencente à atual UFRJ).

<sup>231</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014

<sup>232</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

tem, não tem confronto, porque a única memória que sobrou é essa! Que é uma memória fragmentada, é uma memória... memória de um só é muito pouco, né. Então isso aí deve mexer com a identidade, mexe né. [...] hoje essa *memória até que não é de um só*. Por que essa memória está nos processos da justiça, está na sentença da Corte Interamericana. Ela já se tornou, vamos dizer, história oficial, mas eu acho uma responsabilidade grande e eu não me recuso a dar entrevistas e esses negócios todos. Porque eu tenho responsabilidade com os desaparecidos, se eu sobrevivi, se eu conheço essa história. Infelizmente, é a memória de um só, mas é essa a memória que a gente vai ter, não é? E batalho para não ser a memória de um só.<sup>233</sup>

Criméia dedica boa parte da sua vida à busca pela justiça e punição do Estado brasileiro pelos crimes cometidos durante o período militar. Criméia é a sobrevivente, ela é aquela que escapou; carrega o fardo de ter sobrevivido e uma espécie de oscilação entre culpa e responsabilidade pelos que não sobreviveram. Esse sentimento de culpa do sobrevivente, como quem não vivenciou o pior, é apresentado por Primo Levi.<sup>234</sup> A historiadora Maria Paula, ao analisar Primo Levi, destaca:

Para ele se aceitar como sobrevivente, é necessária uma rede de apoio que justifique, explique e transforme em ação política essa sobrevivência. Dito mais simplesmente: o trauma da violência política é mais facilmente superado quando trabalhado coletivamente no interior de um espaço politicamente investido e com parceiros políticos.<sup>235</sup>

Ter sobrevivido é, para essas militantes, carregar o fardo de uma memória que não cicatriza, de um passado que não passa. Foram vários os nomes e codinomes que essas mulheres receberam ao longo de suas militâncias, produzindo instabilidade do próprio sentido de identidade. O resgate de suas memórias trata-se, portanto, de garantir suas identidades. A rememoração do vivido é uma maneira de subjetivar-se, redimensionando os acontecimentos conflitantes do passado, dando-lhes novo significado no presente. A formação desse “acervo pessoal” serve de abrigo para as memórias traumáticas e sensação de pertencimento do indivíduo traumatizado.

---

<sup>233</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014. Grifo nosso.

<sup>234</sup> Primo Levi.

<sup>235</sup> ARAÚJO, 2012, p. 69.

### 2.3.2. Memórias subterrânea: prisão e tortura

As torturas durante o regime militar brasileiro (1964-1985) continham alto grau de sadismo e crueldade. Muitas eram as “técnicas” utilizadas para imprimir na vítima sofrimento, dor e humilhação. Havia, no Brasil, um “método científico” de tortura, incluído no currículo de formação militar. No ensino prático desse método, os moradores de rua e presos políticos<sup>236</sup> eram usados como cobaias humanas nesse aprendizado.

A partir de 1968, com o AI-5, a tortura passou a ser amplamente utilizada para obter confissões e delações de pessoas envolvidas na subversão. O ano de 1969 foi o período de intensificação da tortura e também de fortalecimento dos movimentos de guerrilha. Não é a intenção, aqui, no entanto, analisar-se em profundidade a tortura. Pretende-se no entanto apresentá-la como sintoma traumático da memória das guerrilhas.

É impossível falar da memória das guerrilhas sem entrar na questão que envolve prisão e tortura. A leitura de gênero evidencia a tortura sexual, física ou psicológica sofrida pelas prisioneiras a partir da visão machista dos militares e torturadores. As mulheres que atuaram ativamente na resistência à ditadura tinham o comportamento desviante da mulher comum à sua época, o que tornava ainda mais acirrada a questão de gênero na prática da tortura, conforme depoimento de Criméia:

Todos esses preconceitos com relação à mulher, mulher é mais fraca, mulher fede, mulher menstrua, mulher fica barriguda grávida, como era o meu caso. Todos esses preconceitos, pra eles, gravidez era uma deformidade, tudo isso aparece, é usado contra a gente. É claro que, para os homens, eles devem ter também usado uma série de outros preconceitos, principalmente os homofóbicos, né, mas com a gente isso aparece muito claro.<sup>237</sup>

Bourdieu lembra que na tortura a feminilização é usada para humilhar os homens, com “deboches a respeito de sua virilidade, acusações de homossexualidade ou, simplesmente, a necessidade de se conduzir com eles como se fossem mulheres”,<sup>238</sup> no sentido de expô-los à humilhação e subordinação. Rosalina, em seu depoimento, também ressalta a diferença de gênero na prisão e na tortura. Assim como Criméia, ela especula

---

<sup>236</sup> Dulce Chaves Panolf foi um exemplo de presa política utilizada como cobaia em sala de aula, de acordo com petição anexada nos autos, em 1970 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2009, p. 30; BNM, n. 22, v. 1º, p. 351).

<sup>237</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

<sup>238</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014, p. 39.

sobre o sofrimento masculino, relacionando-o ao machismo, a homofobia e como isso pode ser um assunto velado nos depoimentos dos homens. Seguem as palavras de Rosalina:

Não sei se é mais fácil ou mais difícil. Às vezes, tenho pensado que talvez para os homens seja mais difícil. Não sei se todas as mulheres pensam, mas às vezes eu penso isso, porque eu acho assim. Primeiro, quando nós fomos presos, no Brasil todo, não havia torturadora mulher, nunca ouvi falar, nem de homem nem de mulher que fosse torturado por mulher. Mulher estava na hora da campana, na hora da prisão, na da tortura era homem.

Então eu acho que a relação homem e mulher é muito presente na tortura. Eu acho que a relação de um homem e uma mulher na tortura tem várias questões, primeiro que você está vivendo uma relação onde o seu torturador faz a figura do seu pai, do seu marido não é, o teu irmão, dos homens teus, que ele é o homem que te tortura e ele usa tudo isso. Ele usa o corpo, porque estamos sempre nuas, como uma forma de você ter essa relação de agredir ou de seduzir, mas eu acho que isso, para o homem, eu tenho visto os homens contarem as questões de tortura, todos, acho difícil, eu não vi nenhum homem que contasse que foi estuprado. Eu acho que se eles estupravam mulheres, eles estupravam os homens, um homem estuprava um homem. Quando um amigo meu, essas semanas aí, contou que, quando ele foi preso, os caras mijaram na cara dele, aí eu disse: “Mijaram, mas não esfregaram o pinto na sua boca, na sua cara? Não botaram...”. Porque as pessoas que contam de estupro é assim, que teve o ânus queimado pela vela, teve o ânus empalado com o cassetete, como o Mario Alves. Por que não punham o pênis nesses homens, se isso os humilharia mais ainda? Pegava um sargento do exército, um cara da polícia militar, um companheiro que está lá, como muitos, com militância de esquerda. Um sargento, que foi violentado, que foi morto, diz que teve o ânus queimado por vela, e por que não estupravam? Eram estuprados. Estupravam mesmo, nós [mulheres] era mais perigoso porque engravidávamos, isso causaria, entenda como quiser.<sup>239</sup>

Rosalina não foi estuprada, mas foi torturada sexualmente, tendo sido mantida nua o tempo todo:

Me punham para andar no quartel, teve uma hora que me puseram quase que como se fosse um corredor polonês, todo mundo gritando: “Que mulher magra! Como não tem peito! Onde é que está a bunda dela?”. Isso tudo é uma coisa de muito, pra algumas pessoas, insuportável, pra mim suportável, não tinha grandes problemas naquela época com o meu corpo. Claro que ficava muito emputecida, com raiva daquilo, mas suportável, mais do que o choque elétrico, com fio na sua vagina, com

<sup>239</sup> LEITE, Depoimento, 2014. Grifo nosso.

fiu no seu peito. Me lembro que a coisa, eu acho, que sexualmente mais complicada, foi o dia em que eu estava no Dops em Niterói.<sup>240</sup>

Criméia também traz em sua memória a questão da nudez como forma de tortura e humilhação:

Nua, o interrogatório era sempre nua. E uma das coisas que eu me recusava era tirar a roupa, então eles me arrancavam a roupa, porque eles até queriam que a gente tirasse a roupa, para humilhar bastante. Então, com isso, as minhas roupas eram todas rasgadas, porque eles arrancavam violentamente, cada dia tinha um botão a menos, uma costura a menos, você ficava se ajeitando, [...] o que me segurou muito foi a raiva que eu tinha deles. Isso me segurou. Porque aí, como eles tiravam a roupa, é muito constrangedor, você na frente de estranhos, de inimigos, não é só estranhos... se eu estivesse nua no meio da rua me sentiria melhor. E eu custei para sentir isso, não vou sentir, então eu cruzava as minhas perninhas, cruzava os meus bracinhos, o objetivo era tampar os peitos e a bunda, sentada e ficava como uma lady, assim, “sim, senhor, não...” De vez em quando, eles te arrancam dali, tiram a cadeira, você tem que ficar de pé, daí você encosta na parede, você tenta se cobrir, porque é muito constrangedor, agora o objetivo deles é te constranger, e se o objetivo é esse, eu vou ficar que nem uma lady aqui, como se eu estivesse no salão de festas, não vou me derrubar por isso.<sup>241</sup>

Criméia também afirma não ter sido vítima de estupro, além de ser poupada de algumas torturas por estar grávida. Entretanto, se por um lado a maternidade a livrou do estupro, dos choques e outras torturas físicas, a tortura psicológica foi intensa. Os ataques físicos dos quais Criméia foi poupada foram transferidos para sua irmã, Amelinha, conforme documento do Dops, de 7 de março de 1973:

Presos na OBAN: [...] De início torturaram o César Augusto, e ele quase morre por estar doente, e pararam de torturar. E como a Cremilda [sic] está grávida, M. Amélia está sendo a mais torturada. Eles perguntam muito a respeito da irmã e do marido dela, mas ela disse que está tranquila, pois não sabe nada a respeito dos dois. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, DEPENDÊNCIA: DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM SOCIAL-DOPS.<sup>242</sup>

Sobre seu sofrimento nos porões da ditadura Amelinha relata a humilhação, nudez e violência física a qual foi submetida:

<sup>240</sup> Ibid. Na última frase, refere-se ao episódio onde apanhou após informar suspeita de gravidez, conforme depoimento apresentado no capítulo anterior.

<sup>241</sup> ALMEIDA, 2009 apud RAGO, 2010, p. 170.

<sup>242</sup> BRASIL NUNCA MAIS apud RAGO, 2010, p. 169.

Quando eu vou me dirigir ao comandante, que na época era o Comandante Carlos Alberto Brilhante Ulstra [...], ele já: “Foda-se sua terrorista”. E me dá um tapa com as costas da mão, mas com tamanha força que me joga no chão. Aí eu já começo a ser arrastada pelo corredor [...], e já arrancam a roupa, a primeira coisa que eles fazem é arrancar a roupa e fazer comentários sobre o corpo da mulher. [...] nos homens também [...], a tortura está presente nos homens e nas mulheres. E tem a questão da maternidade, quantas vezes eles falaram para mim que a minha filha estava morta, que ela estava dentro do caixão, “sua filha Janaina está dentro do caixãozinho”, eles falaram para mim, o César não lembra de terem falado isso para ele. [...] me deram um papel, que iam fazer um aborto na Criméia e que eu era a responsável [...] eu falei: “não assino de jeito nenhum, vocês fazem o que vocês quiserem comigo, mas eu não assino”.<sup>243</sup>

Rosalina foi torturada por 52 dias e perdeu 14 quilos. Seu depoimento apresenta a perplexidade da tortura psicológica e como foi subjugada, não tendo controle da própria vida:

Eu acho que uma das coisas difíceis são os momentos de tortura psicológica, que é essa tortura que você vai perdendo a noção de tempo. Eu acho, pra mim houve um enlouquecimento, você sentir que você não tem domínio, né [...]. Eu lembro do dia em que eu quis muito morrer. Eu não aguentava, então pedia a ele: “Me mata. Não estou querendo, mas não aguento, então me mate”. E ele diz: “Eu não lhe mato, eu lhe mato quando eu quiser e se eu quiser. Eu te mato, mas quando eu quiser. Vou te fazer em pedacinhos, pelo tempo que eu quiser”. Quer dizer, isso é o absoluto poder do torturador sobre você, sobre sua vontade, seu desejo, sobre seu corpo. Eu acho também que isso é de homens e mulheres.<sup>244</sup>

A temática da violência associada à memória oral apresenta-se como um desafio difícil de ser superado. “Como trabalhar com o testemunho pós-traumático sem ‘explorar’ a dor, sem reificar o sofrimento, escapando da *vitimização* e da *heroicização* do depoente?”<sup>245</sup> Jessie Jane, em seu testemunho, tenta justamente se distanciar da posição de vítima:

Aí é a coisa da violência do sistema. Então vivi muito essa coisa... Da tortura. De acompanhar as pessoas que foram presas, lá em casa se falava muito disso. Não é que eu tenha vivido isso tranquila. Mas sabe, eu distingi muito esse troço. Não ter um pouco de vitimização nessa vivência. Mas eu acho que tem muito dessa coisa, que é uma coisa da

<sup>243</sup> TELES, Depoimento, 2014.

<sup>244</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

<sup>245</sup> ARAÚJO, 2012, p. 78.

classe média. É uma violência muito cultural, mas que se abateu sobre nós, mas ela sempre esteve presente. Sempre se abateu sobre os pobres no Brasil, não é uma coisa só nossa. E acho que esse pessoal viveu muito isso de uma forma vitimizadora.<sup>246</sup>

A formulação do questionário de entrevistas não deu ênfase à questão da tortura, com o intuito de privar o depoente de reviver essa dor, portanto, torna-se difícil uma análise ampla e profunda do assunto. Entretanto, os relatos de dor e sofrimento específicos da condição feminina impostos pela tortura apareceram em quase todos os depoimentos, o que tornou impossível não dedicar algumas páginas dessa dissertação à memória desse momento traumático.

### 2.3.3. Testemunho e superação

Nos testemunhos das mulheres aparecem os temas relacionados ao cotidiano, à maternidade, à condição feminina e ao machismo que sofriam tanto pela repressão quanto pelos militantes. É comum a necessidade de contar, de narrar o que viveram. Os testemunhos aparecem carregados de responsabilidade, de alertar as novas gerações sobre o passado, a fim de que as arbitrariedades não se repitam. Além disso, elas buscam através da narração dar asilo aos traumas e inserir-se na vida ordinária. Segundo Seligmann-Silva:

A narrativa teria, portanto, dentre os motivos que a tornavam elementar e absolutamente necessária, este desafio de estabelecer uma *ponte* com “os outros”, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da alteridade, de romper com os muros do *Lager*. A narrativa seria a picareta que poderia ajudar a derrubar este muro. A circulação das imagens do campo de concentração que se inscreveram como uma queimadura na memória do sobrevivente, na medida em que são aos poucos traduzidas, *Über-Setzte*, transpostas, para “os outros”, permite que o sobrevivente inicie seu trabalho de religamento ao mundo, de reconstrução da sua casa. Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer.<sup>247</sup>

Conforme dito anteriormente, o trauma insuportável em um primeiro momento encontra conforto quando transmitido. A oralidade torna-se um recurso para superar a dor e uma arma na busca pela verdade e justiça. O testemunho aparece como uma vontade de se firmar, de expurgar aqueles momentos – é uma forma de libertação. Hoje conseguem

---

<sup>246</sup> SOUSA, 2008, p. 27.

<sup>247</sup> SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66.

olhar para o passado traumático de luta e sentir orgulho, conforme o depoimento de Victória Grabois:

Eu me orgulho de ter dado o melhor de mim, que foi a vida dos três, do meu pai, do meu marido e do meu irmão, pra construção da democracia. Pra hoje eu poder estar aqui com você e ter mudado a mentalidade de várias gerações; a gente tem outro Brasil, né, um Brasil melhor do que foi o nosso Brasil, né, a gente tem um outro país. Então eu me orgulho do que eu fiz, sinto um grande orgulho de mim. Orgulho de mim, orgulho deles, apesar de eu ter dito, a vida é assim, você tem ganhos e você tem perdas.<sup>248</sup>

Victória Grabois, como presidente do grupo Tortura Nunca Mais, lidera todas as segundas-feiras debates envolvendo as questões de direitos humanos. Nesses debates, encontram-se militantes das lutas sociais e, sobretudo, parentes de mortos e desaparecidos políticos. O Tortura Nunca Mais luta pela preservação da memória do período militar. No grupo, os familiares conseguem encontrar com seus semelhantes e compartilhar experiências passadas, sentindo-se parte do mundo e de um grupo.

É através da oralidade que essas mulheres conseguem externar e reanalisar as experiências de vida durante a guerrilha, possibilitando uma visão atual para as mudanças e permanências. “Antes de mais nada, vemos aqui a necessidade absoluta do testemunho. Ele, o testemunho, se apresenta como condição de sobrevivência.”<sup>249</sup> É através da rememoração que conseguem vislumbrar os horizontes das vitórias e insucessos da guerrilha.

Rosalina, ao olhar para as ações guerrilheiras hoje, consegue compreender que a guerrilha cometeu erros na análise de conjunturas, e que ainda hoje a esquerda tem dúvidas sobre o caminho revolucionário.

A luta armada era assim, trocar a nossa vida, tudo que nós tínhamos, a família, para construir uma nova sociedade. A ideia de uma sociedade igual, de homens livres, era possível só com o nosso desejo, só com a nossa força, e isso se mostrou que não é possível, não é assim que se transforma a sociedade.<sup>250</sup>

Amelinha afirma que, apesar dos momentos de dificuldade, nunca repensou a ideia de revolução no sentido de negá-la. Entretanto, reconhece a dificuldade de aplicação da

<sup>248</sup> OLÍMPIO, Depoimento, 2014.

<sup>249</sup> SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66.

<sup>250</sup> LEITE, Depoimento, 2014.

revolução na concepção que se fazia na guerrilha sobre o que era o caminho revolucionário.

Era o meu sonho ver essa revolução. Hoje eu sei que dificilmente eu vou ver. Hoje eu não vou mais ver, tenho certeza disso. [...] não sei se é a revolução, mas eu acredito que alguma coisa vai mudando, muda, ou vai mudar, não sei.<sup>251</sup>

Para ela, a revolução perdeu, mas considera-se vitoriosa – para usar um dito popular, “elas perderam a batalha, mas não a guerra”. Segue depoimento:

Nós não vencemos a luta, não fomos vitoriosas, mas eles também não são. Hoje nós estamos empatados e muitas vezes a gente... Eu, por exemplo, tenho muito orgulho disso, posso ir em qualquer lugar contar a minha história, de peito aberto [...] agora ele, moralmente, o Ustra, perdeu a batalha, e ele é um homem importante para a ditadura, ou seja, moralmente, a ditadura, ela perdeu.<sup>252</sup>

Para ela, a grande vitória foi ver o coronel declarado torturador e a sentença de condenação do Estado brasileiro por crimes contra a humanidade na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ela afirma que a luta valeu a pena no passado e continua valendo no presente. As irmãs Criméia e Amelinha mantiveram-se na batalha para obter justiça pelos crimes cometidos pelo Estado Brasileiro, para que os responsáveis sejam condenados e punidos por seus atos. Criméia também lembra em tom de vitória a condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana, mas desconfia quanto ao cumprimento da sentença:

Por esses crimes,<sup>253</sup> o Estado brasileiro já foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Agora, eu espero, como cidadã brasileira, não ter a vergonha de ver o Estado brasileiro não cumprir isso, né. Eu já vivi a vergonha de ver o Ministério da Defesa fazer a defesa lá na Costa Rica. Não quero viver a vergonha de não ver cumprida a sentença. A sentença, para mim, tem um ponto que é fundamental, é responsabilização dos agentes do Estado, pelos crimes e a punição desses agentes. Isso pra mim é ponto que eu não abro mão. Eu fui punida sem ser condenada, eu quero que eles sejam condenados e cumpram a pena.<sup>254</sup>

---

<sup>251</sup> TELES, Depoimento, 2014.

<sup>252</sup> Ibid.

<sup>253</sup> Referindo-se aos crimes praticados contra os direitos humanos pelo Estado brasileiro durante o período militar.

<sup>254</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

O caminho da busca pela justiça e verdade é longo e tortuoso. O Estado brasileiro, por meio de políticas de reparação, busca atenuar os estragos cometidos pela ditadura.<sup>255</sup> Através do ato de rememoração e o caráter político e simbólico que esses testemunhos vêm assumindo, permite-se que essas mulheres respondam de forma surpreendente às barreiras traumáticas criadas pelo regime ditatorial.

Ao sair da prisão, elas enfrentaram o desafio de refazer as relações familiares, reencontrar velhos amigos e retomar a militância. Criméia entra para a União de Mulheres de São Paulo juntamente com Amelinha, que, atualmente, faz parte da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Victória preside o grupo Tortura Nunca Mais. Jessie Jane e Rosalina travam suas batalhas em sala de aula e através dos seus depoimentos. A retomada da vida política abre novas relações e frentes de combate, permitindo que, cada vez mais, elas se afirmem como agentes históricos. Vitoriosas e otimistas diante da vida, as trajetórias de vida dessas mulheres contadas em seus depoimentos ainda têm muitas contribuições históricas para nos dar.

---

<sup>255</sup> Ver ARAÚJO, 2012.

### 3. As pecebistas e o PCB

---

A MEU PARTIDO:

Me deste a fraternidade para o que não conheço.

Me acrescentaste a força de todos os que vivem.

Me tornaste a dar a pátria como em um nascimento.

Me deste a liberdade que não tem o solitário.

Me ensinaste a acender a bondade, como o fogo.

Me deste a retidão que necessita a árvore.

Me ensinaste a ver a unidade e a diferença dos homens.

Me mostraste como a dor de um ser morreu na vitória de todos.

Me ensinaste a dormir nas camas duras de meus irmãos.

Me fizeste construir sobre a realidade como sobre uma rocha.

Me fizeste adversário do malvado e muro do frenético.

Me fizeste ver a claridade do mundo e a possibilidade de alegria.

Me fizeste indestrutível porque contigo não termino em mim mesmo.<sup>256</sup>

#### 3.1. PCB e a resistência democrática

Esse capítulo tem, entre outros objetivos, o de traçar a trajetória e caminhos do PCB durante a ditadura militar. Sua trajetória será recuperada através da análise do depoimento de mulheres que militaram no partido durante esse período. Pretende-se, a partir das experiências individuais das entrevistadas, elucidar as formas como a ditadura afetou o cotidiano, bem como de que forma as experiências políticas de militância e perseguição transitaram entre os espaços da vida privada e questões de gênero.

A proposta de escolha das entrevistadas a partir do recorte de gênero dá continuidade às inquietações que geraram essa pesquisa. Dar espaço às narrativas femininas é, para além de considerar o seu protagonismo nas ações de resistência, também adentrar no cotidiano de mães, esposas, filhas e mulheres, apresentando a diversidade de formas como essas mulheres vivenciaram o período.

Entretanto, é condição *sine qua non* que se faça uma breve explanação do histórico do partido pré-golpe, para situar o leitor na trajetória histórica de combate e resistência do PCB que precedeu o golpe.

O Partido Comunista Brasileiro surgiu muito antes da ditadura militar de 64, tendo sido fundado em 25 de março de 1922,<sup>257</sup> no entusiasmo da Revolução Bolchevique de

---

<sup>256</sup> NERUDA, Pablo. **Canto Geral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 601.

<sup>257</sup> O PCB ganha dimensões nacionais no período pós-guerra. O Congresso que fundou o PCB realizou-se em Niterói, no qual grande parte dos seus integrantes carregavam a herança anarquista de 1910. Ver a página do PCB na web; <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>.

1917.<sup>258</sup> Filho da Revolução de 1917, o PCB – ou Partidão – é parte constitutiva da história de resistências do Brasil. Por isso, resgatar as memórias daqueles que tiveram alguma relação com o partido é recuperar parte estrutural da memória das resistências no Brasil.

Fiéis aos ideais comunistas, seu projeto inicial estava pautado em tornar a classe proletária protagonista da revolução, substituindo a sociedade capitalista pela socialista. Já em 1922, durante o governo de Epitácio Pessoa, o partido cai na ilegalidade, condição que manteve por mais da metade de uma existência marcada por acirrada repressão.

Na década de 1930, após seu reconhecimento pela Internacional Comunista,<sup>259</sup> o PCB cresce em número de militantes e como força política. Em 1935, posicionou-se contra os ideais nazifascistas – que, no Brasil, ganhavam voz através dos integralistas –, propondo um desenvolvimento democrático no país, ao lado da Aliança Nacional Libertadora (ANL<sup>260</sup>) e de Luís Carlos Prestes, um de seus mais notórios militantes, que desde 1934 já fazia parte do quadro do partido. Neste mesmo ano, estoura a Insurreição Armada, que é derrotada. A partir de então, a repressão contra os movimentos de oposição é agravada, culminando, mais à frente, na ditadura do Estado Novo, em 1937.<sup>261</sup>

Com a perseguição política e a maioria de seus líderes presos, o PCB fica enfraquecido e desarticulado durante quase todo o período do Estado Novo. No entanto, o fim da 2ª Guerra Mundial e a fundamental atuação da URSS na derrota do nazi-fascismo dá força aos comunistas de todo o mundo. No Brasil, com o avanço da redemocratização em 1945, o Partidão sai da ilegalidade e passa a apoiar o “queremismo”.<sup>262</sup> Finalmente o PCB torna-se “o partido das massas”, elegendo a maior bancada na Câmara Municipal do Distrito Federal em 1947, firmando sua popularidade. Entretanto, seus dias na legalidade não duram muito. Em abril do mesmo ano, o Tribunal Superior Eleitoral cancelou seu

---

<sup>258</sup> Revolução vitoriosa na Rússia em 1917.

<sup>259</sup> O processo de admissão do PCB na Internacional Comunista se completa em 9 de janeiro de 1924. A adesão à Internacional Comunista, além de introduzir o partido no cenário internacional, foi de suma importância para sua própria sobrevivência, pois todos os partidos comunistas deveriam manter vínculos com a IC, garantindo-lhes a autonomia. Ver: CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>260</sup> A ANL nasce no bojo da luta contra o avanço do nazifascismo em 1935 e é posta na ilegalidade neste mesmo ano.

<sup>261</sup> Estado Novo foi o regime político iniciado por Getúlio Vargas em 1937 e dura até 1945, reconhecido por seu nacionalismo exacerbado, pela centralização de poder, autoritarismo, com forte caráter antidemocrático e políticas repressivas. Instaurou-se como medida preventiva ao golpe comunista conhecido como Plano Cohen. Ainda há dúvidas acerca da participação de integralistas forjando o plano Cohen para arquitetar e legitimar o golpe de 1937.

<sup>262</sup> Movimento surgido em 1945, que apoiava a permanência de Getúlio Vargas na presidência e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O nome “queremismo” tem origem no *slogan* utilizado pelo movimento: “Queremos Getúlio”.

registro, o partido voltou à ilegalidade e passou a ser severamente perseguido pelo Governo Dutra, que, alinhado com os Estados Unidos, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Em um contexto de Guerra Fria e anticomunismo aflorado, o argumento era de que o partido seria um braço de intervenção soviética no Brasil. Esse acontecimento lança a legenda no isolamento, dando início a intensos conflitos internos.

Dutra promoveu a cassação dos parlamentares eleitos pelo PCB, excluindo mais uma vez os comunistas do sistema político em 1948. Sob os impactos das cassações e da ilegalidade, o PCB, por meio de dois manifestos – o de janeiro e o de agosto - posiciona-se pela saída de Dutra, argumentando que seu governo era antidemocrático, acusando-o de estar a serviço dos norte-americanos e fazendo oposição frontal ao governo. Os comunistas sofreram nesse momento uma série de ações truculentas e arbitrárias, que foram paulatinamente sufocando o partido. A juventude comunista foi proibida, o CGT (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil) e o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT) foram fechados bem como suas sedes, entre outras ações. Além do sufocamento institucional, muitos militantes foram presos, exilados e torturados, o que mostra que, para os comunistas do PCB, a tortura, prisão e exílio não foram métodos exclusivos da ditadura militar.

### **3.1.1. De Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro**

Após 1947, o Partido é abatido por uma profunda crise que perdura até o início da década de 1960, consequência do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da URSS). Segundo Gorender,<sup>263</sup> Prestes já não mantinha participação ativa no Comitê Central, e se colocava, segundo o autor, como um messias das lutas revolucionárias. Durante seus anos de reclusão voluntária, Prestes manteve Arruda como seu homem de confiança, o que iria mudar em 1957. Prestes, então, finalmente compareceu na reunião plenária do Comitê Central, onde foram aprovadas modificações. Muitos dirigentes do Comitê Central do PCB deixam o partido. As baixas mais significativas foram as saídas de João Amazonas e Maurício Grabois e do próprio Arruda, antes homem de confiança de Prestes. Em seus lugares assumiram Giocondo Dias e Mario Alves.

As baixas no PCB foram, em grande medida, motivadas pela aprovação da Declaração Política de março de 1958, com votos contrários de Grabois e Amazonas.

---

<sup>263</sup> GORENDER, op. cit., p. 26-27.

Estes, após a saída do Partidão, organizam o conhecido Partido Comunista do Brasil, ou PCdoB, em 1962.

A nova linha política partiu da mesma premissa do Programa do Quarto Congresso: a concepção da revolução brasileira em duas etapas. Até hoje [data em que escreveu o livro] inalterável para PCB e PCdoB, é uma concepção que vem do Sexto Congresso Internacional Comunista, realizado em 1928, conforme Caio Prado Junior foi o primeiro a apontar no livro *A Revolução Brasileira*. Assim, a primeira etapa em uso seria a da revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Após a vitória dela é que se passaria à segunda etapa – a da revolução socialista. A identidade de premissas entre as duas linhas conduzia à identidade do ponto de vista estratégico. Propunha-se a mesma composição de forças sociais para a realização das tarefas revolucionárias da primeira etapa: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Como antes, falava-se como requisito na hegemonia do proletariado nacional. Veremos que esse requisito é ilusório, quando se trata de hegemonizar a burguesia nacional de um país como o Brasil.<sup>264</sup>

O Governo Juscelino Kubistchek, eleito democraticamente, confrontava a ala nacionalista com os entreguistas.<sup>265</sup> A tática do PCB era fortalecer os nacionalistas frente aos entreguistas, porque os considerava capazes de levar adiante as reformas propostas pelo partido. O presidente transitava entre as duas alas como uma maneira de manter a harmonia política:

O bom caminho deveria ser o caminho pacífico da revolução. O caminho pacífico se viabilizava pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existentes no país. Sua concretização se daria na luta em favor da ampliação das liberdades democráticas e das reformas de estrutura. Para efeito ritual, fazíamos a ressalva de que, independente da nossa vontade, a reação poderia obrigar-nos a um caminho diferente – o da luta armada.<sup>266</sup>

Deixando de lado as divergências internas e na práxis, uma decisão foi notoriamente acertada – a necessidade de reformas de estrutura, que, posteriormente, ganhariam forma com as reformas de base propostas por Jango, presidente ao qual o PCB tinha acesso direto e que podia considerar um aliado.

O V Congresso do PCB, realizado em 1960, consolida as decisões do partido em sua opção pela luta por vias democráticas, respeitando as etapas da revolução, que seria

---

<sup>264</sup> Ibid., p. 30.

<sup>265</sup> Consistia em entregar os recursos nacionais para exploração do capital estrangeiro.

<sup>266</sup> GORENDER, op. cit., p. 30.

uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal. Seguir as etapas, para o PCB, era condição indispensável para a revolução proletária. A etapa democrático-burguesa consistia, segundo Segatto, no desenvolvimento da contradição entre agentes internos (latifundiários e burguesia comercial e usuária) com o imperialismo, sendo o imperialismo um sustentáculo do latifúndio e das relações semifeudais no campo. Isso acarretaria em uma união com a classe operária: “seria necessário, nesta etapa da revolução, desenvolver as duas contradições básicas: entre a nação e o imperialismo e entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra”.<sup>267</sup>

Entretanto, como alerta Segatti, essa estratégia tende a ser conflituosa, pois ao mesmo tempo em que se opõe à dominação e exploração imperialista, teme a participação popular e a revolução – sua posição seria assim nacional-reformista. Essa estratégia etapista do PCB atribuiria ainda mais importância à burguesia durante a década de 1960, conforme Segatti:

o PCB imputaria um papel cada vez mais importante à burguesia na etapa nacional e democrática da revolução, como aparece mais claramente nos documentos da Declaração de março de 1958 e nas resoluções do V Congresso de 1960. Nestes documentos, a burguesia nacional, apesar de continuar sendo caracterizada como vacilante e conciliadora, tinha um papel de “força revolucionária”, pois tinha vocação democrática porque precisava da participação popular para derrotar o imperialismo e o latifúndio; tinha interesses no desenvolvimento nacional e autônomo, porque o imperialismo bloqueava a industrialização; era a favor da reforma agrária para expandir o mercado interno e aumentar sua capacidade de acumulação de capital.<sup>268</sup>

O V Congresso consolida essas orientações, fazendo com que o partido se concentre na tarefa de legalização da legenda e de sua adequação jurídica à legislação partidária, inclusive com a mudança do nome de Partido Comunista do Brasil<sup>269</sup> para Partido Comunista Brasileiro.

A 11 de agosto de 1961, o Seminário *Novos Rumos* – desde fevereiro de 1959 circulando no lugar da *Voz Operária* como órgão central do PCB – publicou o Programa e os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro, ao lado de uma entrevista de Prestes que anunciava o

<sup>267</sup> SEGATTO, José Antonio. Ideologia, política e revolução. *Cadernos AEL*, n. 2, 2012, p. 93. Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/viewFile/135/143](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/135/143)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>269</sup> Nome que existia desde sua fundação em 1922.

encaminhamento de ambos os documentos ao Tribunal Superior Eleitoral para fins de registro legal do Partido. Ao substituir do “Brasil” por “Brasileiro”, pretendia-se obviar uma das alegações judiciais de cassação de 47, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a seção do Brasil da Internacional Comunista. A substituição se mostrou inútil, uma vez que o TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro. Do seu lado, os stalinistas argumentam que o Comitê Central incorrera em infração de princípios, que o Programa e os Estatutos encaminhados ao TSE se afastavam do marxismo e que, portanto, Prestes e seus companheiros haviam renegado o partido fundado em 1922 e criado um novo partido *revisionista* (qualificação pejorativa entre os marxistas ortodoxos).<sup>270</sup>

Nos anos 1960, a estratégia nacional-democrática já estava consolidada dentro do partido, ressaltando o caráter democrático da fórmula. Grabois, Amazonas e Pomar mantiveram seu posicionamento stalinista, distanciando-se cada vez mais das propostas do PCB. Pomar, rebaixado por duas vezes,<sup>271</sup> aproximou-se de Amazonas e Grabois. Arruda, no entanto, se separou da aliança com seus companheiros stalinistas. Em 1962, ocorreu a Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, posicionando-se como defensores do “verdadeiro”<sup>272</sup> partido comunista, consumando a cisão comunista no país.

O objetivo principal da Conferência do PCdoB era a implementação de um governo popular revolucionário, desviando do caminho que se direcionava para as *reformas de base*<sup>273</sup> defendido pelo PCB. A implantação do novo regime revolucionário, para o PCdoB, não se daria através do caminho pacífico e, sim, pela força revolucionária. O partido alinhou-se ao maoísmo do Partido Comunista da China após não ser acolhido

---

<sup>270</sup> GORENDER, op. cit., p. 33.

<sup>271</sup> Passou da Comissão Executiva para suplência do Comitê Central, posteriormente rebaixado novamente para a direção do Comitê Distrital do Tatuapé. Segundo Gorender, apesar do rebaixamento Pomar portou-se com dignidade e seguiu desempenhando suas tarefas com afinco. (GORENDER, op. cit.)

<sup>272</sup> Ambos os partidos ainda reivindicam a disputa pela memória comunista do Brasil. Segundo o dogma stalinista, o proletariado só deve ter um partido revolucionário autêntico.

<sup>273</sup> Em seu manifesto de 1962 o PCdoB definia o governo João Goulart e as reformas de base da seguinte maneira: “Há os que falam em reformas e, até mesmo, em Reformas de Base. É obvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como, a reforma agrária que proscruva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, essas reformas não podem ser realizadas no marco de um regime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma forma ou de outra, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação dessa natureza, que iria contrariar os seus próprios interesses. Os projetos de reforma agrária da classe dominante são meros paliativos que visam a fortalecer ainda mais a atual estrutura agrária baseada no latifúndio e não atendem ao desejo da posse da terra da esmagadora maioria dos camponeses. As glebas insignificantes que se promete distribuir terão de ser, em grande parte, compradas aos latifundiários por elevadíssimos preços. Em últimas instâncias o próprio povo é que teria de pagar as indenizações exigidas.” (MANIFESTO PROGRAMA, 2000, p. 36-37 apud FIGUEIREDO, César Alessandro Sigrillo. **O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 67)

pelos PCUS. Entretanto, apesar das diferenças, segundo Gorender (1989), o partido manteve a concepção de revolução realizada por etapas, o que mantinha PCB e PCdoB, de certa forma, no mesmo campo da esquerda brasileira.

Além de PCB e PCdoB, outras forças apareciam no cenário da esquerda brasileira, como o Polop, que surgiu em 1961, e a Ação Popular, impulsionada pela esquerda humanista cristã e a juventude católica, em 1963. O cenário internacional, com destaque para a Revolução Cubana, colaborava para a disseminação e pulverização da esquerda no Brasil.

### 3.1.2. PCB e o golpe militar de 1964

A nova orientação traz ao PCB ares de renovação, aumenta o seu quadro de militantes e consegue amarrar alianças políticas amplas que auxiliaram, inclusive, na tomada de posse de João Goulart em 1961, após renúncia de Juscelino Kubitschek. No entanto, essas articulações políticas serão alvo de críticas, justamente por sua amplitude e flexibilidade. Embora, por um lado, o PCB aderisse ao plano de governo proposto por Jango, internamente, crescia a tensão entre os que defendiam as reformas de base e os que a revolução.

Essas oscilações fragilizaram o partido diante da vanguarda política do proletariado. Jango já não encontrava amparo para suportar as pressões, inclusive da esquerda, que não era capaz de conceber os limites institucionais do presidente. Questões intrínsecas ao governo de Jango geraram, segundo Dreifuss, uma crise dividida em dois momentos:

O primeiro momento consistia na incapacidade do bloco do poder governante de manter a correlação existente entre a classe dominante e subordinadas dentro de relativa estabilidade [...] o segundo momento consistia na incapacidade do bloco populista governante de perpetuar sua posição hegemônica dentro do conjunto de classes dominantes.<sup>274</sup>

---

<sup>274</sup> DREIFUSS apud GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 21.

O “Comício das Reformas”<sup>275</sup> e a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” apresentavam as evidências de uma sociedade aparentemente rachada. Dreifuss aponta para o alinhamento entre a burguesia local e internacional como fatores determinantes para a desestabilização no governo de Jango e os outros setores da esquerda brasileira.

Foi nessas condições que os golpistas militares, articulados com parcela hegemônica da burguesia, tomaram o poder. Na utópica ideia de manutenção da aliança com o governo de Jango, o PCB recebeu o golpe com relativa surpresa. Dessa maneira, nem o PCB nem os demais setores da esquerda construíram bases fortes para oferecer resistência imediata a ponto de frear os militares. Nesse momento, inicia-se um novo período de obscuridade para o partido. Para Gorender, protagonista no Comitê Central do PCB e crítico assíduo do reboquismo no partido, houve um conjunto de erros que culminou no fracasso da esquerda frente ao golpe:

Dispensamo-me de entrar em detalhes sobre a inação generalizada da esquerda. Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. *Todos ficaram à espera do comando do presidente da república*. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes, Julião e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal. Assim se deu a quarta e última queda da liderança populista.<sup>276</sup>

Segue:

A hegemonia da liderança nacionalista burguesa, a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefias personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas – tudo isso em conjunto explica o fracasso da esquerda. Houve a possibilidade de vencer, mas foi perdida. Mais grave é que foi perdida de maneira desmoralizante. Com a definição incontestável no 1º de abril, já no dia 3 a operação *Brother Sam* era desativada no Caribe. Os generais proclamam que o Ocidente ganhou no Brasil formidável vitória a baixíssimo custo.<sup>277</sup>

A falta de preparo e o descuido fez com que o “episódio das cadernetas” fosse particularmente devastador para o PCB. Vários militantes foram presos e chamados para

<sup>275</sup> O Comício das Reformas, também conhecido como Comício da Central, foi realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, reunindo cerca de 150 mil pessoas. Tinha o objetivo de apresentar as Reformas de Base propostas pelo governo federal, além de defender a liberdade democrática e sindical.

<sup>276</sup> GORENDER, op. cit., p. 67.

<sup>277</sup> Ibid., p. 66.

interrogatório no Dops para prestar depoimentos a respeito de documentos encontrados na residência de Prestes.

[...] a polícia vasculhou a residência do secretário geral do PCB somente em 9 de abril. Militantes do partido se arriscaram antes a retirar o que puderam. Mas os policiais ainda acharam 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações (uma dessas inexplicavelmente se extraviou e não consta nos autos do processo judicial). A questão a indagar é por que Prestes se permitiu acumular essa papelada, sobretudo as cadernetas, em local tão devassado quanto a sua residência (que não era *aparelho*, termo de jargão comunista já consagrado como lugar usado para fins clandestinos).<sup>278</sup>

Para o PCB, o golpe de 64 não foi “somente” o fim da democracia, tendo significado também o sepultamento de seu projeto político baseado na revolução pacífica e nas reformas de base propostas pelo presidente Jango.

### **3.1.3. PCB e a resistência durante a ditadura militar brasileira**

Passados os primeiros momentos do golpe, era hora de digerir os acontecimentos e traçar as estratégias de luta. O PCB ainda sentia as perdas devido a seu posicionamento durante o governo de Goulart. A dicotomia assumida nesse momento se aprofunda diante do golpe – o partido manteria a linha política assumida no V Congresso ou tomaria o caminho revolucionário?

A semente da Revolução Cubana já estava sendo germinada no Brasil, entretanto, a estratégia pacifista, influenciada pela URSS e adotada pelo PCB, distanciava a legenda do modelo revolucionário adotado em Cuba. Segundo Emir Sader, o PCB procurou afastar-se das polêmicas em torno da direção cubana e PCs na América Latina catalisadas pela oposição entre reformismo e revolução.<sup>279</sup>

Dessa forma, o PCB preocupou-se em refazer o partido com a esperança de inseri-lo novamente na cena política. A ilusão de inserção política por vias democráticas dentro de um regime militar iria ruir por completo com a instauração do AI-2, que extinguiu de vez os partidos políticos, momento no qual instaurou-se o bipartidarismo.

---

<sup>278</sup> Ibid., p. 86.

<sup>279</sup> SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 175.

Nesse novo cenário, o partido passaria a apoiar o MDB na legalidade, mantendo a militância ilegal no PCB. No entanto, as contradições internas permaneciam.

[...] a parcela mais exaltada e que já estavam desde meados do Governo Goulart buscando um caminho mais aguerrido e revolucionário, começa a ser voz dissonante, agora nitidamente audível, contrapondo-se às diretrizes políticas continuístas ao Congresso. Entre as primeiras vozes que desponta surge a figura de Carlos Marighela, personagem de importância no Comitê Central e ex-deputado constituinte do partido em 1947; porém, ainda cioso e respeitoso das diretrizes do CC que ele compunha. Não obstante as fagulhas começaram a ser acesas, principalmente, com o advento das eleições de 1966, a qual iria eleger os senadores, deputados federais e deputados estaduais do período, grande parte da militância comunista se rebela e não concorda em entrar no “*jogo da ditadura*”, assim definidos por eles: impasse complicado para o PCB. Torna-se importante enfatizar que o PCB ia se enquadrando nos processos políticos previamente conduzidos pela ditadura, mais uma parcela de militantes, especialmente as novas adesões partidárias no pós 64, ia se distanciando da tática de Frente Única do PCB; e, por outro lado, aumentava a procura por novos exemplos de luta a fim de se romper com a diretriz partidária vigente e trilhar outra via de luta contra a ditadura militar. Um dos grandes faróis tornar-se-ia a Revolução Cubana.<sup>280</sup>

A aproximação de militantes com Cuba aprofundou ainda mais as contradições no PCB. As perdas substanciais na militância partidária eram reflexo da crise que o partido vivia. O partido sofria baixas em todas as frentes – operários, camponeses, intelectuais, nos vários setores da classe média e, sobretudo, no movimento estudantil. Surgiram em vários estados dissidências ou correntes que agiam independentemente das orientações do partido.<sup>281</sup>

Marighela, que já havia sido punido pelo PCB, tem sua relação ainda mais abalada com o partido após participar da Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (Olas), realizada em Havana em 1967. A sua presença na capital cubana rendeu a Marighela a condenação por indisciplina do órgão dirigente do partido. Posteriormente, Marighela é posto definitivamente para fora junto a Jover Telles por meio de uma Resolução aprovada pelo Comitê Central, que também puniu outros divergentes da direção.<sup>282</sup> Os dissidentes agrupam-se em outras organizações ou criam novas, como

---

<sup>280</sup> FIGUEIREDO, 2013, p. 74.

<sup>281</sup> GORENDER, op. cit., p. 89.

<sup>282</sup> Ibid., p. 92.

foi o caso da ALN e do PCBR, entre outros. Surgem também organizações armadas de cunho militarista.

Ainda que sob a égide do regime militar e sofrendo rupturas internas, a linha estratégica do partido não foi modificada. Manteve-se a ideia de revolução por etapas, por vias nacionais e democráticas através da Frente Única, que pretendia reunir seus militantes dentro do MDB, compondo o caminho pacífico para a revolução. A intenção do PCB era inserir-se nas eleições de 1970 por meio da aliança com o MDB.

Na década de 1970, após o massacre imposto pela ditadura sobre a luta armada, o PCB, mesmo assolado por mortes, prisões, tortura e dissidências, manteve sua estratégia de aliança política com o MDB. Somente nas eleições de 1974 é que a hegemonia dos arenistas começa a mudar. Os militares, no intuito de legitimarem-se e certos de que a Arena repetiria os resultados anteriores, abriram os debates eleitorais na televisão. A abertura para o debate televisivo rendeu ao MDB vitória em algumas regiões, o que fortaleceu a crença política do PCB em uma revolução por vias democráticas.

Fazer oposição ao lado do MDB, mesmo de forma legal, trazia ao PCB o ônus da oposição e a imposição de uma série de medidas de repressão pela Arena e pelo regime.<sup>283</sup>

Uma vez que já não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sangüinária, os órgãos repressivos se voltaram para a “reserva de caça” que lhes oferecia o PCB. De 1968 a 1974, a repressão policial se concentrou no combate à guerrilha e se desinteressou em alvejar o PCB. Limitou-se em fazer acompanhamento de seus passos e eventuais prisões. Seis anos de fogo brando induziram o Partidão a baixar a guarda e descuidar da segurança clandestina. Abriu-se em excesso na campanha eleitoral de 1974, quando o MDB alcançou o primeiro êxito significativo. Órgãos policiais não tiveram dificuldade para desarticular o Partidão e paralisar sua alta direção. Juntando as quedas dos anos anteriores às de 1974-1975, metade do Comitê Central foi parar nas garras do inimigo.<sup>284</sup>

Era inadmissível para os militares que os comunistas usufríssem de liberdade para atuar dentro do MDB.<sup>285</sup> Era preciso exterminar qualquer rastro de comunismo que houvesse no país antes da abertura democrática. O PCB somou 16 dirigentes presos e os

---

<sup>283</sup> Os dados sobre os 17.420 processos judiciais contra os opositores do regime militar no Brasil entre 1964 e 1979 mostram que o PCB foi a segunda organização que mais sofreu esse tipo de ação do Estado, 605 processos. Apenas a Ação Libertadora Nacional (ALN) teve um número maior de integrantes processados – 683 (RIDENTI, 1993).

<sup>284</sup> GORENDER, *op. cit.*, p. 232.

<sup>285</sup> Em 1974, o MDB tem em seus quadros militantes de esquerda na busca de burlar a ditadura; inclusive o PCdoB, após derrota da guerrilha, busca no MDB legitimidade para suas atuações políticas.

que não estavam presos mantiveram-se quase todos exilados. O partido deixou de ter uma direção nacional durante os anos de 1975 a 1980.<sup>286</sup>

Há duas hipóteses sobre as motivações para a perseguição ao PCB – ideológica e política. A hipótese ideológica, conforme dito anteriormente, aponta para a “insolência” do PCB em articular-se ao MDB e compor uma frente legal contra o regime. A segunda motivação, de ordem política, é apontada por Marco Antonio como a principal motivação para o regime ter se voltado contra o PCB:

Inicialmente eles se concentraram naqueles que estavam fazendo ações espetaculares: assaltos a banco, sequestros... Isto era o que mais os incomodava. Começamos a ganhar forças no MDB, na Igreja e na imprensa. e eles sentiram isso. Eles começaram a sentir que estavam perdendo apoio político. E quem fazia esse trabalho político na esquerda éramos nós. Acho também que esse aparato de repressão tinha que mostrar serviço e também tinha muita autonomia. Então eles investiram contra nós. Nós não fomos radicais na questão de segurança. Deveríamos ter tirado mais gente do país. Eles iam nos massacrando silenciosamente. Não divulgavam para a imprensa. Eles agiram com muita sabedoria. Noticiavam as mortes dos guerrilheiros, mas não noticiavam os mortos e os desaparecidos do PCB. Eles começaram a ver a repercussão política do nosso trabalho junto ao movimento oposicionista, daí terem se voltado contra nós.<sup>287</sup>

Apesar de um raio de luz ter sido lançado na direção de uma abertura política à democracia, restavam poucos caminhos a serem trilhados pelos comunistas.

De 1970 ao final de 1975, dada a própria ação repressiva do regime militar, as condições de unificação, seja para o PCB, seja para os renovadores, foram extremamente difíceis, o que não impediu a atuação no movimento político e social de oposição ao regime. Nesse período, houve a tentativa de reinserção do partido na classe operária (PLACCONPE) e em outros espaços considerados significativos, como nas universidades. Também importante foi a atuação do PCB – e dos renovadores – junto ao MDB, no intuito de se utilizar dos espaços político-institucionais para enfraquecer o poder da ditadura militar. Esse processo foi interrompido fundamentalmente pela ação repressiva do regime, principalmente entre 1972 e 1975.<sup>288</sup>

<sup>286</sup> GORENDER, op. cit., p. 233.

<sup>287</sup> Em entrevista a Vinicius Bandera em São Paulo, em 23/03/2002 (BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. *Cadernos Cedem*, v. 3, n. 1, 2012, p. 64. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B8\\_gvWjrwU3ZZHRDanZoX3labFE/edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZZHRDanZoX3labFE/edit?pli=1)>. Acesso em: 20 dez. 2014).

<sup>288</sup> LIMA, Ricardo Rodrigues Alves. A tendência renovadora do PCB: atuação e programa político (1970-1983). XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013, p. 7. Disponível em:

Essa perseguição ocorre para eliminar os opositoristas do processo de redemocratização do país. Essa segunda etapa de perseguição posterior às guerrilhas que se abateu sobre o PCB foi denominada de “Operação Radar”, que terminou por caçar, prender, assassinar e exilar os membros do Comitê Central (CC) do PCB. Dessa forma, a ditadura começa um processo de abrandamento, mas não sem antes deixar as organizações de esquerda sem poder de ação.

Ainda que sob repressão, a sociedade começa a se organizar em oposição ao regime, que inicia sua derrocada no final da década de 1970. Apesar dos esforços empregados pelos militares para desarticular a esquerda, a eleição de 1978 proporcionou algumas vitórias à oposição. As organizações de esquerda conseguiram, de certa maneira, se rearticular,<sup>289</sup> e o PCB saiu vitorioso em algumas disputas para deputados estaduais e federais sob a bandeira do MDB em 1978.

Os anos seguintes foram marcados pela abertura lenta, gradual e segura proposta por Figueiredo. Entre as medidas liberalizantes, destaca-se o fim do bipartidarismo e a anistia em 1979, que cobriu com impunidade os crimes cometidos pelos militares, mas garantiu a liberdade de presos políticos e a volta dos exilados.

Entretanto, o PCB seria abatido por outros problemas. Apesar do fim do bipartidarismo, permaneceria na ilegalidade, pois o pluripartidarismo permaneceria controlado pelos militares até o fim definitivo do regime, já que a ditadura conduzia a abertura democrática no Brasil. Haveria ainda uma nova cisão no partido protagonizada por Prestes. Um novo núcleo dirigente influenciado pelo eurocomunismo se constituiu – os renovadores, opostos às propostas de Prestes pela formação de uma frente de esquerda de oposição à ordem burguesa no Brasil. A incompatibilidade terminou com a saída do lendário Prestes do partido.

Após a abertura política, o PCB colecionava rachas e divergências internas. O partido sucumbiu ao transformismo imposto pela classe dominante. O PCB ficou maculado com o rótulo de pacifista, entretanto, toda a esquerda que se opôs à ditadura

---

<[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932933\\_ARQUIVO\\_RicardoRALimaAtendenciarenovadoradoPCB.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932933_ARQUIVO_RicardoRALimaAtendenciarenovadoradoPCB.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

<sup>289</sup> “[...] a partir de 1976 houve um processo de reorganização do PCB com participação ativa dos renovadores por meio da formação da Comissão Estadual de Reorganização do PCB em São Paulo, sob a direção de David Capistrano Filho; a reorganização, sob a liderança de Armênio Guedes, dos renovadores que estavam no exílio na *Voz Operária* entre 1976 e 1979; a organização da revista *Temas de Ciências Humanas*, em 1977, por Gildo Marçal Brandão, José Chasin, Marco Aurélio Nogueira e Nelson Werneck Sodré com vistas à fundamentação teórica de uma estratégia e um programa de transição; e a fundação da *Voz da Unidade*, em 1980, dirigida pelos renovadores pelo menos até meados de 1981. A *Voz da Unidade* tem especial importância por representar o momento de confluência de todas estas tendências que atuavam no exílio ou no país. Foi o momento de auge da tendência renovadora”. (Ibid., p. 8).

sofreu suas consequências, e com o PCB não foi diferente. Malgrado os conflitos internos, o PCB saiu relativamente vitorioso com a sua tática política de encontrar uma brecha legal para minar a ditadura. No entanto, a aspirada legalização veio somente com a posse de Sarney em 1985, que possibilitou ao partido finalmente participar na política democrática brasileira.

### 3.2. As mulheres do PCB

A despeito do reconhecimento da fundamental participação da mulher nos processos políticos do partido, o PCB tinha dificuldades em superar os papéis tradicionais da mulher na família e na sociedade. Apesar de teoricamente concordar com o posicionamento marxista, que apontava para a necessidade de emancipação da mulher, o PCB ainda preservava a visão de dona de casa e mãe. Isso fica evidenciado no documento “*Em Marcha para um Grande Partido Comunista de Massa*”, de 1946, escrito por Luís Carlos Prestes, no item “Acelerar a Organização de um Poderoso Movimento Feminino de Massas”:

Para acelerar a organização de um grande e poderoso movimento feminino de massas cabe ao nosso Partido superar nesse terreno suas debilidades, a começar pela subestimação do trabalho específico entre as mulheres. Precisamos ter em cada organismo do Partido, desde as células até o Secretariado Nacional, encarregados especiais do movimento feminino. Além disso, precisamos procurar as causas verdadeiras da afluência ainda pequena de mulheres às fileiras de nosso Partido a fim de conseguir removê-las definitivamente. É indispensável fazer em cada organismo do Partido acurado estudo das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas à possibilidade de qualquer atividade nas fileiras de nosso Partido, de maneira a reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progredir politicamente como ativista de nosso Partido sem prejudicar suas tarefas domésticas. Outro assunto a estudar é o da vantagem ou não, da necessidade ou não, de permitir em nosso Partido a existência de células femininas, quer dizer, exclusivamente de mulheres. Essas células tanto poderão surgir através dos organismos de massa femininos como servir de ponto de partida, força motriz inicial para a organização feminina de massas.<sup>290</sup>

---

<sup>290</sup> PRESTES, Luís Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro; Editorial Vitória, 1947. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1947/democracia/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

Só posteriormente o partido mudaria seu posicionamento diante da opressão sofrida pela mulher. A ditadura militar brasileira fez com que a esquerda fizesse uma autocrítica de sua atuação, redefinindo e ampliando seus espaços e formas de luta. A entrada das mulheres nesse novo cenário delineado pela esquerda dialoga diretamente com a luta contra a ditadura. Foi nesse cenário que o PCB dialogou intensamente com o movimento feminista de segunda onda e reestruturou em seu aparato partidário “uma linha política partidária própria e abrangente visando dar conta de intervir qualificadamente nos espaços de organização autônomos de mulheres”.<sup>291</sup> A participação das mulheres na militância política no PCB, assim como em outras organizações de militância política, aparece como um indicativo de ruptura dos padrões sociais nos papéis tradicionais de gênero.

Embora crescente, o número de mulheres estava longe da paridade com o de homens, que permanece substancialmente maior.<sup>292</sup> O percentual baixo de mulheres em relação aos homens pode ser explicado por diversos fatores já elencados, inclusive a resistência de dirigentes em aceitar mulheres em suas organizações. Back, no entanto, faz uma ressalva:

O percentual crescente de mulheres, mas ainda baixo, por certo não pode ser atribuído exclusivamente à resistência ou não de dirigentes em aceitarem as mulheres em suas fileiras, da mesma forma que não pode ser unicamente associado à chamada revolução dos costumes. A maior ou menor incorporação de mulheres foi decorrente da combinação, favorável ou não, de uma série de fatores, dentre os quais destacamos, além dos aludidos (revolução sexual e resistência de dirigentes ou outros quadros): a) a composição social do movimento revolucionário e/ou de resistência em geral e de cada organização em específico; e b) as características organizacionais (funcionamento interno, diferentes formas e espaços de recrutamento de novos/as militantes, horários e locais de reunião – quando existiam –, relação com a maternidade etc.).<sup>293</sup>

No caso específico do PCB, a autora argumenta:

Se os dados classe, gênero e geração forem cruzados, o desinteresse das mulheres que recém-ingressavam na militância pelo partido é, de certa forma, esclarecido (assim como o dos jovens homens). O PCB foi uma

<sup>291</sup> BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no Exílio: Debates entre Comunismo e Feminismo (1974-1979)**. Dissertação (mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, p. 13.

<sup>292</sup> Ver tabela de Marcelo Ridenti reproduzida no item 2.3 deste trabalho. Na tabela, os números de processos do PCB são de 32 mulheres (4,7%) e 655 homens (95,3%).

<sup>293</sup> BACK, 2013, p. 20.

das organizações que menos concentrou estudantes (6,3%, apenas) e jovens. Entre os anos 1960 e 1970 tinha uma composição geracional surpreendente diante dos outros agrupamentos: 11,9% de seus quadros eram menores de 25 anos, 24,9% tinham entre 26 e 35 anos e 64,1% estavam com 36 anos ou mais. Por uma série de razões (como menor inserção no movimento estudantil – decorrente especialmente da dissolução de sua juventude em 1958 –, postura tática adotada diante do golpe – negação da luta armada como tática adequada àquela conjuntura – e forma de estruturar-se internamente), o partido não se apresentou como uma alternativa atraente de militância para os jovens que iniciavam suas atividades no período. A composição social das dissidências partidárias que foram à luta armada o atestam. Além disso, pelo menos no momento imediatamente anterior, com alguma frequência foi considerado – até mesmo por algumas de suas militantes mais destacadas – conservador do ponto de vista dos costumes, o que pode tê-lo tornado especialmente pouco atraente para essas mulheres da chamada geração de 68.<sup>294</sup>

Embora numericamente inferiores, é importante destacar alguns pontos para que não seja feita uma análise anacrônica que leva em consideração apenas dados quantitativos. O costume da década de 60 era de que a mulher não participasse do debate público, exceto para ratificar seu papel, como ocorreu na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Desta forma, Ridenti aponta para o caráter questionador das mulheres que se lançaram no espaço público, uma vez que a participação política implicava em um rompimento radical com as tradições da época.<sup>295</sup>

Para além dos dados quantitativos, fato é que o PCB foi um dos poucos a incluir a causa feminina. Exemplo disso é a criação da União Feminina, para atender a política de "frente popular" estabelecida pela Terceira Internacional, em 1935, e do Comitê de Mulheres pela Anistia em 1945,<sup>296</sup> além da participação ativa de suas militantes no Centro da Mulher Brasileira (CMB) e no Plano de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM). As Resoluções do VI Congresso do PCB mencionam a importância da atuação das mulheres:

É grande a capacidade de acção política das mulheres. Sua mobilização muito contribuirá para o reforçamento da luta contra a ditadura. É necessário, com este fim, organizá-las sob diversas formas, para a luta por suas reivindicações próprias, contra as discriminações sociais e jurídicas que as colocam em situação de inferioridade na vida brasileira, pela igualdade de direitos da mulher trabalhadora, pela protecção à

---

<sup>294</sup> Ibid., p. 23.

<sup>295</sup> RIDENTI, 1993.

<sup>296</sup> COSTA, 2005, p. 4.

maternidade e à infância. Também por meio da luta contra a carestia de vida, pela solidariedade aos presos e perseguidos políticos e suas famílias, elas poderão dar importante contribuição democrática.<sup>297</sup>

Tal resolução demonstra a postura do PCB frente às pautas levantadas pelo movimento feminista, no qual a luta pela emancipação feminina dialogava com a luta contra a ditadura.

Zuleika Alambert, militante de destaque no PCB, teve papel importante para a disseminação do discurso feminista dentro do partido. Exilada no Chile, posteriormente, na França, organizou o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, encarregado de “organizar e conscientizar as mulheres”.<sup>298</sup>

A experiência no exílio ofereceu às pecebistas contato com o feminismo europeu, sobretudo o feminismo francês, permitindo a articulação com o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris.<sup>299</sup> Entretanto, alguns grupos do Círculo tinham divergências com a linha de atuação do PCB, como os grupos Campanha e Debate. O primeiro considerava o PCB reformista, acusando o partido de colocar a luta no Brasil como eixo central do Circuito, o que era, de fato, a intenção do PCB.<sup>300</sup> Sobre os antagonismos no Circuito, Back esclarece:

a relação entre as diferentes forças políticas organizadas dentro do Círculo quase sempre se deu através de uma percepção marcada pela organização ideal polarizada do cenário conjuntural (ex. reformistas x revolucionárias; sexistas x classistas), categorização esta, em grande parte das vezes, elaborada de forma a desqualificar as outras forças na —batalha das ideias e na disputa por militantes, mas desprovida de fundamento real ou proporcional. Por exemplo, as pecebistas eram classificadas de reformistas por forças políticas que tampouco haviam superado uma concepção etapista da revolução, pautando-se ainda pela tentativa de prévia alteração do caráter do capitalismo no Brasil. Da mesma forma, parte das forças que as pecebistas taxavam de sexistas, consideravam que a luta pela emancipação das mulheres estava irremediavelmente ligada à luta de classes.<sup>301</sup>

<sup>297</sup> VI Congresso Nacional do PCB realizado em São Paulo em dezembro de 1967. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B8\\_gvWjrwU3ZeUhOb240c0tlOUk/edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZeUhOb240c0tlOUk/edit?pli=1)>. Acesso em: 10 set. 2014.

<sup>298</sup> PEDRO; WOLFF, 2007, p. 64.

<sup>299</sup> Surgiu formalmente a partir de abril de 1976, embora tenha publicado um boletim datado de 1975, e durou até 1979.

<sup>300</sup> BACK, op. cit., p. 91.

<sup>301</sup> Ibid., p. 92.

Essas divergências mostram que o PCB carrega para o exílio o estigma de reformista, o que torna, segundo Back, o ambiente hostil para as pecebistas, fazendo com que ocultem sua militância partidária. Contudo, esses contatos das militantes do PCB fazem com que tragam um *know-how* valioso para o contexto brasileiro em espaços como o CMB. Segundo Back, as exiladas do PCB mantinham-se informadas sobre as movimentações políticas no Brasil, sobretudo do funcionamento da CMV, mostrando-se preocupadas com a pouca atenção dada às questões feministas em privilégio da luta pela anistia. Com o retorno das exiladas, estas voltam a integrar o cenário político nacional, influenciando as diferentes correntes de interpretação que envolvem o feminismo.

O Ano da Mulher (1975) foi particularmente produtivo na eclosão de movimentos em defesa da mulher. Esses movimentos tinham características peculiares e diversas, tendo diferentes composições políticas. Essas múltiplas formas de abordagem do feminino deveriam, para o partidão, ter caráter aglutinador. Segundo análise do PCB, cabia ao movimento das mulheres relacionar interesses específicos às causas mais amplas, como o fim da ditadura, gerando uma unidade de luta.

### **3.3. Análise dos depoimentos**

As reflexões desse capítulo foram feitas com base nos depoimentos colhidos de mulheres que militaram no PCB durante o período militar – Maria Thereza Candido de Menezes, Maria Felisberta Baptista Trindade e Ligia Martins Coelho. A elaboração e processo de análise dos depoimentos revela um fragmento importante da memória do período militar dentro da visão pecebista e feminina.

O estudo memorialístico segue lógica similar de análise apresentada no item 2.3 desta dissertação:

1. Trajetórias de vida: PCB - Apresentar os aspectos cotidianos da vida da militante tais como: o relacionamento com sua família, casamento, estudos entre outros.
2. Opção pelo PCB - Tem o objetivo de resgatar a memória do PCB dentro da perspectiva feminina, apresentando os seguintes aspectos: início da militância, entrada para o PCB, principais influências, objetivos, demandas e o papel da mulher dentro do partido. Permitirá o contato com a concepção do Partidão aos olhos de suas militantes.

3. Testemunho e superação - A narrativa como recurso para colocá-las como protagonistas de suas próprias histórias, proporcionando uma visão atual para as mudanças e permanências político-ideológicas das entrevistadas.

### 3.3.1. Trajetórias de vida: PCB

A oralidade consolidou-se através dos séculos como importante ferramenta de conservação e transmissão do conhecimento humano. Segundo Verena Alberti,<sup>302</sup> desde o início do século XX, antropólogos, folcloristas, etnomusicólogos e linguistas já se utilizavam de técnicas de gravação de voz por meio de cilindros Edison. Essa multiplicidade de fontes faz com que a oralidade seja fonte de recursos históricos inesgotável.

Invocar a memória e as narrativas de vida muitas vezes dolorosas dessas mulheres fez com que se produzisse um arquivo único. Nas palavras de Chartier, os documentos orais não tem o objetivo de buscar almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daqueles que lhes fala.<sup>303</sup>

As memórias das militantes do PCB coletadas têm o intuito de resgatar a perspectiva de gênero dentro da história do partido, algo como o que Seligmann-Silva chamou de “literatura do testemunho”.<sup>304</sup> Nesse sentido, os depoimentos contemplam a história das mulheres que se lançaram, dentro do PCB, na luta contra a ditadura, buscando dar voz e sentido à trajetória de vida delas, que, como dito anteriormente,<sup>305</sup> procuram, por meio da oralidade, trazer à tona suas trajetórias de luta e vida cotidiana na militância como forma de dar abrigo aos traumas e voz ao silêncio.

As análises das trajetórias de vida, através dos depoimentos, moldam e dão forma à vida cotidiana dessas mulheres. As vivências ordinárias do cotidiano transparecem as sutilezas para além da árdua tarefa de militância partidária. Esse aspecto aparece de maneira graciosa no depoimento de Felisberta, ao narrar suas experiências como

---

<sup>302</sup> ALBERTI, 2013, p. 68.

<sup>303</sup> CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 215.

<sup>304</sup> “O conceito de testemunho tornou-se uma peça central na teoria literária nas últimas décadas devido à sua capacidade de responder às novas questões (postas também pelos estudos pós-coloniais) de se pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escrita) daqueles que antes não tinham direito a ela. Daí também este conceito ter um papel central nos estudos de literaturas de minorias.” (SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Testemunho da Shoah e literatura**, p. 1. Disponível em: <[http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula\\_8.pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2015.

<sup>305</sup> Ver capítulo 1.

estudante do Pedro II, quando entrou no grêmio estudantil e fez o que ela considera uma reivindicação feminista:<sup>306</sup>

Eu participava de reivindicações que hoje eu tenho clareza que são feministas, mas eu não tinha, eu só achava que era um desaforo, os meninos tinham espaço para o recreio, jogavam até bola e tudo, nós só ficávamos passando pra lá e pra cá, em um corredorzinho. As meninas gostavam, porque elas são muito bobas na minha época. Aí olhava o garoto, namorava o garoto, flertava, naquele tempo era muito de flerte, né. Eu não queria flertar, queria jogar bola também, eu achava um desaforo o menino jogar bola e eu não jogar. Tanto que um dia nós reivindicamos, não me lembro como foi, não tenho detalhes, eu sei que nós fomos ao diretor. Ele concedeu um dia para as meninas... porque tinha um escorrega, eu tinha um olho grande no escorrega, saí com a calça preta, vim do Rio pra Niterói com a calça preta, mas eu escorreguei. As meninas ficaram com medo, mas depois me viram escorregando e elas aderiram, aderiram e gritavam “eeee”; foi tão bom, eu tenho boas recordações do Pedro II.<sup>307</sup>

Felisberta, militante histórica do PCB, filiada ao partido desde 1945, atualmente sem militância partidária, ajudou na fundação Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas (Ames) e CMB, esteve presente na campanha “O Petróleo é Nosso”, na luta pela redemocratização do país, levantou bandeiras feministas e atuou politicamente na defesa de diversas outras causas. Felisberta, ou Felis para os amigos, cujo nome remete à uma oportuna analogia com a felicidade, é uma mulher de riso fácil, que hoje, aos 84 anos, é professora emérita da UFF e mantém-se na luta ao lado dos professores aposentados na Aspi. Senhora pequena e franzina, mas detentora de uma memória fabulosa, impressiona ao lembrar datas e nomes com exatidão. Ferrenha defensora dos direitos da mulher, apresenta clareza, simplicidade e doçura no seu relato. O que aos olhos do leitor desatento pode parecer uma simples luta pelo escorrega, nas memórias de Felisberta ganha status de luta por equidade de gênero.

O contato prematuro de Felisberta com o PCB não ocorreu sem resistência dos familiares. Ainda que o pai soubesse da filiação de seu irmão ao partido, não aprovava que ela seguisse o mesmo caminho. Segundo Felis, “ele achava que comunista comia criança, né”. O pai de Felisberta, conforme seu relato, após saber, por intermédio de um familiar do DOPS, sobre sua militância no Partido Comunista, transferiu-a do colégio

<sup>306</sup> O período ao qual ela se refere no depoimento é antes do golpe militar de 1964.

<sup>307</sup> TRINDADE, Maria Felisberta Baptista Trindade. Depoimento [23 set. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

Pedro II,<sup>308</sup> que era onde ela mantinha seus contatos políticos, para o Liceu Nilo Peçanha, mais próximo dos olhos do pai conservador.

Eu nunca vou esquecer, eu estava na esquina do Ouvidor com o Largo São Francisco, ali tem uma esquinazinha, nós botávamos uma mesinha, eu e umas outras colegas, e começávamos a vender jornal para fazer campanha para o Partido Comunista. Quando eu olho assim, bem na minha frente, está ele, aí eu pensei assim, “e agora, a família toda vai saber”. Porque meu pai sabia que eu estava no grêmio, sabia que eu estava na Ames, que eu ajudei a criar a Ames, isso ele achava lindo, o jornal.<sup>309</sup>

Maria Thereza Candido Gomes de Menezes, ex-militante do PCB, do CPC e da Juventude Comunista, formou-se em Serviço Social por orientação do partido e, atualmente, é professora aposentada da UFF no Departamento de Serviço Social. Thereza, assim como Felisberta, também teve resistência familiar à sua opção pelo Partido Comunista. Sua mãe era militante convicta do integralismo e seu pai não mantinha vinculação política. Segundo ela, “ele odiava política, posso até te dizer, Denise, que ele foi um dos primeiros *hippies* que eu conheci na minha vida, entendeu, meu pai gostava de pescar, caçar, motocicleta, carro, enfim, era um *enfant gâté*,<sup>310</sup> sempre teve uma boa vida e ele só fazia essas coisas, política zero”.<sup>311</sup>

Thereza rememora suas ações políticas longe do conhecimento de sua família e como vivenciou o dia do golpe:

Quando chegou mais próximo, quer dizer, no dia do golpe, sabe onde eu estava? No esqueleto do DCE da UFF, que ele ainda não estava concluído, eu acho que ele nunca vai estar, né, que todo dia o pessoal dá uma esburacada nele. Então eu estava lá em cima, no último piso. Era tudo, como chama – estava só na laje. Nós estávamos ensaiando uma peça do Ferreira Goulart, perdão, desculpa, era do Mario Lago, era *O menino e a bola*. Porque a gente estava sentindo que ia rolar um clima e a gente queria estar na rua. Então nós estávamos fazendo esse ensaio, que era tipo um jogral, em que nós íamos descendo ali do DCE e falar aquela poesia em forma de jogral na saída da praça Arariboia, que aquilo ali é apinhado, né. Aí estamos lá ensaiando o que tinha que falar, quem fala um pedaço, quem fala o outro e tal. Aí eu olhei, não tinha nada, era um vão aberto, aquele telhado, aquele teto e eu olhei assim lá pra fora e eu vi meu pai. Caraca, o que o papai está fazendo, o meu pai

<sup>308</sup> Felisberta deixa muito claro em seu depoimento sua insatisfação em sair do Pedro II.

<sup>309</sup> TRINDADE, Depoimento, 2014.

<sup>310</sup> Grifo nosso. Em tradução livre do francês, “criança mimada”.

<sup>311</sup> MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes de. Depoimento [3 abr. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

não sabia onde eu estava, isso ele jamais poderia saber, né, aí eu falei: “O que papai está fazendo aqui?”. Ele fazia um sinal pra mim, acho que ele viu umas cabecinhas ali olhando e ele, não sei se intuitivamente ou se me viu ali olhando, tinha muita gente comigo, ele fazendo um sinal pra mim, do tipo, estou te esperando, desce daí. Eu falei: “gente o que está acontecendo?” [...] eu pensei, “vou levar é um esporro”.<sup>312</sup>

A mistura de ingenuidade e medo da atitude do pai coloca Thereza incrédula diante do episódio que estava se delineando bem à sua frente, na Baía da Guanabara. Ela, em seu depoimento, afirma que alguns amigos conseguiram ver, da laje do prédio onde fica o DCE da UFF,<sup>313</sup> navios de guerra da Marinha fazendo sinal. Ela tentou resistir às tentativas do pai de levá-la para casa para se juntar aos amigos no aparelho do PCB na Praça XV, próximo de onde ela estava. O pai foi irredutível.

Papai disse: “entra no carro que você vai embora, eu já sei o que você está fazendo”. Eu disse: “vai embora porquê?”. Ele: “Maria Thereza”, ele me chamava assim, “Maria Thereza, Flavio Cavalcante, a CAND e a UDN estão na rua na Marcha com Deus pela Família, e eu sei o que você está fazendo e vim te arrancar daí, que daqui a pouco vão acabar com a raça de vocês, se você quiser que eu leve algum amigo seu”. Aí eu disse: “papai, não dá, eu vou ter que avisar que você veio me buscar, mas ninguém vai”. Aí os meus amigos disseram: “Não Thereza, a gente tem um encontro”. Tinha um aparelho do partido ali na Praça XV, nessa praça nossa, um edifício caindo aos pedaços e a gente se reunia ali. Eles falaram: “Não Thereza, não dá pra sair, tem que saber o que está acontecendo”. Eu falei: “Cara, meu pai disse que eu tenho que ir embora, porque a direita, a UDN, a mulherada toda da pequena burguesia está na rua querendo esfolar a gente”. Aí eu falei: “Papai, eu não vou poder ir”, e ele disse: “Agora você vai”. E me carregou.<sup>314</sup>

Lígia Martins Coelho não passou pela mesma dificuldade na aceitação de sua militância em casa. Seus pais, militantes notórios do Partido Comunista, levavam os filhos desde a infância para participar das reuniões, de forma que sua opção pelo PCB foi uma escolha previsível.

Sempre foi muito bom. Meu pai e a minha mãe se conheceram no Partido Comunista, os dois eram militantes. Depois, em criança, eu já vivia essa militância deles. Mamãe, para ir, levava a gente. Depois eu cresci, eu tenho irmãos menores, eu até ficava com eles para ela ir. Tanto que, quando veio o golpe, a gente sentou, eu tinha 14 anos na época do golpe, e foi conversado com a gente que papai ia se afastar, a

---

<sup>312</sup> Ibid.

<sup>313</sup> O prédio do DCE da UFF tem visão privilegiada da Baía de Guanabara.

<sup>314</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

gente soube da prisão. Nunca houve uma revolta nossa, sempre fomos esclarecidos politicamente, sabíamos de tudo que estava acontecendo.<sup>315</sup>

O depoimento de Lígia é especialmente pertinente no que tange à exploração da vida cotidiana do militante, para além da realidade de prisão, exílio, tortura e morte. Seu relato adentra na vida das mulheres que, apesar das adversidades impostas pelo regime ditatorial, tentavam manter a rotina na medida do possível.

Eu via também muito, e é uma coisa que eu ainda pretendo escrever sobre isso, o lado daquelas mulheres companheiras desses homens. Que a minha mãe nunca trabalhou fora, né, era uma mulher de casa, mas tinha uma consciência política muito grande, e eu vi a luta dessas mulheres que ficavam em casa com os maridos presos como a minha mãe e as minhas tias. Tive duas tias assim, uma casada com o irmão do papai que também foi preso, essa tinha nove filhos; e essa minha outra tia que foi para a Bolívia e voltou. Eu via também muito a luta dessas mulheres dentro de casa combatendo aquela ditadura, entendeu? Cuidando de filhos para poder dar uma vida mais ou menos estruturada, tentando manter uma estrutura, com todas essas dificuldades. [...] era uma coisa assim, o cotidiano da gente continuava. É isso que eu admiro nessas mulheres que eram de casa, porque elas procuraram manter esse cotidiano com todas as dificuldades, mas a gente vivia com medo. [...] essas mulheres, como a minha mãe, minhas tias, que eu via que eram do lar e que, cozinhando e lavando roupa, tudo isso, estavam ali militando, na verdade, dando muito mais formação aos filhos do que os maridos que estavam presos.<sup>316</sup>

A declaração de Ligia apresenta aspectos interessantes, não somente de como a ditadura afetou a vida cotidiana de quem militava contra o regime, como também as estratégias que as mulheres criavam para se adaptarem à nova realidade. O caso narrado por Lígia não foi fato isolado. Elizabeth Jelin, ao escrever sobre a experiência vivida pelas mulheres durante a ditadura argentina, evidencia como homens e mulheres viveram de maneiras diferentes os eventos do período militar no Cone Sul. Segundo ela:

La represión e las dictaduras del Cono Sur tuvo especificidades de género. Los impactos fueron diferentes en hombres y mujeres, hecho obvio y explicable por sus posiciones diferenciadas en el sistema de género, posiciones que implican experiencias vitales y relaciones sociales jerárquicas claramente distintas.<sup>317</sup>

---

<sup>315</sup> COELHO, Ligia Martins. Depoimento [16 set. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>316</sup> Ibid.

<sup>317</sup> JELIN, 2002, p. 100.

O relato de Lígia mostra como, para além daquelas que vivenciaram a repressão por terem participado efetivamente da luta política, como ela ao lado do PCB, haviam ainda as que experimentaram a ditadura de uma maneira muito peculiar, sendo vítimas “indiretas” do regime, como mães e esposas. Essas também tiveram o seu cotidiano modificado pelo regime.

Com os maridos presos, elas passaram a ter atitudes que não tinham antes. A minha mãe era uma pessoa que dependia economicamente do meu pai, ela não saía para trabalhar, eu via isso, ela não saía pra ver essas coisas. Quando saía, era pra visitar uma amiga, tudo isso, ou ia em uma reunião de partido com o meu pai, mas ela passou a fazer coisas sozinha, que acho que nem ela pensou que era capaz de fazer. Movimentar conta em banco, ela passou a ter conta em banco, depositavam um dinheiro pra ela, que ela dividia com outras mulheres que estavam nessa situação. Por exemplo, ela manteve o escritório do meu pai aberto, ela ia pra lá para dar uma satisfação para os clientes, aí ela ia para a prisão para levar alguma coisa para ele. Ela passou a ter uma vida fora de casa que ela não tinha antes. Para manter aquela estrutura, ela começou a se ocupar dentro de uma militância que ela não tinha antes. Eu acho que pra ela isso foi muito importante.<sup>318</sup>

Para Lígia, a ausência dos maridos fez com que essas mulheres passassem a adentrar o espaço público. Sua tia, esposa de um militar expulso da Marinha e exilado na Bolívia, passa a receber aposentadoria como viúva. Essa é uma passagem curiosa do depoimento de Ligia – ela relata que o contracheque da tia vinha escrito “viúva de marido vivo”, pois o sujeito estava vivo, entretanto, o militar estava morto.<sup>319</sup> Segundo ela, a tia, para se manter financeiramente, abriu e administrou uma saibreira no sítio em que vivia na zona rural de Niterói.

[...] que quando ela voltou para o Brasil do exílio, ele ainda ficou preso. Eles moravam em um sítio, aqui pra dentro de Niterói. Ela abriu uma saibreira, para vender a terra do sítio dela, para ganhar dinheiro, porque o salário dela era muito pequeno para criar quatro filhas. Ela abriu uma saibreira e ela administrava a saibreira, uma mulher que toda a vida foi do lar. Então essas mulheres passaram a ganhar uma experiência depois, que isso me impressionou. Ela passou a administrar tudo, mesmo

<sup>318</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

<sup>319</sup> Esse não era um fato isolado, conforme apresentado por artigo da jornalista Thais Barreto (BARRETO, Thais. Militares que resistiram ao golpe de 1964. **Rede Democrática**, 18 nov. 2013. Disponível em: <[http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=5465:militares-que-resistiram-ao-golpe-de-1964&tmpl=component&print=1](http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=5465:militares-que-resistiram-ao-golpe-de-1964&tmpl=component&print=1)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

depois, quando ele voltou, ela continuou administrando a saibreira, era tudo ela.<sup>320</sup>

A manutenção da vida cotidiana ganha relevância no momento em que dá amparo psicológico no sentido de pertencimento social. Em artigo sobre a vida privada durante a ditadura, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis declaram que alguns grupos opositores ao regime desenvolveram formas de oposição compatíveis com suas vidas cotidianas. No entanto, os autores destacam as dificuldades em demarcar o que era parte da esfera pública e o que era parte da esfera pessoal: “nem quando o exercício da oposição coexistia com a vida privada essa ficava imune a sua presença: o resultado desse inevitável entrelaçamento era um equilíbrio frágil, uma tensão sempre pronta a se estalar”.<sup>321</sup>

A vida privada de Thereza foi invadida pela sua militância em vários momentos. Ela conta que até mesmo a escolha de seu curso universitário foi feita por intermédio do partido, e mesmo a contragosto, ela seguiu a orientação e cursou Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, onde, posteriormente, seria professora:

Bom, aí aconteceu o seguinte, eu vou pra universidade, trajetória clássica da classe média. Aí, o que aconteceu? Eu queria fazer um curso, eu sempre queria fazer cursos pra área de artes. Fiz desenho industrial, que era mais *high tech*, queria fazer belas artes, arquitetura me encantava, jornalismo, várias coisas, eu sempre tive um leque muito aberto para as coisas que eu queria estudar. Fiquei, como eu não tinha tido nenhuma das doenças, que, olha que azar, já com 17 anos eu tive duas doenças infantis. Caxumba me impediu de fazer belas artes, rubéola, desenho industrial, arquitetura, também caxumba, dos dois lados. Eu digo, alguma coisa está tramando contra mim. Aí fui a uma reunião no partido e me deram a seguinte notícia: “olha no balanço que a gente tem da distribuição dos membros do partido, da juventude comunista, a Escola de Serviço Social é a que tem militantes da esquerda progressista e tal, mas quase ninguém, ninguém do Partido Comunista, só tem uma e você vai ter que fazer esse curso”. Eu falei: “Eu vou fazer Serviço Social? Nem morta!”. “A gente já sabe que não deu para você fazer as provas que você queria, que você ficou doente.” [...] aí o partido disse que eu ia fazer Serviço Social, que nós tínhamos que criar uma fração dentro da Escola de Serviço Social, porque a composição das forças que estavam na escola eram originárias da Juventude Comunista, não, da Juventude Católica, da AP [...] do partido

---

<sup>320</sup> COELHO, op. cit.

<sup>321</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília M. (Org). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 338.

não tinha. Então era eu e uma outra pessoa, amiga minha, nós tínhamos que fazer a prova. Não era vestibular unificado, era específico, né. Eu fiz a prova, passei. Cara, eu fiz aquela escola com tanta raiva, você já pensou você fazer o curso de uma coisa que você não escolheu?<sup>322</sup>

Tarefas simples do cotidiano, como ir à padaria, podiam ser desafiadoras para quem se encontrava em situação de ilegalidade. O medo de ser reconhecido e preso fazia parte do dia a dia de quem militava clandestinamente. Contudo, eventos simbólicos importantes também foram prejudicados pelo regime. Thereza casou-se em meio à ditadura. Além dela, a família de seu noivo, Wilson, também era parte do PCB. Com o futuro sogro preso, Thereza teve que esperar para se casar. No entanto, a espera não impediu a união dos noivos comunistas.

Tive que esperar um tempo, uma luta muito grande para tirar o pai dele da prisão, que ele queria que o pai tivesse presente. Nós fizemos uma cerimônia, como nós não éramos religiosos. Eu era batizada, mas ele não era. Minha família tinha uma ala católica convicta. Eu fiz tudo, sou batizada, crismada, juramentada, tudo que você possa imaginar, mas o Wilson não era, e também a gente não ia casar na igreja. Então a gente fez uma cerimônia civil, depois fizemos uma festa com os nossos amigos lá do CPC, foi um pileque geral, foi muito animada a festa, muito boa. Foi um casamento assim, mas foi uma convivência bastante grande dentro do partido.<sup>323</sup>

A união entre militantes não era incomum. Felisberta relata que o partido realizava, inclusive, reconciliação entre os casais. Seu marido também era do PCB, e ela o conheceu por meio de um amigo militante, Carlos Danielli,<sup>324</sup> na Leitaria Brasil. Os depoimentos mostram que, muitas vezes, a vida política misturava-se com a vida pessoal. Thereza afirma que seu casamento foi, para além do envolvimento emocional, um envolvimento político-partidário.

Eu me casei em 65 com uma pessoa que era meu amigo, mas ele também era do partido, o pai, a mãe, o irmão e o cachorrinho, todos eram do PCB, então não posso te dizer que fosse um casamento, vamos dizer, um amor, uma paixão, um grande encontro. Era um envolvimento político e o casamento era um seminário, era o dia inteiro política, só que, depois de um certo tempo, 14 anos depois, eu pedi as contas e ele também, somos amigos.<sup>325</sup>

---

<sup>322</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>323</sup> Ibid.

<sup>324</sup> Danielli nasceu em 14 de setembro de 1929, em Niterói (RJ), filho de Pascoal Egídio Danielli e Virgínia Silva Chaves. Dirigente do Partido Comunista do Brasil, morreu em 30 de dezembro de 1972.

<sup>325</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

Lígia, por sua vez, não se casou com um militante do PCB, entretanto, afirma que, embora o marido não tenha sido membro do partido, votava nos candidatos indicados pelo PCB e a apoiava em suas convicções políticas.

O apoio de não partidários não se deu somente no matrimônio de Lígia. Ela destaca a importante solidariedade de não militantes para driblar a ditadura, agenciando e oferecendo asilo para o seu pai, preservando dessa forma a sua vida.<sup>326</sup>

A gente tinha muita solidariedade de pessoas que nem eram de esquerda nem nada. Tinha um primo da minha mãe que não era de esquerda e escondeu meu pai dentro da casa dele, era um cara empresário, um dos donos da Ciferal na época, morava na Ilha do Governador e escondeu meu pai na casa dele. Ajudava a gente financeiramente, quer dizer, a gente teve assim, muita demonstração de solidariedade.<sup>327</sup>

Lígia relembra um momento em que seu pai estava preso e que não conseguiam mais pagar o colégio onde estudava. Conta que um conhecido passou a acolher filhos de militantes em sua escola, e, dessa forma, ela e outros na mesma situação conseguiram se manter estudando:

Teve um amigo, que já faleceu, que tinha um colégio aqui em Icaraí. Nos estudávamos na época no antigo Colégio Brasil, mas aí não podíamos mais pagar. Aí ele tinha um colégio aqui em Icaraí e ele foi um militante do Partido Socialista, e era o Colégio Martins Afonso. O colégio até depois acabou fechando, porque todo mundo que era filho de preso político ele botou ali sem pagar.<sup>328</sup> Todos nós ali éramos maioria filho de presos políticos que não podiam pagar colégio e ele botou todo mundo para estudar ali. Inclusive a Felisberta dava aulas lá.<sup>329</sup>

Se os depoimentos apontam, por um lado, para as ações repressivas do Estado ditatorial, o medo cotidiano e a sensação de desamparo legal, mostram, por outro lado, as fundamentais ações de solidariedade que salvaram muitos perseguidos políticos, por meio de denúncias, asilo, auxílio financeiro e outras ações de amparo. As memórias apontam para a singularidade de ações solidárias, que tinham quase sempre aspectos clandestinos, que lhes deram acolhida. Para Thereza, o PCB estabelecia com o militante essa conexão de solidariedade e companheirismo. Segundo ela, “você podia bater na porta de alguém,

<sup>326</sup> Todos que militavam contra o regime militar corriam risco de prisão e por consequência risco de vida.

<sup>327</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

<sup>328</sup> Não encontrei documentos que comprovassem o motivo de fechamento do colégio mencionado por Lígia.

<sup>329</sup> COELHO, op. cit.

entra, fica, come, mora”. Entretanto, para sua surpresa, uma das grandes representações de solidariedade partiu justamente de seu pai, um sujeito que se auto afirmava “apolítico”.

Nessa hora eu me surpreendi foi com o meu pai, que ele odiava política e comunismo tanto fazia para ele, ele não estava nem querendo saber se era vermelho, verde ou amarelo, ele estava querendo saber como ele ia viver a vida da melhor maneira possível, curtir todas. Não é que essa figura abrigou todos os fugitivos na casa dele. Os que eram mais procurados tiveram que fugir e as famílias ficaram na minha casa. Ele saía todos os dias com a matula de comida para o meu sogro, para o cunhado da minha sogra e outros amigos nossos que estavam refugiados no meio do mato. Papai ia lá todos os dias levar comida, café, cigarro, numa boa, discretíssimo, nunca ninguém descobriu.<sup>330</sup>

O ato de solidariedade do pai de Thereza expressa um aspecto interessante do indivíduo e suas ações diante de situações dramáticas. Segundo Jelin e Hershberg,<sup>331</sup> o “comportamento moral individual implica ir além da ‘natureza humana universal’”. Os autores vão contra a previsibilidade do comportamento humano. Para eles, ao contrário, deve-se reconhecer que “a condição humana é permeada por hiatos e tensões”. Dessa maneira:

as circunstâncias e as coincidências – e as diferentes maneiras como as pessoas as enfrentam – ajudam a explicar porque alguns sujeitos expressam solidariedade em relação aos estranhos, sentem-se responsáveis pelo destino dos outros, ou são mais inclinados a cuidar e ajudar aqueles que sofrem.<sup>332</sup>

Contra-pondo-se a toda a ideia de violência, tortura, assassinato e sequestros impostos pela ditadura, os depoimentos destacam o conforto da solidariedade que as pecebistas encontraram no caminho. É interessante observar a importância do coletivo e da solidariedade para o sentimento de pertencimento e afeto diante de uma realidade brutal. No contexto de repressão, surgem ações de ajuda partindo de indivíduos ou organizações aos muitos perseguidos políticos, apesar das dificuldades que enfrentavam. Entretanto, no intuito de neutralizar as ações de resistência, o governo agia com os serviços de inteligência e aparatos repressivos de segurança nacional, gerando operações de controle e perseguição aos considerados subversivos.

---

<sup>330</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>331</sup> JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Org.). **Construindo a Democracia**: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. São Paulo: Edusp, 2006, p. 166.

<sup>332</sup> Ibid.

As ações violentas do regime ditatorial geraram uma espécie de “cultura do medo”, fazendo com que algumas pessoas abandonassem ações de solidariedade, como ocorreu com o pai de Thereza, que, ao perceber a aproximação dos militares, para de levar comida aos militantes e alerta para a necessidade de dispersar em nome da sobrevivência cotidiana. O caráter oculto das ações repressivas do Estado fomenta a cautela, o silêncio e a introspecção, o que contribuiu ainda mais para preservar os militares de denúncias de tortura, prisões arbitrárias, assassinatos e outras formas de violação dos direitos humanos. O mistério em meio ao qual agia o regime perante a sociedade civil gerou nos atingidos a sensação de abandono e impunidade que permanece até os dias de hoje. Diante de uma realidade que limitou a vida cotidiana, restou aos militantes que optaram por ficar no Brasil continuar na resistência e sobreviver.

As ações cotidianas mais banais eram afetadas pelo regime. Tudo era calculado, pensado; era preciso estar atento, as relações pessoais não podiam dar margem à intimidade. Thereza teve sua rotina vigiada por agentes do regime infiltrados dentro de sua própria casa.

Olha, tinha três pessoas: um era professor da rede pública estadual de Niterói, famosíssimo; um era militar, mas assim, boa praça, não estava metido com coisa nenhuma, estava dentro da família do Wilson, da minha não estava porque meu pai não tinha nada a ver com coisa nenhuma, mas eram pessoas com que eu estava convivendo, jogavam baralho, levavam para passear, viajavam, convidavam para ir na casa deles. Gente, os caras, eles entregaram cada um da família do Wilson direto, nome, telefone, endereço, tudo. Imediatamente, a casa da família do Wilson foi invadida, vasculharam, foram até o telhado, enfim, foi todo mundo preso, espalhou gente para tudo que foi lado.<sup>333</sup>

Além de infiltrados do governo em seu cotidiano familiar, Thereza relata também ter se deparado com um informante inserido no meio acadêmico, conforme relato:

Na faculdade, uma vez, a gente tinha uma sala, a sala da minha primeira turma, dois caras que eram do DOI-Codi. Aí eles publicavam nos jornais de Niterói que o nosso diretório era formado por, como eles diziam, por jovens, era tipo aquela linguagem do Gustavo Corção,<sup>334</sup> libidinosas, era, assim, devassas [risos], tomávamos cachaça, fumava cigarro de filtro nino, que a gente trepava com todo mundo [risos]. Botavam isso no jornal de Niterói, que o Diretório Acadêmico de

---

<sup>333</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>334</sup> Gustavo Corção foi escritor e difusor do pensamento católico no Brasil, escrevendo diversos livros sobre política e conduta. Foi membro da antiga União Democrática Nacional (UDN) e um expoente dos ideais conservadores.

Serviço Social era um antro de putas [risos], comunistas, de putas, enfim. Isso saiu mais de uma vez no jornal, a gente descobriu quem era a figura. [...] então a gente pegou o cara, ele usava a mesma linguagem que ele usava no jornal, ele usava com a gente, com aquelas palavras. Aí descobrimos o merda lá.<sup>335</sup>

Thereza atribui o seu silêncio ao medo e à desconfiança gerados por esses fatos. A paralisia motivada pelo medo causou em Thereza um silêncio sobre os acontecimentos que durou até o ato dessa entrevista, na qual, pela primeira vez, ela se permitiu ser gravada. As relações entrecortadas marcam a vida dessas mulheres, que viveram uma espécie de “exílio interno”<sup>336</sup> por sua opção em permanecer no país. Thereza relata a dor da solidão de se viver no isolamento político e afetivo:

Foi terrível, não estou chegando a comparar,<sup>337</sup> mas estou dizendo que também não foi bom. Eu perdi todas as referências, eu fiquei órfã totalmente. Eu não tinha mais os meus amigos, o partido e a vida política não existia. Falei, gente, o que é que eu sou sem nada disso? Era um isolamento, eu me sentia absolutamente abandonada, muito ruim.<sup>338</sup>

Havia um limite que não podia ser ultrapassado; transcender esse limite era arriscar-se e arriscar a organização. Felisberta afirma ter sido exemplar na sua conduta para preservar sua segurança e a do partido:

A gente ia de olhos vendados, eu nunca abri os olhos, eu era muito disciplinada, nunca abri os olhos, não parece não, mas eu sou, só não sou disciplinada para bobagem. [...] Eu respeitava essas coisas, eu sabia que era segurança, né, se eu tivesse que apanhar, colocassem o negócio quente em mim, eu não sabia nada, então não ia dizer, porque eu não sabia e não porque eu não aguentei. Uma coisa é o pessoal não aguentar e dizer, então eu ficava de olhos fechados mesmo, ficava sim, nem que eu ficasse quatro horas de olhos fechados, eu ficava, nunca soube.<sup>339</sup>

Os olhos fechados de Felisberta não a pouparam das marcas que a ditadura deixou em sua vida. Conforme apresentado, a família das três depoentes foi afetada por seu engajamento político. A ruptura com a família e amigos dava-se ou por exigências do

---

<sup>335</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>336</sup> Optando por permanecer no país, as entrevistadas não viveram uma vida clandestina, entretanto, tiveram suas vidas afetadas, sujeitas a interrogatórios, perseguições, amigos e familiares desaparecidos, presos ou exilados.

<sup>337</sup> Referindo-se aos exilados.

<sup>338</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>339</sup> TRINDADE, Depoimento, 2014.

partido, como forma de proteção, ou pela repressão do regime. De uma forma ou de outra, os laços familiares e afetivos eram lesados.

A ruptura dos laços afetivos muitas vezes significava o distanciamento com a referência política. As memórias coletadas mostram que, para grande parte das militantes, os laços afetivos serviram de inspiração. Felisberta viu no irmão mais velho, Homero, um exemplo a ser seguido. Ela lembra com carinho a ajuda do irmão para o teste de admissão do Pedro II. Também foi por meio dele que ela teve contato com o PCB. Segundo ela, sua entrada no PCB foi influenciada pelo irmão, mas depois o contato com outros militantes fez ela afeiçoar-se pelo partido. Ligia, como dito anteriormente, foi fortemente influenciada pelos pais, já militantes do PCB, mas foi pelas mãos de Zélia, filha de Maria Felisberta, que ela entrou efetivamente para o partido.

### **3.3.2. A opção pelo PCB**

As entrevistadas entraram no partido buscando se opor ao regime vigente, seja a ditadura militar, como Thereza e Ligia, ou o regime de Vargas, como Felisberta. Durante o período militar, as três encontraram no partido ideais comuns de estratégia para se oporem ao regime.

As controvérsias vividas no interior do partido fazem parte das memórias das entrevistadas. Felisberta militou desde a Campanha pelo Petróleo, passando pelo período conturbado da era Goulart, e permaneceu no partido durante todo o período militar. Ela relembra que o PCdoB não concordava com a linha estratégica adotada pelo PCB, por isso se separou. Felisberta dá bastante atenção à questão do nome, em como o Partido Comunista do Brasil se transformou em Partido Comunista Brasileiro, e na luta do PCdoB para manter o nome. Essa atenção à nomenclatura não ocorre por acaso, sendo uma briga histórica entre os partidos, e para explicá-la é preciso retomar a cisão ocorrida em 1962.

Os PCs de todo o mundo foram atingidos durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1950, pelas denúncias de Nikita Krushchev sobre os crimes cometidos por Stalin na URSS. O impacto do Congresso e as mudanças no capitalismo nacional fizeram com que o PCB mudasse sua linha política estratégica. A “Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de março de 1958”<sup>340</sup> revela a nova composição social no país. Na declaração, o PCB revela a possibilidade de

---

<sup>340</sup> DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PCB (MARÇO DE 1958). Disponível em: <[http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate)>. Acesso em: 28 nov. 2014.

aliança com a burguesia nacional para combater o principal inimigo, que era o imperialismo. Para tanto, era preciso perseguir a legalidade do partido, conduzindo a revolução através da etapa “democrático-burguesa”, dentro da legalidade e de forma pacífica. Dessa forma, abandona-se a tática de luta armada, adotando a estratégia de revolução através do caminho pacífico e dentro dos limites legais da Constituição brasileira.

Mesmo em condições adversas,<sup>341</sup> a posição do partido se manteve pelos anos que se seguiram. O V Congresso de 1960 consolidou o novo posicionamento do PCB. É nesse momento que o Partido Comunista do Brasil torna-se Partido Brasileiro, no intuito de obter o registro legal e participar do jogo democrático. A nova linha estratégica de ação do PCB foi veementemente criticada pelos que, posteriormente, viriam a formar o PCdoB. Essas contradições viriam a se agravar após o golpe em 1964. A Declaração de março de 1958 e o V Congresso dão início a uma nova fase na trajetória do Partidão, reconfigurando a percepção de frente única e do papel da democracia na luta pelo socialismo.

A postura adotada pelo Partidão defendia a revolução por etapas, por vias democráticas e pacíficas, e prossegue durante o período da ditadura. Com o golpe de 64, o PCB encontra mais um obstáculo a ser superado, um obstáculo ainda mais difícil e truculento – a ditadura militar. Instaurado o regime ditatorial, os pecebistas tinham a ilusão de que os militares não se sustentariam no poder por muito tempo, conforme depoimento de Lígia:

A maior demanda era combater a ditadura. A gente tinha a ilusão de que aquilo não ia durar muito tempo. Essa era a maior demanda mesmo, era o combate à ditadura de qualquer jeito, era a grade demanda. A principal bandeira era abaixo a ditadura.<sup>342</sup>

O Comitê Central do partido opunha-se à luta armada e defendia uma política de frente única capaz de aglutinar diversas forças contrárias ao governo militar. Dessa forma, o PCB passaria a apoiar o legal MDB em oposição ao partido militar Arena. Enquanto isso, o PCdoB se lançava na luta guerrilheira motivado pelo maoísmo chinês e pela Revolução Cubana, atitude que o Partidão e seus militantes consideravam um erro de análise de conjuntura, conforme é possível verificar a partir do depoimento de Thereza:

---

<sup>341</sup> Ver item 3.1.2.

<sup>342</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

O que era mais geral é que essas pessoas não tinham, vamos dizer assim, condições de fazer uma análise da realidade social brasileira naquele momento, ou seja, luta armada é preciso que existam condições muito favoráveis do ponto de vista objetivo e subjetivo. Nós não tínhamos a classe operária com a gente e isso dificultava, então isso foi visto muito como um ato de voluntarismo, de falta mesmo de conhecimento.<sup>343</sup>

A análise da realidade social e economia que aparecem nas memórias de Thereza possivelmente estão ligadas ao esforço do partido em analisar as novas conjunturas do capitalismo brasileiro e internacional na luta contra o imperialismo, expresso sobretudo na já mencionada “Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de março de 1958”, na qual o partido atenta para as “novas forças” que se desenvolvem na sociedade brasileira, “principalmente o proletariado e a burguesia, [que] vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários”.<sup>344</sup> O novo rumo político e econômico do país aponta, segundo a Declaração, no sentido da “democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas”.<sup>345</sup>

Para Thereza, a estratégia do PCB era conciliatória, ao realizar alianças com o MDB e manter-se na luta por vias democráticas e pacíficas. Ao olhar para o passado, ela tece severas críticas às políticas de alianças adotadas pelo PCB. Quando questionada sobre as demandas do partido, Thereza é categórica:

Vou dizer a você que elas eram, para o meu gosto, bastante conciliadoras, do tipo, é melhor a gente sobreviver do que desaparecer. Então conciliação era a palavra de ordem. Sempre foi muito nesse sentido, de conciliar, pra quê? Pra poder escapar da cena política, da cena histórica. É melhor você ser administrador do cemitério do governo do MDB. Os apoios políticos que a gente fez, aquilo me dava um nó na tripa. Muitas vezes eu escapei disso, apoio de MDB, não teve aquela coisa dos partidos e tal. Foi muito assim, de apoiar figuras que realmente não deviam apoiar, eu não, o Partido apoiar Moreira Franco, que é isso? Esse troço sempre me incomodou profundamente, isso foi acumulando um negócio em mim, um ódio tão grande, que eu falei: “não vou mais participar desse partido, porque eu estou pensando em uma coisa e eles estão fazendo outra e o que eles estão fazendo para mim é absolutamente incompatível com o que eu leio, com o que estudo e com o que eu quero fazer”.

---

<sup>343</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>344</sup> DECLARAÇÃO, op. cit.

<sup>345</sup> Ibid.

Aí eu falei: “bom, apoiar Moreira Franco?”<sup>346</sup>. Como é aquele outro que agora é deputado federal, Miro Teixeira. Sabe, um povo via um sinal de que alguma coisa ainda podia frutificar, mas muito longinquamente, e apoiava, né. Eu não sei se era para ficar na cena ou se era mesmo por convicção [...] Esse negócio sempre me incomodou muito, né, de ver tão longínqua, tão fluida, tão sutil, aí eu digo, como é que pode o partido apoiar um negócio desse. Não sei, para não perder o lugar, para ficar presente, ocupar algum cargo. Isso eu não curti muito não, mas a orientação era essa, de descobrir, fomentar ou trazer à tona alguma coisa que pudesse estar acontecendo, menos reacionária, botar isso em mais visibilidade. Isso nunca me agradou muito, se fiz isso foi uma ou duas vezes no máximo. Acho que fiz uma vez só com o Miro Teixeira e acho que mais em outra situação e aí saí do partido.<sup>347</sup>

Lígia tece as mesmas críticas às alianças e apoios feitos pelo PCB para se manter na cena política:

O PCB sempre acreditava, o que eu entendi era isso, em ocupar espaço. Tanto é que ele indicava os candidatos que a gente devia apoiar para eleger. O PCB sempre achou que se ocupando o espaço estava bom. Teve uma certa época que eu saí do PCB, quando o PCB apoiou o Moreira Franco, foi nessa época que eu saí do PCB. Me afastei do PCB e fui militar em outras áreas, mas eu não concordava naquela época com isso. Porque eles sempre achavam que por meio da eleição você vai conseguir, eu não sei se vai. Eu faço campanha até hoje eleitoral e tudo isso, mas a gente sabe que isso aí é uma democracia burguesa, não é o ideal.<sup>348</sup>

Lígia, apesar de fazer uma análise crítica à postura do partido, discorda quanto à acusação de omissão e abandono das perspectivas revolucionárias:

O partido não foi pra guerrilha, mas não foi omissos. Eu não acho que tenha sido omissos, a gente atuava de outra maneira, a gente via uma outra forma de atuar. Muita coisa eu acho que não estava certa, como na guerrilha também muita coisa eu acho que não estava certa. Eu não condeno quem fez guerrilha, mas acho que certas horas as coisas se complicavam. Mas o partido eu não acho que foi omissos, por não ter ido pra guerrilha. Teve muitos companheiros que continuavam no partido e foram pra clandestinidade.<sup>349</sup>

---

<sup>346</sup> O PCB apoiou o Candidato Moreira Franco em 1986 para o governo do Rio de Janeiro.

<sup>347</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>348</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

<sup>349</sup> Ibid.

Conforme o depoimento de Lígia e já mencionado anteriormente, o PCB fazia oposição à ditadura a partir de uma tática de luta diferente da adotada pelos movimentos guerrilheiros. Mesmo que fragmentado, com parte dos membros do Comitê Central e de seus militantes presos, exilados ou assassinados pelo regime, o PCB se manteve coerente à postura que adotou na Declaração de março de 58. Reconhecia em sua política de constituição de uma ampla frente democrática uma arma para vencer o regime militar.

Entretanto, apesar das críticas e divergências, fato é que a luta frentista do PCB ao lado do MDB a partir da década de 1970 começa a se constituir como uma alternativa viável. Com o insucesso da luta armada, muitos militantes buscam no MDB uma alternativa tática para distender a ditadura por vias legais.

Contudo, o PCB pagou um preço por sua escolha, talvez maior do que esperava. O partido teve baixas de quadros importantes do seu Comitê Central, como Grabois e Amazonas. Além das perdas substanciais de militantes, sofreu danos na própria reputação, tendo continuamente perdido o status de partido de oposição e berço da luta das classes trabalhadores, além de ter seu protagonismo na luta contra a ditadura praticamente apagado, perdendo a oportunidade de se firmar como vanguarda da luta comunista no Brasil.

### **3.3.3. Gênero e militância**

Quarenta anos se passaram desde a declaração do Ano da Mulher pela ONU, em 1975. Desde muito antes, as mulheres já buscavam se afirmar como protagonistas na história, buscando maneiras de se reinventarem e lerem suas subjetividades. Por meio da experiência de três ativistas do PCB, pretendo discorrer sobre as marcas de gênero e feminismo em uma geração de mulheres pecebistas em meio à ditadura militar.

Nas cartografias de si próprias, Felisberta, Thereza e Lígia constroem por meio da oralidade deslocamentos subjetivos íntimos construídos a partir de suas buscas por autonomia e justiça social.

Felisberta construiu reputação em lutas constantes travadas em favor de sua ideologia política dentro do PCB e do direito das mulheres. No partido, conquistou cargos de destaque. Participou, desde a fundação, da Associação da Mulher Fluminense e do Centro da Mulher Brasileira, ambas organizações que buscavam informar as mulheres de diversas classes sociais no conhecimento do marxismo e em reivindicações de direitos específicos da mulher, preparando-as para o combate às desigualdades sociais e de gênero. Ela salienta a importância da Associação Feminina Fluminense (AFF) na luta

pela equidade de gênero; entretanto, segundo relata, a associação sofreu forte resistência dentro do partido:

[...] e tinha um grupo que achava que isso era besteira. Eles não falavam que era besteira, eles achavam que não tinha lógica, que era só o movimento sindical. Era assim, como era aquela tendência da classe operária? Tem um nome, “obrerisso”, que vem de obra. [...] como os sindicatos tinham um departamento feminino, não precisava de Associação Feminina. A Associação Feminina era muito mais, muito mais, nós tivemos sede. Armando Ferreira, esse que eu te falei que era médico famoso de São Gonçalo, ele era dono de um sobradinho em Venda da Cruz.<sup>350</sup> Ele cedeu para a Associação Feminina, era só a gente pagar a limpeza, não precisava pagar aluguel nem imposto. Nós fizemos muitas reuniões, muitas assembleias, muitas palestras, criamos um posto médico. Era um reformismo? Era, mas pelo menos era uma forma de atrair mulheres.<sup>351</sup>

A AFF<sup>352</sup> realizou conquistas importantes também no movimento contra a carestia. O jornal *Imprensa Popular* de 27/03/1954 apresenta as resoluções aprovadas pela Comissão Central Contra a Carestia, realizada em 24/03/1954 na sede da AFF:

1º – Apoiar a Associação Comercial e apoiar a luta contra a lei 2.114, através de assembleias, protestos, abaixo-assinados, demonstrações populares, comissões junto a Assembléia Legislativa Estadual, a fim de que seja rejeitado o veto no projeto nº 3 de autoria do deputado Adolfo de Oliveira; 2ª – formar comissões de luta contra a carestia nos bairros, sindicatos, organizações feministas, estudantis, juvenis, centros de melhoramentos, associações comerciais e demais organizações; 3º – Realizar uma grande assembleia popular estadual contra a carestia de vida no mês de maio, a fim de que o povo debata amplamente os aspectos da referida luta; 4º – Lutar no sentido do governo estadual realizar o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade.<sup>353</sup>

<sup>350</sup> A localização da AFF, segundo Aparecida Natia Pinto de Arruda, consta como sendo no bairro operário de Barreto (ARRUDA, Aparecida N. P. de. **Mulheres e violência: memórias e lutas na cidade de Niterói**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 23). Entretanto, o depoimento de Felisberta se confirma através de documento encontrado em acervo digital da Biblioteca Nacional; a localização dada pelo documento é: Largo Venda da Cruz, nº 9 – sobrado. O documento está disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=5827&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 1º dez. 2014.

<sup>351</sup> TRINDADE, Depoimento, 2014.

<sup>352</sup> É importante pontuar que nem todas as mulheres da Associação Feminina Fluminense eram militantes do PCB.

<sup>353</sup> IMPRENSA POPULAR, 27 de março de 1954. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=5827&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 1º dez. 2014.

Não se pretende tratar com profundidade do movimento contra a carestia, somente destacar o engajamento da AFF na luta contra o aumento do preço dos alimentos na década de 1950. Seguindo mais à frente, já no regime militar, a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB) foi de considerável relevância na luta feminina que ocorria concomitantemente à luta contra o regime militar. O CMB surgiu na efervescência da década de 1970 e sob o impacto do regime ditatorial, o que deu a ele e à luta feminista brasileira características muito peculiares.

Do encontro da ABI [Associação Brasileira de Imprensa] as cariocas fundaram o Centro da Mulher Brasileira (CMB), a primeira organização feminista do país nessa nova fase. Tinha como proposta a formação de grupos de reflexão a promoção de atividades para tornar visível a questão feminina e o combate ao papel subalterno da mulher na sociedade.<sup>354</sup>

Mesmo não sendo uma organização partidária, a formação do CMB teve forte participação das militantes do PCB, sobretudo no Rio de Janeiro, onde eram numericamente maioria. As pecebistas tentavam articular a luta feminista às lutas gerais, sobretudo à luta contra a ditadura. Thereza destaca o direcionamento político nos encontros do CMB.

A gente fez muita coisa voltada ao movimento feminista, criamos o Centro da Mulher Brasileira. Organizamos bastante, nesse viés do feminismo, trabalhadoras operárias urbanas e trabalhadoras rurais, próximas aqui dessa área de Niterói, Cachoeira de Macacu, Papucaia, Itaboraí. Aí a gente fez um movimento feminista, mas na realidade a gente fazia eram encontros políticos de formação política; no conteúdo tinha o feminismo, mas um feminismo que dava uma visão para as mulheres de que não tinha função privada para as mulheres e o homem a função pública, né. Que era uma forma das mulheres alcançarem a vida pública, que era o que dava uma dimensão de cidadania, da independência, de você alcançar a sua autonomia, não era aquela vidinha doméstica e tal. Muitas já tinham experiência de organizações, vindas de outros municípios do Estado, especialmente de Campos. Campos tinha um movimento dos camponeses bem organizado. Essas mulheres que participavam com a gente, elas não eram principiantes, algumas eram, outras não.<sup>355</sup>

---

<sup>354</sup> SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 233.

<sup>355</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

O CMB, para o partido, funcionava também como espaço de recrutamento de militantes. No entanto, também foi palco de disputas entre as diferentes correntes que coexistiam em seu espaço, conforme apresentado por Back:

Ao longo de todo o período de existência do CMB, foram constantes as disputas das diferentes correntes que o constituíam em torno de que formas de militância priorizar (atividades nas favelas ou grupos de consciência) ou sobre as bandeiras a serem empunhadas (trabalho ou sexualidade, por exemplo, que se apresentavam para ambos os lados, muitas vezes, como antagônicos). As feministas identificadas com a ala liberal acusavam os partidos de aparelhamento, criticavam a militância nas favelas (considerando-a artificial), a centralidade das bandeiras que envolviam a luta contra a ditadura e as demandas mais relacionadas às necessidades imediatas das mulheres da classe trabalhadora (legislação protetora do trabalho feminino, creches, direito ao planejamento familiar etc.). As feministas marxistas, por sua vez, condenaram os grupos de reflexão, caracterizando-os como burgueses ou intimistas, e consideraram as bandeiras específicas levantadas pelas liberais demasiadamente ensimesmadas, sem consequências para fora de seu próprio âmbito.<sup>356</sup>

A militância das pecebistas dentro do CMB colaborou para trazer para dentro do partido questões fundamentais que dizem respeito ao direito das mulheres, como, por exemplo, a saúde reprodutiva, que até hoje é tabu na sociedade brasileira. O PCB defendia a autonomia do movimento das mulheres, de forma que o aparelhamento não foi a postura adotada pelo partido. No entanto, como destaca Back, autonomia para o partido não deveria ser confundida com apoliticismo, para evitar o que consideravam uma visão pequeno-burguesa e divisionista, propondo que se organizassem em torno das plataformas comuns de luta.<sup>357</sup>

O apoio do partido para que suas militantes fizessem parte de organizações feministas fora da legenda não significava, porém, que internamente não houvesse manifestações de machismo. Para Thereza, a estrutura hierárquica do partido manifestava-se também na forma de hierarquia de gêneros, na qual mulheres dificilmente assumiam postos de destaque. Segundo ela, a mulher era vista muitas vezes como um “indivíduo de segunda classe” ou como “objeto sexual”. Como mulher, ela via suas convicções políticas depreciadas, e acreditava que, essa desqualificação era motivada por fatores de gênero.

---

<sup>356</sup> BACK, 2013, p. 72.

<sup>357</sup> Ibid., p. 79.

Eu deixava em dúvida as minhas convicções teóricas e políticas, porque eu era uma mulher, mulher que eu estou dizendo do sexo feminino, militante do Partido Comunista, mas que usava rímel, me vestia, tomava banho, superlegal, botava perfume, batom, pintava os olhos. Então eu era vista como uma pessoa que provavelmente não tinha grandes convicções do porquê que eu estava ali. Para eu ser respeitada, ainda que sendo mulher, eu tinha que ficar mais parecida com os homens, destituída de vaidade, só faltava ter que coçar o saco.<sup>358</sup>

Essa é uma contradição que permanece na política atual – se por um lado o partido admitia a importância da mulher, por outro não as incorporava como iguais. O partido oficialmente tinha uma política direcionada à mulher, definida como “política para o trabalho com mulheres”.<sup>359</sup> Entretanto, a resolução intitulada “A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão política do PCB” sofreu enorme resistência, como afirma Maria Rosa Dória Ribeiro: a resolução “não foi aceita, muito menos acatada”.<sup>360</sup> A prevalência do machismo no partido reflete na não admissão de mulheres em cargos diretivos. Thereza afirma que não viu muitas mulheres ocupando cargos de liderança – segundo ela, mulheres na liderança só havia para lidar com o movimento de mulheres.<sup>361</sup>

Lígia também aponta o machismo sofrido pelas militantes pecebistas:

A gente via, que a gente era mais nova, mas a gente via, as vezes os caras falavam com uma autoridade com a gente que não falavam com homens. Você percebia muito isso, o comportamento, as piadas, ou então, se você era uma mulher, que tinha uma certa postura e atitude, diziam que a gente era muito macho, como se ter postura e atitude fosse coisa de homem, quando a gente encarava eles.<sup>362</sup>

As tentativas de masculinizar as militantes mais ativas aparecem tanto na fala de Lígia quanto na de Thereza, mas isso não era privilégio do militante do PCB. O mesmo problema apareceu na fala das guerrilheiras. Esse estereótipo é marcado pelo fato de que, historicamente, o espaço público é considerado um espaço masculino, e a mulher que ousa adentrá-lo ou é ligada à promiscuidade ou à homossexualidade, conforme Lígia afirma: “tinha-se uma ideia de que mulher comunista era vagabunda mesmo”.

<sup>358</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>359</sup> Ver COMITÊ CENTRAL DO PCB. **A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB.** Maio 1979. Disponível em: <<http://www.instituto-zuleika-alambert.org/products/a-condi%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-e-a-luta-para-transforma-la%3A-vis%C3%A3o-e-politica-do-pcb/>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

<sup>360</sup> RIBEIRO, 2013, p. 135.

<sup>361</sup> Durante quase todo o período militar (até a realização do VI Congresso do PCB), apenas Elza Monnerat fez parte do Comitê Central do partido.

<sup>362</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

Outra situação peculiar feminina e que tende a afastar as mulheres do espaço público da política é a maternidade. As pecebistas viveram a maternidade de maneira diferente daquelas mulheres que optaram pela guerrilha. As condições mais propícias à manutenção da vida cotidiana oferecidas pela militância no PCB e a presença do apoio do marido fizeram com que a gestação de Lígia pudesse ser vivida concomitante com sua militância.

Olha, eu grávida da minha filha, em 78, eu estava grávida da minha filha, primeira filha. A gente estava em uma campanha, o partido estava apoiando o Modesto da Silveira e Raimundo de Oliveira. Eu saí até colando cartaz escondido, com um barrigão, num Fusca de um companheiro que já morreu, era o JB, João Batista de Andrade, professor de história. Me lembro que o meu marido ficava em casa e eu saí pra fazer isso, e o carro dele não tinha chave, era um Fusca velho, todo desmontado. O meu marido dizia assim: “essa criança vai nascer no asfalto”. Não impedia, nem a gravidez não impedia, mesmo depois que o filho nascia a gente dava um jeito, mas estava ali na militância.<sup>363</sup>

O mesmo não ocorreu com sua mãe, que, após ter filhos, afastou-se de forma significativa de sua atuação no PCB. Lígia atribui ao machismo o afastamento político da mãe:

Minha mãe era uma militante do partido, ela já era militante do Partido Comunista antes do meu pai ser, ela e mais duas irmãs dela. Quando casaram e tiveram filhos, tiveram que se afastar da militância. Isso é um comportamento machista, o homem não se afasta e elas se afastaram.<sup>364</sup>

Situação similar ocorreu com Felisberta e Thereza. O nascimento dos filhos, para Felisberta, reduziu significativamente sua atuação política, mas ela afirma nunca ter deixado de militar. No intervalo entre as aulas no Colégio Notre Dame e as tarefas de mãe, ela aproveitava para ir a congressos, reuniões do partido e encontros feministas. Sobre a ligeira interrupção de sua vida política partidária após o nascimento de sua filha, Thereza relata:

Me afastou um pouco, mas não me afastou da escola, porque eu continuei na faculdade, né. Eu acabei o curso em 69, mas aí ela ficava com a minha mãe, eu não deixei de fazer nada. Só me afastou um pouco da militância direta, porque eu tinha que acabar o curso, e como eu não ia quase à sala de aula, eu tinha que dar

---

<sup>363</sup> Ibid.

<sup>364</sup> Ibid.

conta desse curso em pelo menos dois anos, e dei. Aí saí um pouco dessa militância no Partido.<sup>365</sup>

A experiência de ser mãe aparece ora como um ônus, ora como preservação da vida e possibilidade de perpetuação dos ideais. Os filhos de Felisberta e Lígia, de certa forma, cultivaram a herança comunista que receberam de suas mães. Lígia manifesta com orgulho a atuação política dos filhos:

Meus filhos hoje estão em manifestações, enfrentando polícia. Minha filha é professora, diretora do Sepe [Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação]; meu filho é jornalista e trabalha em mídia alternativa por opção, por que é contra a Globo. Então eu acho que eu passei isso tudo pra eles e não há revolta nenhuma. A gente sabe muito bem que a gente paga um preço pelo ideal da gente, mas vale a pena.<sup>366</sup>

Já Thereza carrega ressentimentos por não ter conseguido transmitir para a filha seu legado ideológico.

Achei que faltou talvez uma coisa. Se eu consegui fazer da minha filha uma mulher emancipada, revolucionária? Não consegui. Não estou falando só do ponto de vista emocional, só como mãe, não; como um ser político, militante, eu gostaria de ter deixado uma filha, um filho, um neto, sei lá, neto não vai dar tempo, mas de ter deixado para ela alguma ideia revolucionária, não deixei. Não sei se eu a intimidei, que ela é uma pessoa completamente diferente de mim, mas eu não a impressionei por esse caminho, por aí não foi. Ela não deu valor nenhum a isso. [...] eu devo ter passado isso muito mal para ela, ou deixei ela em segundo plano, né, em alguns momentos eu tenho certeza que deixei. Eu não soube conciliar, talvez se eu tivesse conseguido fazer as duas coisas, de envolver ela na minha vida política, quem sabe, mas eu acho que, nessa hora, eu privilegiei a política e ela sabe disso. Então eu acho que ela tomou ódio mortal, se sentiu preterida. Não vou te dizer que ela é uma criatura reacionária, de jeito nenhum, agora ela não tem nenhum interesse em nada de política, nada.<sup>367</sup>

A possibilidade de harmonização entre a maternidade, o cuidado com os filhos e a vida política traz profundos efeitos nas vidas dessas mulheres, para as quais público e privado mais uma vez se confundem. Assim, essas mulheres confrontaram as contradições de gênero, que, com a maternidade, tendiam a empurrá-las ainda mais ao mundo privado.

---

<sup>365</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>366</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

<sup>367</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

O fato é que, apesar das adversidades, a luta feminina foi ganhando espaço dentro das organizações de esquerda. Apesar da ditadura, do machismo da sociedade e de sua propagação dentro do partido, que colocava a luta social acima de qualquer outra, a luta feminista foi sendo incorporada de forma orgânica. O mérito dessa incorporação pode ser encontrado na atuação dessas mulheres no PCB e em sua incessante busca por espaços de atuação.

### 3.3.4. A importância do testemunho

A necessidade de perpetuação não se apresenta somente na relação de maternidade. É preciso também contar o que aconteceu. Relembrar um passado traumático nunca é tarefa fácil, traduzi-lo em palavras é ainda mais difícil. No caso de Thereza, como já mencionado, o silêncio durou longos anos, sendo esta a primeira entrevista que ela permitiu que fosse gravada. Thereza nunca deu depoimento, porque, segundo ela, ainda sentia medo. Dessa forma, o estabelecimento de uma relação de confiança com a entrevistada foi fundamental para a coleta de suas memórias.

Você me deu uma sensação de confiança, mas para além de ser você, independente de todas essas barbaridades que nós estamos vendo hoje, dos relatos tenebrosos, eu não fiquei com medo. Acho que hoje, acho difícil recuperar essas práticas, com pessoas do nosso padrão, da nossa classe social, porque, para o pobre, a ditadura nunca acabou e os direitos a gente sabe que não vai rolar e eles sabem disso.<sup>368</sup>

Passados 50 anos do golpe, a insegurança e o medo ainda são cicatrizes que não fecharam nas memórias de Thereza. Para além disso, verifica-se também o apagamento das memórias do militante do PCB; houve uma espécie de sacralização das memórias de guerrilha, enquanto o PCB, marcado pelo estigma de imobilismo, foi por muitas vezes preterido na anamnese histórica, o que torna ainda mais pertinente os depoimentos pecebistas. Para Seligmann-Silva, separar as narrativas por “quem sofreu mais” é um erro que deve ser superado:<sup>369</sup>

Do ponto de vista das vítimas – e este ponto de vista é fundamental ao se estudar o testemunho, voltaremos a este ponto – toda catástrofe é única. Radicalizar esta singularidade, assim como condenar toda comparação entre os genocídios, por outro lado, pode gerar uma espécie de teologia negativa concentracionária, muito improdutiva e que apenas

<sup>368</sup> Ibid.

<sup>369</sup> SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73.

tende a reproduzir dois males: em primeiro lugar, a própria situação do traumatizado na sua resistência à simbolização; e, em segundo lugar, o discurso dos algozes que também visa estender um tabu sobre o discurso que recorde as atrocidades cometidas.<sup>370</sup>

Felisberta relata a importância da oportunidade de verbalizar o carinho pelo companheiro de luta Carlos Marighela:

o Marighela, grande criatura, ele era alegre, contava anedota, era outra coisa, o Marighela era um revolucionário, no entanto, era gente, você vê que coisa bonita. Ainda bem que estou dizendo isso pra você, porque eu não tive oportunidade de dizer isso pra ninguém.<sup>371</sup>

A superação do medo dá lugar à voz, faz com que as entrevistadas olhem para o passado de lutas dentro do PCB não com vergonha ou arrependimentos, mas com orgulho e convicção de suas escolhas. De acordo com Lígia, ela nunca hesitou quanto às suas convicções políticas, não guarda nenhum arrependimento de sua militância e, apesar das dificuldades, nunca repensou sua ideia de revolução.

Nunca tive dúvida, eu sempre soube que estava fazendo a coisa certa, sempre achei. Nunca tive dúvida, nunca tive revolta por ter sido criada assim como comunista, com meu pai comunista, por faltar as coisas em casa. A gente tinha uma consciência muito grande de que o que estava faltando era porque nós estávamos sendo perseguidos e aquilo era uma injustiça, nunca houve uma revolta. Por isso, eu até hoje continuo achando, sou contra esse Estado que está aí, de falsa democracia, com polícia atacando as manifestações, tudo isso.<sup>372</sup>

Thereza também relata a preservação de seus ideais comunistas. Com uma visão que considera mais madura do cenário político brasileiro, ela reavalia e critica a atuação do partido, mas sem colocar em dúvida a importância de sua atuação e postura política:

Nunca tive tanta convicção do comunismo, cada vez eu tenho mais. Também tenho estudado mais, também tenho entendido melhor. Então, hoje eu tenho certeza que nós não temos outro caminho que não seja uma revolução socialista, que reverta radicalmente essa ordem, isso aqui não tem conserto. Isso aqui é a destruição do homem, não tem jeito.<sup>373</sup>

---

<sup>370</sup> Ibid.

<sup>371</sup> TRINDADE, Depoimento, 2014.

<sup>372</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

<sup>373</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

O caráter político dos depoimentos resgata a memória do PCB e tenta transmitir em palavras o sentimento de um período de lutas e resistência, superando as barreiras simbólicas do tempo e da memória. Diante desse panorama, podemos ver que a força terrível e devastadora da ditadura militar brasileira, mesmo que de modo rarefeito, permanece rondando o imaginário do país e, sobretudo, o de quem resistiu ativamente a ela.

## Considerações finais – Para além do racha

---

E nascerá de novo esta palavra,  
talvez em outro tempo sem dores,  
sem as impuras fibras que aderiram  
negras vegetações em meu canto,  
e outra vez nas alturas estará ardendo  
meu coração queimante e estrelado.  
Assim termina este livro, aqui deixo  
meu *Canto geral* escrito  
na perseguição, cantando sob  
as asas clandestinas de minha pátria.<sup>374</sup>

Propus-me nesse trabalho a analisar trajetórias de vida de mulheres que participaram da resistência junto ao PCB e organizações guerrilheiras contra o regime militar no Brasil. Durante o processo de pesquisa, foram utilizados diversos tipos de fontes, entretanto, as entrevistas foram peça central desse processo.

Para o estudo dessas memórias, foi necessário levantamento de obras sobre o universo de gênero, ditadura militar brasileira e oralidade em períodos traumáticos. A bibliografia selecionada para a escrita do primeiro capítulo interage diretamente com as memórias e histórias de vida coletadas. Não seria possível uma análise profunda das entrevistas sem antes conhecer e dialogar com os autores que se dedicaram a questões que se relacionam direta ou indiretamente com a presente pesquisa. O debate bibliográfico do primeiro capítulo foi utilizado posteriormente na redação dos demais capítulos como amparo teórico no trato com as fontes orais.

O segundo capítulo é composto pela análise da trajetória política e de vida de mulheres que optaram pela resistência guerrilheira frente à ditadura militar no Brasil. Para tanto, fez-se necessário apresentar brevemente o histórico das principais organizações guerrilheiras do período militar e tratar de como as mulheres eram absorvidas nas mesmas, para depois abordar o trajeto político percorrido por essas militantes.

Tal qual o segundo capítulo, o terceiro capítulo é formado pela análise memorialística, mas com enfoque na militância pecebista. Manteve-se a proposta de, a priori, apresentar-se um histórico da atuação do partido e de sua militância frente ao regime autoritário inaugurado em 1964, além de relatar como a militância feminina era incorporada ao partido.

---

<sup>374</sup> Trecho de “Aqui termino (1949)” (NERUDA, 2010, p. 602).

Superar essas questões é ir além da história contada pelos homens e sobre os homens e transitar para além das barreiras da contraposição PCB *versus* PCdoB. No processo de análise da bibliografia acerca do tema, foi observada uma memória que heroiciza os movimentos armados. Permanece o mito de um PCB passivo frente à ditadura militar. Não se trata mais de um tribunal a julgar quem se posicionou mais à esquerda ou que histórias devem ser lembradas ou esquecidas, e, portanto, de alimentar o espaço mítico que “sacraliza” as guerrilhas, mas, sim, pensar além da polaridade maniqueísta que coloca o PCB porta afora da resistência de esquerda durante as décadas de militarismo.

Foram verificados durante o processo de pesquisa semelhanças e distanciamentos da militância feminina nessas duas opções de resistência – guerrilheiras e pecebistas. O uso da oralidade foi a base para produção da memória desses dois estilos de luta. Esse caminho envolve riscos, portanto, o uso de documentos e apoio teórico de autores consagrados integram a redação do trabalho, ainda que se tenha buscado trilhar novos caminhos para além dos já existentes.

Iniciei esta pesquisa na busca inquietante por uma “verdade absoluta” que se mostrou utópica, ou, como escreveram Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado em “História e verdade: nobre e temerária ambição”,<sup>375</sup> o que restou foram ainda mais indagações. A análise dos relatos e trajetórias de vida permitiu desvendar alguns aspectos da resistência feminina no Brasil, mas ainda há outros caminhos a serem desbravados.

Diante da amplitude do tema e da abundância de caminhos para sua abordagem, esquivo-me, assim como fez Virginia Woolf em *Um teto todo seu*,<sup>376</sup> de chegar a uma conclusão, tanto sobre a questão da mulher como sobre a questão da militância. Reconhecendo a impossibilidade de explorar o tema dentro dos múltiplos caminhos, possibilidades e redes de significados que ele comporta, tarefa impossível de se auferir por uma disciplina isolada e nas mãos de uma única pesquisadora, pois trata-se de tema amplo e inesgotável, não tenho tamanha pretensão. No entanto, o recorte de gênero sob a ótica da historiografia permitiu dar voz a novos atores, revelando suas particularidades a partir de diversos ângulos, permitindo que, por meio do objeto dessa pesquisa, as diferenças e similaridades fossem percebidas através dos depoimentos.

---

<sup>375</sup> FERREIRA e AMADO, 2006, p. 221.

<sup>376</sup> WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.

Contudo, é importante salientar que, pela amplitude do tema, a pesquisa revelou certos limites. A escolha de trabalhar dois aspectos da militância feminina fez com que assuntos relevantes não fossem abordados em sua profundidade, como a questão do exílio, da tortura, da vida conjugal, da sexualidade e a profissionalização política. Buscou-se explorar a vivência dessas mulheres na militância, com o objetivo de descortinar a vivência de gênero nas organizações de esquerda e dentro dos porões da ditadura.

As experiências foram diferenciadas, portanto, as narrativas e vivências do período estão longe de serem homogêneas. Os anos que se seguiram ao golpe de 1964 viram o surgimento de grupos guerrilheiros, alguns em clara oposição ao já existente PCB – um campo defendia a transformação social pela força das armas, enquanto o outro pela força das urnas. Antes de pensar na existência de um processo comum envolvendo os movimentos armados de esquerda e o PCB dentro da resistência à ditadura militar, foi preciso entender que havia diferenças entre essas organizações. Essas diferenças não aparecem somente no campo político, influenciando também o cotidiano de suas respectivas militantes. Contudo, as divergências de ações políticas se igualavam num projeto coletivo e no combate a um inimigo comum – a ditadura.

Embora divergissem em suas opções políticas, as guerrilheiras Rosalina, Criméia, Maria Amélia, Jessie Jane e Victória e as pecebistas Thereza, Lígia e Felisberta encontram em suas trajetórias de vida um ponto em comum: a questão de gênero. Durante as décadas de 1960 a 1980 no Brasil, as mulheres estavam submetidas a um processo de socialização desigual e hierárquico. Evidente que o machismo não é fruto do regime militar;<sup>377</sup> segundo Colling, “o discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecê-la [a mulher] e desqualificá-la como sujeito político”.<sup>378</sup> O machismo era, e ainda é, uma questão que está posta em toda a sociedade, inclusive nas organizações de esquerda, que delimitavam o espaço a ser ocupado pelas mulheres. Dessa forma, as questões de gênero perpassam todas as esferas sociais e têm como pano de fundo as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

As representações dessas relações de poder são incansavelmente repetidas em todos os depoimentos. Ao ultrapassar os limites estabelecidos pela sociedade machista, elas enfrentaram a desqualificação e desconstrução de sua condição de mulher.

---

<sup>377</sup> É importante destacar que os militares fizeram uso da condição de gênero no processo de repressão.

<sup>378</sup> COLLING, 2004, p. 9.

Conscientemente ou não, todas, à sua maneira, contestaram esses limites ao adentrarem na esfera pública.

A contestação da dicotomia que separa público e privado é destaque na narrativa da história de vida dessas militantes, pois essa mesma ambiguidade transpassa para as relações de poder que separa homens de mulheres. O espaço público político é reconhecidamente masculino, enquanto à mulher resta a maternidade e o cuidado com o lar, ligando-as à esfera privada. Nas palavras de Colling:

Ao feminino, caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição, é destinado o espaço privado; ao masculino, cultura, política, razão, justiça, poder, o espaço público. O homem público sempre foi reconhecido pela sua importância, participando das decisões de poder. Já a mulher pública, sempre foi vista como uma mulher comum que pertence a todos, não célebre, não ilustre, não investida de poder.<sup>379</sup>

Entretanto, como dito, essa contestação não se dava de maneira uniforme. Cada organização tinha suas peculiaridades e essas peculiaridades perpassavam as relações de gênero. A guerrilheira Jessie Jane coloca a questão de gênero como um anacronismo que não fazia parte da pauta revolucionária. Rosalina tem o mesmo olhar. Para ela, o feminismo não era um dever revolucionário, entretanto, reconhece que era algo implícito dentro da organização. Criméia, por outro lado, relata o enfrentamento para incluir na pauta da revolução as questões específicas da mulher, que eram vistas pelo partido como questões burguesas, que dividiriam a classe operária, tirando o foco de lutas mais amplas:

O feminismo no Brasil, ele toma forma através da esquerda [...] que não estava muito vinculada a partido político. Porque os partidos resistiram o quanto puderam ao feminismo. Então são essas, que estão meio soltas, porque você vai ver que, no movimento feminista, se junta tudo, trotskista, anarquista, comunista do B ou sem do B, está me entendendo? Junta tudo, e brigam, é claro [risos], mas estão todas juntas, uma causa em comum. Em todos os partidos elas sentiam problema, então elas tinham algo em comum.<sup>380</sup>

As comunistas “sem do B” a quem Criméia se refere são as militantes do PCB. Criméia está certa quanto ao feminismo ser um ponto de convergência entre as militantes das mais diversas organizações. A resistência em aceitar o feminismo não foi

---

<sup>379</sup> COLLING, 2004, p. 5.

<sup>380</sup> ALMEIDA, Depoimento, 2014.

exclusividade das organizações de luta armada. Segundo Colling, a esquerda tendia a ignorar a diversidade das pautas específicas:

Na história do regime militar brasileiro, como em todos os projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos ocorre de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: situação e oposição, igualando-se os sujeitos. A esquerda tradicional repete a mesma fórmula: ou se é sujeito burguês ou proletário. As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Estes dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam. Nesta medida, institui-se a invisibilidade da mulher como sujeito político.<sup>381</sup>

No PCB, mesmo de maneira mais velada, os ideais feministas também não despertavam consenso. Em documento de 1947,<sup>382</sup> o partido já demonstra a dificuldade em superar os papéis tradicionais legados à mulher. O documento fazia restrições à emancipação feminina, que tinham suas exigências reduzidas para que a militância não atrapalhasse as tarefas domésticas. Uma possível leitura é de que a militância podia atrapalhar a estabilidade familiar. Esse ponto de vista manifesta-se frequentemente nas expressões do cotidiano e no depoimento de suas militantes. Thereza, por exemplo, atesta: “a mulher era um indivíduo, uma criatura de segunda classe, isso era muito nítido. Também, de vez em quando podia ser vista como um objeto sexual dependendo da hierarquia, isso sempre teve e continua tendo”.<sup>383</sup>

Mesmo após abrandamento da postura do partido e reconhecimento da importância da incorporação de pautas acerca da condição da mulher,<sup>384</sup> questões que tangem o universo feminino continuam subordinadas às questões mais gerais, consideradas prioridades pelo partido, conforme apresentado na fala de Lígia:

Nessa época da ditadura, esses grupos eram vistos até pela direção como uma coisa de menos importância, que o mais importante era combater a ditadura. Mas para algumas mulheres, como eu, era

---

<sup>381</sup> COLLING, 2004, p. 7.

<sup>382</sup> Ver documento **Marcha Para um Grande Partido Comunista de Massa**, de 1946, item “Acelerar a Organização de um Poderoso Movimento Feminino de Massas”.

<sup>383</sup> MENEZES, Depoimento, 2014.

<sup>384</sup> Após o golpe, o partido passa a se relacionar mais diretamente com o feminismo e a incorporar mais mulheres em seus quadros (ver item 3.2).

importante combater a ditadura e era importante também a questão do feminismo, entendeu?<sup>385</sup>

Ainda segundo Lígia, a incorporação de pautas feministas só ocorreu após muita pressão das mulheres do partido. O fato é que organizações como o Centro da Mulher Brasileira foram de suma importância para inserir a mulher no debate público. Dessa forma, é relevante o papel desempenhado pelo CMB para consolidação e legitimação de pautas que tangem o universo feminino dentro do PCB.

Os relatos de preconceito motivados pela condição de gênero são unanimidade tanto entre as guerrilheiras quanto entre as militantes do PCB, ao relatarem a ausência de mulheres no Comitê Central e em cargos diretivos. Entretanto, na década de 1960, era visto com considerável normalidade que as mulheres não participassem do debate público. Desse modo, são dignas de mérito as mulheres que ousaram enfrentar tais adversidades. Valores conservadores predominavam durante as décadas estudadas (1960-1980), e as militantes também eram alvo de juízo de valor com base na moral e nos bons costumes – o comportamento da militante era visto como desviante e criminoso pela maioria da sociedade.

Adentrar no espaço público significava também, aos olhos da sociedade, renunciar a “ser mulher” e a seu lugar socialmente estabelecido. Enfrentar essas barreiras no campo das ideias trouxe para algumas das depoentes também cicatrizes físicas, como foi o caso da tortura e da vivência da maternidade.

A barreira sexual historicamente imposta às mulheres fez com que o corpo feminino sempre fosse objeto de curiosidade. Durante a ditadura, o corpo foi também instrumento de tortura, além de uma maneira de reforçar as relações de poder para além da de torturador e torturada, mas também de homem e mulher. Como afirma Joffily:

Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero.<sup>386</sup>

Na tentativa de devastá-las como mulher, a ditadura encontrou na maternidade uma maneira de torná-las vulneráveis, fazendo ameaças constantes aos seus filhos. “O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos

---

<sup>385</sup> COELHO, Depoimento, 2014.

<sup>386</sup> JOFFILY, 2010, p. 228.

torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais.”<sup>387</sup>

Se por um lado a maternidade foi usada pela ditadura como mais um mecanismo de tortura e repressão, por outro ela aparece em alguns depoimentos como redenção e resposta de vida frente aos horrores da ditadura.

A maternidade mexe com a subjetividade *do ser mulher*, fazendo com que cada uma das entrevistadas tenha vivido esse momento de maneira muito particular. Entretanto, na análise memorialística, essa questão aparece em todos os depoimentos acompanhada da problemática de ser militante e mãe ao mesmo tempo. O desejo de ser mãe demonstra que, ao mesmo tempo em que rompiam com o *status quo* do privado, mantinham o desejo de serem mães, o que forma um paradoxo entre a mulher política e progenitora. Para a maioria das depoentes, tornar-se mãe significou, em certa medida, diminuir as atividades políticas: algumas abriram mão da guerrilha, outras reduziram as atividades na intenção de conciliar a militância e as atividades de cuidadora. A questão da maternidade, portanto, é vista ora como empecilho, ora como desejo incontestável, de modo que não pode ser negligenciada em qualquer análise da vivência das militantes.

Essa conciliação da maternidade com a vida política é exemplo da contraposição burguesa que coloca público e privado em polos opostos. Nas narrativas do feminino, público e privado aparecem, muitas vezes, como conciliatórios, sendo essa, inclusive, bandeira do movimento feminista da época – *O privado também é político*. Transcender as barreiras do privado, tornando-o político, fez com que essas mulheres ganhassem espaço político e dessem voz às suas narrativas de vida. Ser mulher não significava que ficariam somente nas tarefas de retaguarda – elas atuavam em quase todas as frentes de resistência, enfrentando, além do regime, o machismo dentro e fora de suas respectivas organizações.

Ao final dessa pesquisa, percebe-se que, apesar das decisões políticas que distanciam as guerrilheiras das pecebistas, essas mulheres compartilhavam o mesmo objetivo - derrotar a ditadura militar, além do irrefutável vínculo pelo fato serem mulheres, o que faz com que suas vivências sejam análogas nesse tocante. Suas memórias encontram pontos de convergência e divergência. Assemelham-se na problemática de gênero e distanciam-se em suas referências partidárias e opções de luta.

---

<sup>387</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Resistência e Dor. In: MERLINO Tatiana; OJEDA, Igor (Org.). **Direito à Memória e à Verdade: LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO** – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010, p. 30.

Todas as militantes compartilham, no entanto, de uma certeza: *a ditadura militar foi a culpada pelas arbitrariedades cometidas contra a sociedade*. Em comum, essas militantes também têm a necessidade de narrar, de registrar o que viveram – a tortura, narrativas edificantes, maternidade, machismo como se tivessem um compromisso com o futuro, de evitar que o passado traumático volte a invadir o presente. A elaboração de suas trajetórias é uma maneira de traduzir suas emoções, subjetividades e experiências passadas, transportando-as e dando sentido ao presente.

## Referências:

---

### Entrevistas:

ALMEIDA, Criméia Alice Schmidt de. Depoimento [mar. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. São Paulo, 2014.

COELHO, Ligia Martins. Depoimento [16 set. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, Rosalina Santa Cruz Leite. Depoimento [mar. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. São Paulo, 2014.

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes de. Depoimento [3 abr. 2014] Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

OLÍMPIO, Victória Lavínia Grabois. Depoimento [fev. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Depoimento [fev. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. São Paulo, 2014.

TRINDADE, Maria Felisberta Baptista Depoimento [23 set. 2014]. Entrevistadora: Denise Truguilho Rigonati. Rio de Janeiro, 2014.

### Filmes:

QUE bom te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. (100 min.), DVD, son., color.).

### Fundos documentais:

CEDEM. ASMOB. Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro. Disponível em: <<http://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/asmob/>>. Acesso em: 8 set. 2014.

Fundo: Juventude Estudantil Católica do Brasil, JECB. Listagem dos documentos da Ação Católica existentes no Instituto Nacional de Pastoral – INP/CNBB. Brasília, 1993 (datilografado). Inventário do Fundo Juventude Estudantil Católica do Brasil (JECB). Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da PUC-SP.

Fundo: Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Fundo: Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade Democrática. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Fundo: Polícia Política. Militantes Feministas. Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Projeto: Museu Virtual Bertha Lutz

Documento: Relatório de Bertha Lutz ao Ministério das Relações Exteriores sobre sua participação na Conferência do México, 1975.

Origem: Museu Nacional/UFRJ – Semear

Notação: Fundo Bertha Lutz [BR.MN.BL.0.FEM/239; Caixa 2, 134.244]

Observações: contém 7 páginas de manuscritos. Transcreveram-se o rascunho do relatório datilografado e parte do manuscrito. Transcrito por Teresa N. Marques

#### **Bibliografia:**

**A CLASSE OPERÁRIA**, maio 1969, p. 2. Disponível em: <[http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_51\\_378.pdf](http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_51_378.pdf)>. Acesso em: 29 dez. 2014.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: O cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Resistência e Dor. In: MERLINO Tatiana; OJEDA, Igor (Org.). **Direito à Memória e à Verdade: LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

ARAÚJO, Maria Paula. Uma história oral da anistia no Brasil: memória, testemunho e superação. In: MONTENEGRO, T. Antonio; RODEGHERO, Carla S.;

ARAÚJO, Maria Paula (Org.). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 61.

\_\_\_\_\_. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina. In: FICO, Carlos et al (Org.). **Ditadura e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ARRUDA, Aparecida N. P. de. **Mulheres e violência: memórias e lutas na cidade de Niterói**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

AVELAR, Alexandre de Sá. História, tempo presente e testemunho: ainda em torno dos limites da representação. **Maracanan**, Rio de Janeiro (UERJ), jan./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.academia.edu/7629900/Hist%C3%B3ria\\_tempo\\_presente\\_e\\_testemunho\\_ainda\\_em\\_torno\\_dos\\_limites\\_da\\_representa%C3%A7%C3%A3o](http://www.academia.edu/7629900/Hist%C3%B3ria_tempo_presente_e_testemunho_ainda_em_torno_dos_limites_da_representa%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

BACK, Lilian. **A Seção Feminina do PCB no Exílio: Debates entre Comunismo e Feminismo (1974-1979)**. Dissertação (mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BANDERA, Vinicius. A ditadura caça o PCB: um recorte do período autoritário pós-64. **Cadernos Cedem**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B8\\_gvWjrwU3ZZHRDanZoX3labFE/edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZZHRDanZoX3labFE/edit?pli=1)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BARRETO, Thais. Militares que resistiram ao golpe de 1964. **Rede Democrática**, 18 nov. 2013. Disponível em: <[http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=5465:militares-que-resistiram-ao-golpe-de-1964&tmpl=component&print=1](http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=5465:militares-que-resistiram-ao-golpe-de-1964&tmpl=component&print=1)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: 1. Fatos e Mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CARONE, Edgar. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Editora Globo, 1998. CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. **Os comunistas e a questão da mulher**. São Paulo: Cerifa/Novos Rumos, 1982.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

\_\_\_\_\_. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. VIII CONGRESSO LUSO, AFRO, BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Coimbra, 2004.

COMITÊ CENTRAL DO PCB. **A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB**. Maio 1979. Disponível em: <<http://www.instituto-zuleika-alambert.org/products/a-condi%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-e-a-luta-para-transforma-la%3A-vis%C3%A3o-e-politica-do-pcb/>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

COSTA, Albertina de Oliveira et al (Coord.). **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. Rio de Janeiro: Editora Niterói, 2005, v. 5.

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PCB (MARÇO DE 1958). Disponível em: <[http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate](http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate)>. Acesso em: 28 nov. 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGC Editora, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012, p. 48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sigrillo. **O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FREITAS, Grilherme. Testemunho de três gerações da família Jaffe. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/03/16/testemunho-de-tres-geracoes-da-familia-jaffe-489920.asp>>. Acesso em: 4 jan. 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Martina Spohr. **Páginas golpistas: democracia e anticomunismo** através do projeto editorial do IPES (1961-1964). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. Fragmentos da la Memoria Coletctiva. **Revista de Cultura Psicológica**, México (UNAM), ano 1, n. 1, 1991.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOLMSTROM, Nancy. Karl Marx: Em quoi peut-il contribuer à comprendre le genre. In: DESCOUTURES, V. et al. **Sous les sciences sociales, le genre**. Paris: La Découvert, 2010.

IMPrensa POPULAR. Assembleia Estadual Contra a Carestia. 27 mar. 1954, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=108081&pagfis=5827&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo XXI, 2002.

\_\_\_\_\_. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, v. 48, n. 3, p. 555-569, 2011.

\_\_\_\_\_; HERSHBERG, Eric (Org.). **Construindo a Democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina**. São Paulo: Edusp, 2006.

JOFFILY, Olívia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à Ditadura Militar no Brasil 1964-1985**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

\_\_\_\_\_. Oban e DOI-CODI, elementos para um estudo. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Londrina, 2005. Disponível em:

<<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0728.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LACAPRA, Dominik. **Escribir la historia, escribir el trauma**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

\_\_\_\_\_. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEVI, Primo. **É isso um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, tradução de Luigi Del Re, 1988.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves. A tendência renovadora do PCB: atuação e programa político (1970-1983). XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Natal, 2013, p. 7. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932933\\_ARQUIVO\\_RicardoRALimaAtendenciarenovadoradoPCB.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932933_ARQUIVO_RicardoRALimaAtendenciarenovadoradoPCB.pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MECHI, Patrícia Sposito. Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil: meio século de disputa pela memória comunista. **Escritas**, v. 6 n. 1, p. 144-164, 2014.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à Memória e à Verdade: LUTA, SUBSTANTIVO FEMININO – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

NERUDA, Pablo. **Canto Geral**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989)** In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os Excluídos da História**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1947/democracia/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996.

\_\_\_\_\_. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schimidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. As comunistas e o feminismo. **Perseu**, ano 7, n. 9, 2013, p. 137. Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu9.ribeiro\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu9.ribeiro_0.pdf)>. Acesso em: 1 dez. 2014.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 2. sem. 1990.

\_\_\_\_\_. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. **Esquecimento das memórias**. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. V. 4: O tempo da ditadura – Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG, 2007.

Lincoln Secco. **Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias**. São Paulo, Cortez, 2002.

SCHUMACHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade – biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCOTT, J. W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, vol. 91, nº 5. (Dec.,1986), pp. 1053-1075.

SEGATTO, José Antônio. **Breve história do PCB**. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

\_\_\_\_\_. A Valorização da Política na Trajetória Pecebista. In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (Org.). **História do Marxismo no Brasil**, v. 6. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Ideologia, Política e Revolução. **Cadernos AEL**, n. 2. 2012. Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/viewFile/135/143](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/135/143)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2008.

\_\_\_\_\_. **Testemunho da Shoah e literatura**. Disponível em: <[http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula\\_8.pdf](http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2015.

SILVA, Valdir Pierote; BARROS, Denise Dias. Método história oral de vida. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castello a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. Mulheres e Biografia. Significados para a História. **Locus – Revista de História**, v. 9, n. 1, 2003.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. Entrevista. In: GÓIS, João Bôsko Hora; QUADRAT, Samantha Viz. Militância Política e Gênero na ditadura brasileira: Entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 23-41, 1. sem. 2008.

\_\_\_\_\_. Anistia no Brasil: um processo político em disputa. In: PAYNE, Leigh A.; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. (Org.). **A Anistia na Era da Responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Círculo do Livro, 1928.

## **Anexos**

### **Abreviaturas e Siglas:**

AFF: Associação da Mulher Fluminense

AI: Ato Institucional

ALN: Ação Libertadora Nacional

AP: Ação Popular

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNM: Brasil Nunca Mais

CCC: Comando de Caça aos Comunistas

Cenimar: Centro de Informações da Marinha

CGG: Comando Geral de Greve

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CMB: Centro da Mulher Brasileira

Colina: Comandos de Libertação Nacional

DOI –Codi: Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

Dops: Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DVP: Dissidência da VAR-Palmares

FLN: Frente de Libertação Nacional

G11: Grupos de Onze

JUC Juventude Universitária Católica

LO: Liga Operária do Partido Socialista dos Trabalhadores

MAR: Movimento de Ação Revolucionária

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MPL: Movimento Popular de Libertação

Molipo: Movimento de Libertação Popular

MR-8: Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Oban: Operação Bandeirante

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

POC: Partido Operário Comunista

Polop: Política Operária

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PUC: Pontifícia Universidade Católica

Rede: Resistência Democrática

VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

UDN: União Democrática Nacional

UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE: União Nacional dos Estudantes

USP: Universidade de São Paulo

**Amostra de transcrição de entrevista:**

Rosalina Santa Cruz Leite

Nascimento : 1945

Militante da Var-Palmares e AP

Duração da entrevista: 01:13:11

Entrevista realizada em março de 2014, na residência da entrevistada, em São Paulo.

O *itálico* e as iniciais D.R. foram utilizados para destacar as falas da entrevistadora Denise Rigonati. As iniciais R.S.C. foram utilizadas para destacar as falas de Rosalina Santa Cruz Leite.

*D.R. Para iniciar, eu gostaria de perguntar um pouco da sua infância, sobre o seu relacionamento com seus pais e como foi seu primeiro contato com a militância política?*

R.S.C. Meu contato com a militância política se fez, como muitos jovens da minha geração, através da igreja. Eu sou de uma família de classe média, de Pernambuco, morava em Olinda, minha família sempre morou em Olinda. O meu pai era médico sanitário, a minha mãe era do lar né.

Eu fui estudar em um colégio de freiras beneditinas de Olinda, Santa Gertrudes, e lá eu tinha um contato muito claro com a pobreza, porque em Pernambuco, no Nordeste, classe média e pobreza são muito separados né. As freiras faziam lá um trabalho de assistência

social, isso eu estava no ginásio, no ensino fundamental, tinha treze ou quatorze anos. As feiras nos levavam para dar catecismo nas favelas, lá chama “nas palafitas” de Recife.

No contato com essas pessoas, eu comecei a ter um sentimento de quanto a sociedade é injusta né. Meninas da minha idade não tinham acesso ao que eu tinha como educação, saúde, vestimenta e tudo. Com isso eu fui começando a questionar essa injustiça social, mas tendo uma resposta religiosa. Com a resposta religiosa, fui levada a caridade. Fui Luíza de Marillac, sei lá, um tipo de filha de Maria.

Eu fui questionando os próprios dogmas da igreja. Como é que se justificava a pobreza pela própria igreja. Com isso, eu comecei portanto a minha primeira inquietação por justiça, por igualdade, por direitos, me veio nesse contato com a igreja como catequista. Com isso, eu comecei a entrar no grupo de jovens, que tinha na paróquia do meu bairro. Era um grupo de jovens com a mesma orientação. Só que aí eu comecei a descobrir o pessoal que ia lá e já tinha uma formação, era o pessoal ligado a juventude estudantil católica, era a JEC. Depois eu tive contato com o movimento da igreja progressista, que foi muito forte no Recife.

Com isso, durante já o colegial, eu tinha uma relação com a JEC. Comecei a ler uns livros que buscavam juntar, esses livros que eram bem presentes naquela época, onde se pretendia a Igreja Católica, que tentava juntar Marx e Cristo. Já se falava que existia uma doutrina social e os dogmas católicos, dizia até que ponto podiam se juntar em nome da justiça.

Entrei na faculdade um pouco antes do golpe, um ano antes do golpe. Participei do PPC, era o CCC, opa, do CPC, era Centro Popular de Cultura. Tive contato com Paulo Freire, que era professor de minha universidade. Comecei a ter contato com a teoria de libertação, mas também com o método de educação Paulo Freire. Comecei a trabalhar com educação popular, de rua. Fiz teatro universitário, participei da montagem de “Morte e vida Severina” em Recife. Com essa visão, ainda católica, passei, entrei na universidade e comecei a participar da AP.

*D.R. Qual Universidade?*

R.S.C. Universidade Federal de Pernambuco, primeiro a Escola de Serviço Social de Pernambuco, que depois vai se tornar a Universidade Federal de Pernambuco. Na Faculdade de Serviço Social, durante esse período, fui vice-presidente do Centro Acadêmico.

Fui para os Estados Unidos pela UIP (Associação Interamericana), que levava jovens, levou naquela época, com jovens Brasileiros para Harvard, para conhecer. Fui junto com Ruy Frasso, que é um desaparecido político de Recife; com Roberto Freire, que depois se tornou, que era na época do PCB e outros. O Aloisio Nunes aqui de São Paulo também foi, um ano depois; o Vicente Patresi também foi e muitos outros jovens que depois se tornaram lideranças políticas. Então, foi por aí. Aí terminei a faculdade militando na AP, na AP de Recife. Militando na AP marxista-leninista. Antes que a AP fizesse o racha para o PCdoB, eu já estava no Rio de Janeiro, já tinha ido à Venezuela em um curso de pós graduação e já estava no Rio.

Quando eu fui para o Rio, em 68, eu entrei em contato com um grupo de camponeses da Baixada Fluminense, que estamos hoje buscando identificá-los, que foram presos na guerrilha da VAR. Foi aí que eu comecei a me envolver, com esses camponeses. Com esse trabalho lá em Cachoeira do Macacu que eu comecei a me envolver mais diretamente e me questionar até que ponto a luta de massas era uma luta muito demorada.

Comecei a ler os defensores da luta armada da época, Chiapi, o próprio Douglas Bravo, o pessoal que defendia o foquismo, que é o Debret. Com isso, na época, havia uma grande efervescência, luta armada já em decadência na América Latina. A Argentina, o próprio Uruguai tinha os tupamaros, na Europa tinha o Comando Vermelho da Alemanha, nos países baltos tinha o ETA, tinha, na Colômbia, a FARC. Quer dizer, no mundo, naquele momento, se definia que a luta armada era o caminho revolucionário.

Frente a tudo isso, eu tinha passado três meses na Venezuela, onde Douglas Bravo tinha uma guerrilha em andamento por lá. Então me encantou a saída armada como uma saída factível, não é? Inclusive porque não era uma saída só do Brasil e latino-americana, não era só um grupo de estudantes que estava pensando isso, era o mundo. Em uma posição contra a União Soviética, contra a política da União Soviética, que era uma política massiva, que tinha uma hierarquização muito forte.

Então eu estava pensando em uma coisa de nova esquerda, inclusive semelhante à New Left americana. Nós ouvíamos o tempo inteiro a rádio de Cuba, mas, principalmente, a Radio Tirana, e foi aí que se forjou o desejo da luta armada. Passei para a luta armada junto com os camponeses e passei a atuar, muito envolvida, muito comprometida, na Vanguarda Revolucionária de Palmares.

*D.R. Já no Rio né?*

R.S.C. Já no Rio. É através do meu processo na VAR que eu fui presa depois, cumpro pena através das minhas ações da minha militância na VAR-Palmares.

*D.R. Quais suas principais influencia, além da igreja desse período inicial. Quais as suas principais influências quando já estava na AP e na VAR? E quais eram as principais demandas?*

R.S.C. As influencias teóricas, como eu falei, eram marxistas. Eu não lia só o Marx, como também a influência daqueles que pregavam a luta armada. Desde Giap, o próprio Mao Tsé-Tung, o Regis Debray, que é um ativista da França, e os livros todos que defendiam essa concepção armada. Tivemos também a influência da Radio Tirana, que falava da efervescência da luta revolucionária. No Brasil, teve também a influência dos textos dos companheiros, do que se vinha falando em Cuba né. Naquela época, Cuba tinha um lema, que nos atingiu no sentido de se formar um, dois, três Vietnam. E a guerra do Vietnã, a vitória dos vietcongues, nos apontava também pra luta armada. Então essas foram minhas grandes influências, e o marxismo que a gente não lia na faculdade, mas nos grupos de estudos, Marx que alimentou a esquerda dessa época né.

Quando você fala de demandas é a nível de ação? Ação, naquela época, ação política nos levava a ter uma visão intelectual, de buscar respostas, análise do que seria a revolução na sociedade capitalista. Nós na VAR tínhamos toda uma concepção de que a revolução era uma revolução do capital, que nós não éramos um país feudal, negávamos as teses que diziam isso, portanto, como não éramos um país agrário, éramos um país em desenvolvimento do capitalismo, nossa revolução não seria campesina, seria uma revolução cubana, onde você tinha áreas guerrilheiras, mas não no sentido de cerco a cidade, mas no sentido da alimentação da relação entre campo e cidade, a revolução se travaria na cidade. Era muito mais próximo da Revolução de Cuba do que de uma visão chinesa.

As demandas eram essas, se infiltrar no povo, mas com ações armadas, porque tínhamos muito mais em mente o modelo cubano, onde se fez a revolução com poucos quadros, enxuta, mas quase que como um golpe nas cidades. As ações da esquerda eram assim, ações propagandistas, como foi a tomada da Rádio Nacional.

*[A entrevista foi interrompida por uma ligação]*

*D.R. Resistir na ditadura militar muitas vezes significou o afastamento da família, dos filhos e de amigos. Como foi para você viver isso?*

R.S.C. Eu não vivi muito isso, porque eu entrei na VAR em 1969, mas eu estava no Rio de Janeiro, já morava sozinha com umas amigas e não entrei na clandestinidade. Até o dia em que eu fui presa, eu tinha relações de trabalho. Embora eu tivesse uma militância ativa, eu tinha uma dupla vida. Quando eu voltei da Venezuela, passei a ser funcionária do Banco Nacional de Habitação, fui convidada para ser assistente social lá. Sai de Recife, fui morar sozinha no Rio, fui trabalhar no Banco e era dirigida por um coronel. Eu ia lá, sentava no banco e depois ia fazer ações externas, eu tinha uma vida dupla. A gente tinha um apartamento que morava eu e meu companheiro, que também era da VAR. Nosso apartamento foi gráfica da VAR, lá aconteciam até congressos e encontros da VAR, levávamos companheiros que estivessem doentes. Mesmo em ações armadas da VAR, o apartamento servia meio que de cobertura legal. Tínhamos um carro, com um motorista legal, que era o meu marido, isso dava a possibilidade de a gente transitar e tudo. Até a gente ser preso, nós tivemos a nossa identidade legal preservada, éramos uns dos poucos que tinham isso. Isso foi muito importante pra gente e pra organização.

*D.R. Não chegou então a viver na clandestinidade?*

R.S.C. Não, eu vivi uma vida clandestina junto com a vida legal. Claro que eu me separei da minha família, porque eu estava morando no Rio, mas isso existia independente da minha vida política né. Eu queria sair do Recife, queria viver sozinha, queria transar sem casar, eu queria viver a liberdade. Eu vivi isso sem ter o peso de viver inteiramente clandestina, mesmo rodeada de clandestinos, de gente que ficava na minha casa armada.

*D.R. Você falou eu viver a liberdade, como você viveu a liberação feminina, sexual, até mesmo das drogas?*

R.S.C. Isso eu vivi de verdade somente após a luta armada, porque na luta armada, o principal objetivo de nossa vida era fazer a revolução, era a militância. Militávamos também vinte e quatro horas né, então, essa questão mesmo, eu acho que a esquerda tinha um certo preconceito em relação as drogas. Eu acho que feminista sempre fui, eu vinha de uma família onde minha mãe sempre nos disse: - Lugar de mulher não é na cozinha, nem na sala bordando. Mulher é na rua, nas universidades. Ela sempre nos estimulou a ter uma autonomia, uma independência enquanto mulheres. Então sempre me encantei com os escritos autobiográficos de Simone de Beauvoir. Eu li muito cedo “Memórias de uma moça bem comportada” e era o meu padrão de mulher, ser livre, não ter uma única relação, ter uma liberdade com o mundo, com o casamento e família, essas coisas. Isso

era, pra mim, uma coisa muito forte, essa influência. Mas dentro desse momento de luta armada, eu vivi um casamento extremamente monogâmico, uma vida onde éramos um casal e a ação política era a coisa mais importante, não queríamos ter filhos naquele momento. Eu cheguei a fazer um aborto para não ter filho, porque impediria a minha liberdade em relação à luta armada, isso até ser presa né.

Quando eu fui presa, passei um ano e dois meses na cadeia. Diante da prisão, da incapacidade que é você acreditar que é possível transformar o mundo, com aquele projeto que nós tínhamos. Quando eu fui presa, o projeto político de luta armada já estava derrotado. Quando saí da cadeia, retomei a minha vida em São Paulo. Fui casada, resolvi ter filhos, tive o meu primeiro filho foi quando sumiu o meu irmão.

Fui presa novamente, vou ser presa duas vezes. Naquele momento histórico, você dificilmente conseguia escapar da morte. Então escapei, sobrevivi e aí eu passei a ter uma militância feminista muito forte, muito intensa, muito apaixonada. Foi uma mudança muito forte na minha vida, aí eu vivi tudo o que os ideais feministas preconizavam né. Política por prazer, alegria, capacidade de você mudar o mundo mudando suas relações pessoais, então eu me relacionei com tudo de uma forma muito intensa né. Tive relações paralelas, relações com mulheres eu não tive, porque aquilo não era meu desejo, mas relações com muitas companheiras lésbicas. A militância se tornou uma coisa muito mais alegre. Eu participei ativamente do Brasil Mulher, do início do feminismo aqui. No contato com as mulheres da periferia, descobri que a sexualidade e discussões como essas não tem tanta importância, como discutir a igualdade, a justiça, a igualdade. Foi uma mudança muito significativa.

Também, me tornei professora da Universidade mais ou menos na mesma época, deixando a prisão. Tenho dois livros publicados com estudos feministas. O feminismo e a prática pedagógica, o trabalho com os alunos, é. Esse trabalho com a juventude, quando eu era jovem e depois, quando eu era mais velha, com a juventude, me realimenta muito. Acho que é muito importante você ter uma prática revolucionária e ter junto essa prática de transformação pessoal, de realimentação pessoal. Foi o que me deu a maturidade, que foi a relação com os filhos também, sou mãe de três filhos, foram relação de amor, sexualidade e política.

Eu fui candidata a deputada estadual também, em 87, não, 86. A minha campanha era uma campanha feminista, apoiada pelas feministas de São Paulo. A gente intitulou a campanha “Sem Paixão Não Dá”. Minha campanha tinha todo um eixo de defesa do aborto, defesa das relações entre homem e mulher como relações igualitárias, a

priorização do afeto e da cumplicidade na política. Nossa campanha foi pelo PT. Foi uma campanha que se tornou muito emblemática na época, que era discutir a feminilização da política, com esse lema, vamos tornar o que é feminino, não no sentido fraco, mas no sentido forte do ser mulher, para a política né. A política para as mulheres tem que ser anti-sociedade patriarcal, anti-machista. Toda a ideia de mudança de valores, de qualidade na relação entre homem e mulher foi também muito importante pra mim.

Depois disso, eu fui secretária municipal da assistência social de São Paulo, que foi também uma experiência enorme depois de tudo que eu tinha passado na vida. Eu fui secretária municipal de assistência social da maior cidade do Brasil e da América Latina né, no primeiro governo petista dessa cidade, que foi o governo da Luiza Erundina. Aprendi o outro lado, o que é você ser vidraça, quando a gente era estilingue né.

Então toda a concepção, a mudança de ver como se constrói política social, as dificuldades da participação popular, a dificuldade de se governar uma cidade. Nós, governo, estamos à frente de uma cidade onde impera o capitalismo, onde as relações de fundo são relações de um sistema cruel, covarde, de exploração e opressão. Como você, como gestor desse sistema, pode, mesmo sendo de esquerda, tem muitos limites né, mas tem também possibilidades.

*D.R. Voltando um pouco, para a VAR e para a AP. Na hora da divisão das tarefas da organização, havia alguma diferença motivada pelas questões de gênero? Isso era perceptível?*

R.S.C. Era perceptível, claro. Principalmente na VAR, na luta armada e na AP, os companheiros que ali estavam, eles eram formados e formatados em uma sociedade machista, portanto, reproduziam esse comportamento, muitas vezes de forma não racional. Também nós reproduzíamos os comportamentos machistas. As ideologias dos dominantes não são só passadas para os dominados, não são passadas principalmente pelos dominantes, elas são passadas pelos dominados. Os dominados são os que introjetam e reproduzem muito, em parte, a ideologia dos dominantes, então nós, mulheres, também não tínhamos uma forte disputa do nosso espaço dentro dessas organizações. Mas eu própria tinha uma militância igual à do meu companheiro, nunca eu senti o meu companheiro me dominando. Tínhamos relações muito igualitárias naquela época, eu e o meu companheiro, o privado das nossas relações.

No partido, eu acho que o partido era masculino. As organizações eram masculinas, as mulheres ficavam sempre na retaguarda, na ação de fazer a infraestrutura, de compor

fachada, isso era muito forte. Até a guerrilha dava essa desculpa, de que a mulher no campo menstruava, era mais sensível, que não tínhamos muita resistência física, que é uma coisa machista né.

Várias formas de dizer que a mulher tinha um papel secundário, mas eu acho que isso não foi tão forte em organizações urbanas como era a VAR. Porque as meninas, nós mulheres que fomos pra VAR, que até por optarem por estar na clandestinidade, na luta armada, era uma vanguarda das mulheres, eu pelo menos. No meu colégio, que eu te falei, das freiras beneditinas alemãs, todas as meninas que estudaram comigo no colégio normal, todas casaram-se com pessoas ali da cidade, da região, fazendeiros, médicos, engenheiros. Casaram-se todas e foram ser donas de casa, poucas, duas ou três como eu, saíram para fazer universidade. Quando eu fui secretária, um grupo de pessoas, de mulheres, dessas companheiras, dessas colegas de Recife se juntaram e vieram aqui dizer: - Mas você, foi rebelde desde menina. A gente se lembra que você fez isso, fez aquilo. Coisas que eu não me lembrava, que elas se lembravam, porque aquela vida delas tinha se encerrado no dia em que elas casaram. Tinham que ficar criando filhos, uma comprou uma kombi para dirigir, que era maior sucesso, porque tinha seis filhos. Elas não imaginavam que eu tinha sido presa, que eu agora era secretária, elas vieram aqui saber, me reconhecer.

Então eu acho que a maioria das mulheres que optaram pela luta armada eram mulheres que já tinham padrões diferentes daquelas, que ficaram em casa, que se casaram e tal. Isso levou que essas mulheres tivessem, eu acho, que um patamar diferente, comportamentos feministas que eles não podiam nem saber, muito forte. Muitas das mulheres que estavam ali perderam em pouco tempo os seus companheiros, seus casamentos e tinham que rapidamente viver clandestinas. Tinham que viver em um aparelho com outro homem, companheiro, mas homem, que ela nem mesmo conhecia, pra conviver na mesma casa, fingindo ser marido e mulher. A própria solidão, distanciamento da família [áudio ruim]. A abertura sexual, da sua sexualidade, muito diferentes das mulheres de seu tempo, de sua geração. Também as ideias que a gente ia construindo nessa convivência, você perdia tudinho ali, você podia ficar com o companheiro, jovem, bonito, que você sentia tesão e nada te impedia que você comece a se relacionar com ele, e daqui a pouco com outro. Isso foi [áudio ruim].

Embora tenha machismo, tem um avanço em relação às mulheres do seu tempo muito grande né. Por exemplo, era uma época onde a virgindade era uma coisa, que a maioria das mulheres não casavam virgens, casavam com seus primeiros companheiros, seus namorados, seus noivos. Nós não, nós que fomos para a luta armada, eu mesmo queria,

que antes precisava ter relações afetivas, achava isso um avanço, ter uma relação que não fosse com o meu namorado. Eu e muitas outras mulheres, por conta dessa vivência da luta armada, embora não pode-se dizer que isso fosse inteiramente consciente ou fizesse parte da luta política. Isso eu acho que a gente só viu olhando depois aquele tempo.

*D.R. O feminismo não era uma bandeira?*

R.S.C. Não era uma bandeira e não era algo que fosse reconhecido por homens e mulheres como um dever revolucionário. Estava implícito, acontecia. Tem o filme lá da Lúcia Murat, “Que bom te ver viva”, que mostra aquelas mulheres todas, as seis mulheres. Nenhuma tem uma vida certinha e todas tem uma certa redenção com a maternidade, mas não uma maternidade como as mulheres da nossa geração tinham, protegida, todas tiveram vários relacionamentos, eu acho isso né. Penso até em um fazer uma reflexão mais profunda sobre isso, porque às vezes a gente tem uma análise muito rasa, de que eram machistas os homens e não éramos submissas, isso não é verdade.

Tem a história emblemática da Iara Iavelberg. Iara é uma mulher extremamente feminista, ela pode ter tido com o Lamarca uma relação, que, ali se parecia uma relação de dominação, mas não era, eu acho que não era. A Iara era muito diferente da mulher do Lamarca, em concepção de vida. Embora tenha seguido o Lamarca, quase abdicando sua própria vida e a sua própria definição política né. Então eu acho que é uma coisa para se pensar isso.

*D.R. O seu companheiro você conheceu na VAR?*

R.S.C. Não, o meu companheiro eu conheci na AP, quando cheguei no Rio. Ele era aqui de São Paulo, eu era do Rio, a gente se conheceu no Rio. Fomos juntos para a VAR, fomos juntos presos, fomos juntos soltos.

*D.R. Como se davam os relacionamentos?*

R.S.C. Eu tive um relacionamento monogâmico no início. Depois da cadeia, nós passamos a ter um relacionamento aberto. Era uma coisa muito comum na nossa geração, porque líamos e tivemos uma influência muito forte do Barash. Toda a nossa geração leu quando ele dizia das relações paralelas, que era importante um relacionamento principal, que ninguém é dono de ninguém, que afinal a fidelidade é uma bobagem e que é algo do capitalismo. Porque as relações são livres e você pode, porque não, se você não é dono

do outro, pode viver sentimentos. Todo mundo tem que se permitir ter outra pessoa que não seja o marido, e porque não viver isso?

Então nós começamos a viver, eu e o Geraldo, isso como muito verdadeiro. Tínhamos já três filhos de uma relação de quase vinte anos. Nos separamos, porque, na sociedade que se vive, e mesmo a nossa condição humana, isso é uma coisa muito difícil de se viver. Essas relações trasversalizam outros sentimentos, vejo isso nos meus filhos, que tem relacionamentos super monogâmicos, possessivos.

É uma relação depois da outra, essas relações paralelas, foi um momento da nossa geração. Isso é pouco explicado, a gente não tem pensado sobre isso, refletido mais profundamente, a análise que se faz sobre isso é muito mais descritiva. São relações que nós sabemos, porque conhecemos, mas não existe uma reflexão profunda sobre isso, existe uma constatação. Nessa época, havia também no mundo inteiro uma ideia de relações abertas, casamento aberto e de que isso não é nenhum sentimento de não fidelidade. É fidelidade a si próprio, que poderia ter relações, que não ferem as relações do outro. Já que são duas pessoas diferentes, são três pessoas diferentes, quatro pessoas diferentes. Por que tem que ser uma pra uma e não uma para todas, sem que levasse a interferência dessas relações? Se a gente acha que não está desrespeitando o outros, mas está respeitando a você próprio, os seus próprios sentimentos.

Aí tinha toda uma relação, até que ponto podiam ser verdadeiras, transparentes, todas essas relações. Nos machucamos, sofremos com a experimentação dessa verdade. Talvez nunca pensemos, talvez isso não fosse possível. Porque vivemos em uma sociedade capitalista, preconceituosa e que permeia essa ideologia da família burguesa, que é importante para a sociedade ter o seu equilíbrio do capital. Penetra tanto na gente que, por mais que a gente tente mudá-la, ela está nas nossas cabeças, nos nossos sentimentos. Isso foi o grande problema dessa geração que tentou viver isso.

Logo depois, essas ideias passaram a ser atrasadas ou antigas, e a nova geração retomou o casamento, na sua forma tradicional, a fidelidade. Ninguém acha um absurdo se a uma moça chegar e um rapaz e falar: - Olha, eu estou me casando, eu quero que esse casamento seja único, eu vou ser fiel a ele pelo resto da minha vida. Isso não vai ser considerado uma coisa babaca, na minha geração era, para mim era. Por isso nós nem casávamos. Se casava todo mundo dizia, estão cumprindo alguma coisa da família de algum lugar, mas nossas relações não são abertas. A gente nunca chegava no altar e dizia: - Pro resto da minha vida, na saúde e na doença. Porque nós acreditamos nos sentimentos hoje, que também muda, se transforma. Isso hoje é uma coisa que virou antiga, de antigamente. Se

uma menina chega e diz que está casada a vinte e quatro anos com essa ideia, vão dizer, vão dizer que ela não gosta desse namorado, que esse casamento não vai dar certo, que é um absurdo. Pra nós não né.

*D.R. Isso mais dentro do seu grupo de convívio né?*

R.S.C. Isso, o que estou dizendo é dentro do meu grupo de convívio. Dentro do grupo de esquerda, da VAR, que estavam questionando o mundo. Isso também passava pela geração hippie, que também fazia esse questionamento da família monogâmica, da família tradicional, todos os comportamentos de valores burgueses né. Valores burgueses seriam os valores que vem, que estão presentes na formatação da família burguesa, da família tradicional. Que hoje eu vejo, meus filhos não têm família tradicional, mas não pensam assim. Quem da minha geração não tinha vivido isso, guerrilha e tal, casava de véu e grinalda né. Achava que isso era uma passagem, que íamos casar. Diferente ia casar no mar, na praia, no campo ou não sei o que, mas íamos de vestido branco, grinalda e não sei o quê. Não tinha isso, isso a gente rasgou naquele momento. Não é um dogma, a geração que faz isso hoje, tem um sentido para ela, criado por outra geração, porque a nossa não tinha. Não tinha da gente, por formas diferentes, usar uma aliança né, o que significava uma aliancinha? Nada, mas não usávamos né. Porque isso já significaria esse vínculo eterno, que nós não queríamos ter.

*D.R. Como você viveu a questão da maternidade?*

R. S. C. A maternidade, assim, eu não queria. Como eu disse, a primeira gravidez minha foi uma gravidez que eu, eu estava começando a morar junto, mas estava em plena luta armada. Quando descobrimos, foi o primeiro sentimento que todo mundo acho que tem quando fica grávida, de que podemos, de que força pode dar um filho. Depois desse primeiro momento, foi exatamente de que não podemos, não tem como ter um filho num momento como esse, em que a revolução é mais importante. Pra gente, a revolução era uma coisa muito imediata, dependia muito da gente, tudo era a impotência que tínhamos né. Saímos né, a revolução acaba, sei lá. Era muito forte esse sentimento, muito intenso, de muita entrega.

Então, optamos para fazer o aborto e fizemos o aborto. Claro que todo o aborto é muito doloroso, mas tínhamos certeza, do mesmo jeito, que era uma coisa enorme, muito forte você conseguir ficar grávida de um filho. É uma coisa que mostra o poder da natureza, do humano, que tinha o poder também de interromper. Porque o poder também é muito

grande, eu posso mais do que Deus, Deus entre aspas. Não estamos entregues a um destino, a uma predeterminação de quem quer que seja, nós podemos interromper e ter de novo, até amanhã se eu quiser. Não seria o mesmo, mas é a mesma coisa, um óvulo. Como é um óvulo, interromper por um desejo, por uma ação maior, um ideal maior de vida, porque naquele momento não podíamos. Uma médica perguntou:

- Vocês tem condições econômicas?

-Temos.

- Tem condições psicológicas?

- Temos né, mas não queremos. Temos outros objetivos mais importantes na nossa vida, que não é nem nossa, é a sociedade, é o mundo, é a revolução.

Quando fomos presos, passamos por torturas muito grandes e baixou muito o nosso sentimento de potência né, de que podíamos. A gente começou a mandar cartas, aí eu já falo muito de ter filhos, que queria ter filhos. Mal saí e eu engravidei, porque aí havia um desejo muito grande e as minhas amigas e as minhas irmãs tinham começado a engravidar. Então foi uma coisa muito desejada o nosso primeiro filho. Saímos em plena clandestinidade mesmo. Vimos que não tínhamos emprego no Rio. Vinha pra São Paulo, onde o Geraldo tinha se formado a procura de emprego. Tudo isso foi, era muito difícil naquela situação, porque tínhamos ficha suja né, estávamos em liberdade condicional, já tínhamos sido julgados. Então foi muito, eu engravidei logo, foi tudo muito difícil, mas foi de muita alegria, muito desejo e tudo.

*D.R. Sobre a prisão, você se importa de falar um pouquinho desse momento?*

R.S.C. Não.

*D.R. Como foi viver a prisão, a tortura e se ser mulher nesse momento fez alguma diferença?*

R.S.C. Faz muita diferença né. Não sei se é mais fácil ou mais difícil. Às vezes tenho pensado que talvez para os homens seja mais difícil. Não sei se todas as mulheres pensam, mas às vezes eu penso isso, porque eu acho assim. Primeiro, quando nós fomos presos, no Brasil todo não havia torturadora mulher, nunca ouvi falar, nem de homem nem de mulher que fosse torturado por mulher. Mulher estava na hora da campana, na hora da prisão, na da tortura era homem, então eu acho que a relação homem e mulher é muito presente na tortura. Eu acho que a relação de um homem e uma mulher na tortura, tem várias questões, primeiro que você está vivendo uma relação onde o seu torturador faz a

figura do seu pai, do seu marido, não é, o teu irmão, dos homens teus, que ele é o homem que te tortura, e ele usa tudo isso. Ele usa o corpo, porque estamos sempre nuas, como uma forma de você ter essa relação de agredir ou de seduzir, mas eu acho que isso, para o homem, eu tenho visto os homens contarem as questões de tortura, todos, acho difícil, eu não vi nenhum homem que contasse que foi estuprado. Eu acho que se eles estupravam mulheres, eles estupravam os homens, um homem estuprava um homem. Quando um amigo meu, essas semanas aí, contou que, quando ele foi preso, os caras mijaram na cara dele, aí eu disse:

- Mijaram, mas não esfregaram o pinto na sua boca, na sua cara? Não botaram... Porque as pessoas que contam de estupro é assim, que teve o ânus queimado pela vela, teve o ânus empalado com o cassetete, como o Mario Alves. Por que não punham o pênis nesses homens, se isso os humilharia mais ainda? Pegava um sargento do exército, um cara da polícia militar, um companheiro que está lá, como muitos, com militância de esquerda. Um sargento, que foi violentado, que foi morto, diz que teve o ânus queimado por vela, e porque não estupravam? Eram estuprados. Estupravam mesmo, nós éramos mais perigoso porque engravidávamos, isso causaria, entenda como quiser.

Eu não fui estuprada, mas fui torturada sexualmente, vamos dizer. Fui mantida o tempo todo nua, me punham para andar no quartel, teve uma hora que me puseram quase que como se fosse um corredor polonês, todo mundo gritando:

- Que mulher magra! Como não tem peito! Onde é que está a bunda dela?

Isso tudo é uma coisa de muito, pra algumas pessoas insuportável, pra mim suportável, não tinha grandes problemas naquela época com o meu corpo. Claro que ficava muito emputecida, com raiva daquilo, mas suportável, mais do que o choque elétrico, com fio na sua vagina, com fio no seu peito. Me lembro que a coisa, eu acho, que sexualmente mais complicada, foi o dia em que eu estava do DOPS, em Niterói [*entrevista interrompida por uma ligação*].

Então, chegando em Niterói, eles me levaram para uma sala, esse depoimento eu tenho ele descrito em um depoimento que eu faço em 79 e sai na Istoé, na Câmara dos Deputados, em Brasília, na CPI da tortura, quando eu saí de lá, eu fico, ai meu Deus do céu, porque eu falei isso, vão me pegar, mas vamos lá.

Esse episódio é assim, a gente foi preso no Rio, ficamos no DOPS sofrendo tortura pau-de-arara blá blá blá... Depois saímos de lá, passamos pelo Jóquei Club, não sei, Jóquei Club naval, marítimo, que tem em Botafogo. Fui levada ali no sábado, cheio de gente.

*D.R. Na Marina?*

R.S.C. Acho que sim, marina em Botafogo né. Cheio de gente, algemados e fomos levados para uma barca né. Quando botaram a gente dentro da barca, eu pensei que ia morrer. Algemados, dentro do barco, eles com o pé em cima da gente, fomos baía adentro, a gente dizia:

- Vamos morrer, vão jogar no mar.

Chegamos em Niterói, fomos levados para o Dops de Niterói. No DOPS de Niterói, teve uns episódios muito complicados, porque o pessoal de Niterói não deixava a gente sair e o pessoal do DOI-Codi começou a ir lá. Porque começa a encontrar coisas na nossa casa e aí viram que a gente tinha pistas de outras pessoas, aí começaram a ir pra pedir informações. E batiam na gente, o pessoal de Niterói dizia assim:

- Não bate aqui, que eu não quero que eles morram aqui, não tem isso, vocês levem para lá.

Ao mesmo tempo, chegavam ordens. Estava no maior problema, porque quando os caras chegam lá um dia e os caras de Niterói vem comigo e dizem assim:

- Não batam nela que ela está grávida.

E eu, acho que eu tinha dito pra eles que estava com a menstruação atrasada e comecei a ficar com muito medo. Não sei se estava grávida, sei que eles me penduraram na parede assim, com o Geraldo algemado no chão. Começaram a dar socos na minha barriga, pontapé, joelhada, até que sangrei. Fiquei mais de três dias sangrando muito. Eles me diziam:

- Comunista não é pra ter filhos.

Isso é uma coisa que eu me lembro de tortura, onde meu corpo e minha condição de mulher foi muito presente. Tanto no corredor polonês, em que eles gritavam o tempo inteiro, “mulher tábua”, ridicularizando o meu corpo. Depois nesse episódio de Niterói, também quando eu cheguei lá, eles davam muito choque na vagina, botavam dentro da vagina, que doía muito mais que o peito né. Tive alguns episódios, meio, como, não é bem sansão. Tem o episódio do bilhete da minha mãe, que eu não sei se é uma relação de homem e mulher, mas é uma relação de torturador-torturada. Então, chegou o cara que trabalhava no Doi-Codi, não era da equipe, era um psiquiatra da tortura, mas estava lá, no DOS Guanabara. Então, ele chega e me pede para fazer um bilhete para a minha mãe e que ele levaria. Eu estava incomunicável, minha mãe não sabia que eu estava ali em Niterói, já estava me procurando. Estava a quase cinquenta dias, pouco menos de cinquenta dias, presa. Aí, ele manda que eu escreva um bilhete, eu

escrevo o bilhete pra minha mãe, à noite ele devolve, dizendo que não podia levar o bilhete, porque ainda estava em plantão e tal e, no outro dia de manhã, eu dou o bilhete novamente pra ele. Tem uma coisa sobre um amigo meu, falando o nome de um amigo, para que mamãe tentasse avisar, porque ele estava sendo muito procurado. Esse rapaz vai à casa, eu dou o endereço da minha mãe, ele vai lá, procura a minha mãe, dá o bilhete para ela, pede para ela rasgar, porque disse que ele estava correndo risco, que eu parecia com a irmã dele, que tinha a mesma idade e o jeito, mas que ele queria que a minha mãe soubesse que eu estava nesse lugar. Ela leu o bilhete, ele pede para ela queimar, ela queima o bilhete e me conta depois né. No outro dia, eu fui transferida de lá, não chegou a me ver, soube que eu tinha passado por lá e foi uma forma do meu advogado fazer um requerimento. Passei muito tempo pensando nisso né.

Uma das coisas que eles me fizeram foi escrever um bilhete dizendo que não estava sendo muito torturada e que queria ficar ali e que minha mãe intercedesse, mas era outro bilhete, que não chegou na minha mãe. Chegou na mãe do meu companheiro, dizendo que era melhor a gente interceder de todas as formas, pra ficar ali. Já era uma forma deles se protegerem.

Quando eu saio da cadeia, eu tenho muita lembrança dessa pessoa. Esse rapaz, que fez isso, naquela tortura, aquela loucura, tinha pessoas do bem né, capazes de fazer isso. Trinta e cinco anos depois eu recebo os dados da minha prisão, do Arquivo Estadual, e no arquivo lá está o bilhete, xerocado. Quer dizer, esse bilhete era, ele entregou lá, era uma coisa só para sei lá, para enganar a minha mãe, ou, despistar alguma coisa, se eu escrevia algum nome.

*D.R. Qual foi pra você, relembando hoje, a maior dificuldade que você passou? Foi a tortura?*

R.S.C. Nesse momento, eu acho que foi a morte do meu irmão né, depois. Eu pensei que nada de mais, de pior, pudesse me acontecer. A tortura é uma coisa terrível né, e eu fiquei muito tempo, cinquenta e dois dias, em situação de tortura. Eu fiquei com trinta e seis quilos, perdi quatorze quilos em cinquenta e dois dias. Não conseguia comer, não conseguia falar, não conseguia ficar. Eu acho que uma das coisas difíceis são os momentos de tortura psicológica, que é essa tortura que você vai perdendo a noção de tempo. Eu acho, pra mim houve um enlouquecimento, você sentir que você não tem domínio né. Essa coisa eu acho uma questão que eu conto muito, que eu acho que é muito emblemática, disso.

Faziam dez meses que eu estava presa, tinha sido levada pouco antes para o Doi-Codi de novo, porque tinha sido presa outras pessoas. Dez meses depois eu fui sequestrada da vila militar, do quartel onde eu estava cumprindo, tinha cumprido pena, não tinha pena definida, mas já estava um tempo fora da tortura. Então eles me levam e durante dias diziam que vão levar uma pessoa, eu digo, quem é quem é, quando eu vejo era eu. Então me levam de lá, as meninas entram até em greve de fome para garantir que eu voltasse, e eu sou levada para o DOI-Codi. Chegando no DOI-Codi, eu sou levada para a geladeira, que é aquela cela toda preta. Você perde a noção de tempo, porque fica emparedada, tem um tamanho que só cabe você de pé, ou deitada, com um ruído grosso, ruído fino de serra, aí você vai perdendo a noção. Você nua ali dentro, sem beber, sem comer, e os caras abrem e jogam uma água salgada pra você, você perde todas as noções. De tortura eu fiquei nessa cela, depois não sei por quanto tempo, saio. Sou até em dado momento atendida por um médico, depois eu não sei porque, ele estava com um nome aqui, por um momento eu acho que era um nome fictício, mas era o verdadeiro, Dr. Lobo. Ele me escuta, eu acho assim, meu pai é médico, eu pego na mão dele e vejo que ele não é. Ele diz:

- Ela pode continuar, ela não tem nada. Está ótima, pressão boa, tudo bom. É pura manha, pode continuar.

Eles continuam, assim eu fico com ódio né. É o sentimento que você tem, de ter pego na mão dele, de ter achado que ele era um médico e ele era um médico. Aí, depois disso, vai ter minha auditoria. Eu estou lá e o Nagib, que é um torturador conhecido, me chama – eu imagino que é o Nagib pelas descrições - ele pede para que eu tire o capuz e veja a cara dele, que eu não o conhecia, não via porque estava sempre de capuz. Ele diz:

- Você vai hoje na auditoria, sua mãe, o seu advogado, aquele besta que eu trago aqui e penduro no pau-de-arara se eu quiser. Entra o advogado, as pessoas, vai ter o juiz lá, quatro militares. Agora você veja o que você vai falar, você fala o que você quiser, agora, você volta para cá. Volta e a gente vai conversar.

Eu digo:

- Tá bom.

Fui lá na audiência, lá encontrei todo mundo, os camponeses que eu não tinha visto, que estavam presos em Brasília. Ele os coloca assim, na audiência, e o juiz pergunta, assim, para cada um da gente, o que tínhamos a declarar. Eu sou absolutamente impulsiva e, como estava em uma situação de muita pressão, eu acho que eu tenho um enlouquecimento, porque começo a contar tudo que passei, inclusive o aborto. Depois

que eu conto tudo isso pro juiz, que deve ter sido, na época não era gravado, mas tinha uma mulher lá digitando, datilografava. Não sei se ela datilografou tudo, é uma das coisas que eu tenho curiosidade de saber.

Eu comecei a contar, o juiz interrompeu, pediu para suspender a sessão, que não tinha condições de continuar, por causa da minha fala, do estado que eu estava que era um estado de emoção extrema, que não podia continuar mais. Então, ele suspende a audiência. As pessoas vão embora, todos, eu fico lá, sozinha, arrependida do dia em que nasci, de ter tido essa impulsividade né. Eu disse, pra onde eu corro, disse:

- Eu quero voltar para o meu antigo quartel, onde eu estava com as minhas outras companheiras.

E o juiz:

- Vamos tentar, vamos tentar.

Meu advogado ficou lá um pouco, depois o meu advogado foi dispensado, ficou somente os militares. Aí, oito horas da noite já, isso tinha sido antes das cinco, minha sessão acabava às cinco e acabou antes. Eu fui colocada em uma C14 na época, uma viatura, aí quando eu vou na viatura, vou algemada, batendo de um lado para o outro, e tem um buraquinho, eu vou vendo e vendo a viatura se aproximar do DOI-Codi da Barão de Mesquita, abre o portão e entra ali. No que entra ali, eu não sei o que é medo, mas me deu um medo, uma coisa é. Porque que eu fiz isso, e agora, pra que que eu vou me submeter novamente a toda essa tortura? Quando abre a porta da viatura, estava sem o capuz dentro da viatura, eu ponho o capuz e desço, a hora que eu desço, a voz me chega no ouvido e diz:

- Rosinha, você voltou.

Era a voz dele, do torturador que disse, “você voltara para cá”. Eu começo a tremer, a tremer assim incontrolavelmente. Aí ele diz:

- Deixe de merda, está tremendo de medo de mim.

Eu digo:

- Não, não estou com medo de você.

Quando mais eu dizia isso, mais eu tremia. Não conseguia controlar o tremor, que devia ser o medo. Aí ela dizia:

- Mas ela está morrendo de medo, vejam só como são covardes. Ela estava pensando que não vinha para aqui.

E me põe dentro do Doi-Codi, finge que vai me fuzilar. Faz várias torturas desse tipo né, todas psicológicas, ele não me toca a mão, mas faz todas as torturas, aquele teatro. Eu

subo depois, pra onde ficavam as celas, e fico lá, com um macacão que eles nos davam, sujo, imundo, fedido. Aí fico naquele marasmo, aí estou deitada, quando ouço um monte de soldados chegando, entra, abre a porta e entra o Silvio Frota, que era o comandante do I Exército. Entra o comandante do exército e diz assim:

- O que aconteceu com essa mulher que ela está...

Eu comecei a menstruar, a descer a menstruação. Depois de tudo que eu passei ali né. Ele diz:

- Deem um absorvente pra ela, porque, olha, o que você passou aqui não é tortura, isso é pressão psicológica. Vocês não falam se não for assim.

E foi embora. Então, essa coisa da tortura psicológica, é uma coisa que eu vivi muito fortemente. Acho que também não é uma coisa que é própria das mulheres ou de homens, mas acho que as mulheres têm mais tendência a ter, pelo nível de sensibilidade que nós temos. Eu acho que nós temos mais tendência a isso, eu pelo menos tenho mais. Não conseguia dormir, ficava horas e horas em pé. Tinha uma coisa sobre a minha personalidade: algumas vezes eu ia lá embaixo e não achava que eu tinha dito o que eu devia ter dito, que eu devia ter desafiado, que eu devia ter feito isso ou aquilo. Então, um dia, eu fiquei na cela o dia inteiro arrancando os cabelos que eu devia ter. Vou lá na cela, porta e bato com o pé e digo:

- Venham aqui seus filhos da puta, venham, eu quero ver agora.

Gente, o homem abriu a porta, três ou dois, sei lá. Disse:

- Quem é que está gritando aqui?

Gente, eu corri para baixo da cama, eu não sabia o que fazer, porque eu penso, “puta, por que eu fiz isso?”. Eu não vou ter forças para aguentar esses caras, eles vão me pendurar no pau de arara e me acabar, pra que, que descontrole. Que era isso, eles ficavam com a gente cinquenta e dois dias, sozinha, sem ninguém, sem nunca dividir a cela com ninguém, mudando de um lugar para outro, então isso te leva a uma perda do controle emocional e tal, e eu acho que isso que eles queriam, estavam contra a minha rebeldia, em dado momento muito mais que uma informação. Isso é uma coisa muito séria na tortura, às vezes nem tem o objetivo da informação, tem o objetivo da destruição da pessoa, pra pessoa sentir que é impotente né.

Eu lembro do dia em que eu quis muito morrer. Eu não aguentava, então pedia a ele:

- Me mata. Não estou querendo, mas não aguento, então me mate.

E ele diz:

- Eu não lhe mato, eu lhe mato quando eu quiser e se eu quiser. Eu te mato, mas quando eu quiser. Vou te fazer em pedacinhos, pelo tempo que eu quiser. Quer dizer, isso é o absoluto poder do torturador sobre você, sobre sua vontade, seu desejo, sobre seu corpo. Eu acho também que isso é de homens e mulheres.

*D.R. Alguma vez você chegou a repensar a ideia de revolução?*

R.S.C. Claro que eu cheguei, não só nesse momento, mas depois e antes. Antes a gente estava em uma luta de pernas muito grande, de achar que ia ser presa. A VAR estava em um momento em que os companheiros estavam saindo, a gente estava discutindo que a revolução armada, daquela forma que estava se pensando até mundialmente, não ia dar certo, não era o caminho mais correto né. Tanto que isso não éramos só nós, todos os grupos, os alemães, o pessoal do Irã, que era muito forte a luta armada no Irã, na Alemanha, os comandos vermelhos, toda a América Latina, Colômbia, todo mundo repensou, que aquilo foi uma análise errada da conjuntura né. Também foi feito, de quem era do partido, o princípio da revolução, como a União Soviética pensava.

Eu acho que hoje ainda temos isso, como e qual é o caminho da revolução, qual o caminho da mudança estrutural? Por exemplo, eu estava dizendo um dia desses, eu sou contra polícia né. Eu acho que tem que desmilitarizar o exército. Como, em uma sociedade onde tem propriedade privada, pode desmilitarizar a polícia? Não pode né, se existe a propriedade privada, vai ter quem queira se apropriar dos bens que é dos outros, a sociedade se desestrutura né, tem um colapso e nós, que temos propriedade privada, não saberíamos viver. Poderíamos viver em sociedade, mas seríamos mortos, assaltados e tal. Então a gente tem que mostrar qual é o caminho revolucionário, essa é uma indagação que tem os comunistas, os socialistas, a vida inteira. Hoje estamos com mais dificuldades ainda, o capitalismo está se complexificando, as teorias revolucionárias têm avançado pouco né. Eu acho que é uma grande busca, uma grande interrogação, qual o caminho revolucionário?

*D.R. Como você olhava para o pessoal que optou pelo caminho da luta democrática? O; pessoal do PCB por exemplo, o pessoal que não buscou o caminho da guerrilha.*

R.S.C. Então, naquele momento, a gente estava no caminho da guerrilha, a gente achava que era o caminho correto. Que aquilo atrasaria o processo revolucionário, porque o processo revolucionário para nós era o de luta armada. A luta armada essa assim, trocar a nossa vida, tudo que nós tínhamos, a família, para construir uma nova sociedade. A

ideia de uma sociedade igual, de homens livres era possível só com o nosso desejo, só com a nossa força, e isso se mostrou que não é possível, não é assim que se transforma a sociedade. Aí depois participamos de outras coisas, eu participei da fundação do PT. A gente acreditou em uma grande frente onde estariam a igreja, os operários, os camponeses, os intelectuais; em uma frente muito grande. Foi a formação do Partido dos Trabalhadores, eu sou da formação do Partido dos Trabalhadores. Já acreditei muito no partido, hoje não acredito tanto, que esse caminho, depois da institucionalização do PT, seja um caminho revolucionário. Acho que ainda é ou tenta o possível, mas precisa avançar muito mais né. Cada vez se recua e tem mil questões. Então, onde está o caminho revolucionário, eu mesmo hoje não sei, acho que essa é uma indagação que, se você pegar as teorias mundiais sobre a teoria revolucionária, não se tem uma resposta né.

*D.R. Como é para você relembrar isso tudo hoje? Para você, muita coisa mudou?*

R.S.C. Eu acho que mudou poucas né, mudou, mas é inexorável a mudança histórica, a gente queira ou não queira, não depende muito da nossa vontade. É como diz Marx né, “a história não se faz segundo os nossos desejos, se faz segundo uma própria lógica que ela tem”, só que nós temos o poder de mudá-la dentro dessas perspectivas. Como todas as escolhas que a gente tem na vida são escolhas que tem, de certa forma, o nosso arbítrio, mas tem um condicionamento histórico, além de nós né. Então eu acho que a revolução também é isso né. A gente pode escolher o caminho revolucionário hoje até certo ponto né, até o que nos é possível ver, pensar e entender né.

*D.R. Mais alguma coisa que você queira falar e que eu não perguntei?*

R.S.C. Não, você perguntou bem né.

*D.R. Então está certo, muito obrigada.*